

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**As mulheres no periódico *Marmota* (1849-1864):  
Escritos, estratégias e noções de civilidade**

Laura Junqueira de Mello Reis

Dissertação  
Linha de pesquisa: Narrativas, Imagens e  
Sociabilidades.  
Orientadora: Professora Doutora Silvana Mota  
Barbosa.

Juiz de Fora  
2020

## Agradecimentos

A trajetória na pós-graduação não é fácil, ainda mais se consideramos o momento político que estamos vivendo, em que se prega uma era da desinformação e descrença nos pesquisadores das mais diversas áreas. No geral, as ciências humanas sofrem mais e as ideias de “doutrinação” dominam as redes sociais, as reuniões de famílias e encontros dos mais diversos grupos. No entanto, a seção de agradecimentos da dissertação não deve ser de lamentações. Portanto, venho a público dizer meu muito obrigada a algumas pessoas que foram fundamentais nesses dois anos que estive no mestrado e que contribuiriam intelectualmente e emocionalmente para que fosse possível escrever, pesquisar e estudar com dedicação.

Logo, meu muito obrigada à minha mãe, Marcia. Ela não mede esforços para que tudo seja perfeito, me apoia, incentiva e me defende diante das barbaridades que escutam a respeito dos pesquisadores de história. A estrutura basilar da minha família que fez tudo ficar mais fácil, leve e que o caminho – tão árduo e dificultoso – se tornasse prazeroso. Obrigada pelas conversas, leituras e cervejas aos finais de semana que fui para casa. Um agradecimento especial ao meu pai, que não está mais entre nós, mas que, de certa forma, sempre me incentivou a estudar e é meu exemplo de profissional e professor. Pai, gratidão! Que um dia eu seja uma professora tão boa quanto você foi. Ainda na seção família, agradeço aos meus avós que partiriam no intermeio desses dois anos, não foi fácil e nunca será se reconstituir após tantas perdas, mas obrigada pelo carinho enquanto estiveram presentes.

Um obrigada mais que especial à minha orientadora, Silvana. Agradeço pelas conversas, incentivos as pesquisas, por torcer e vibrar comigo diante dos sucessos nas pesquisas das fontes, pelo estímulo na tentativa do doutorado e por correr para fosse possível terminar o mestrado a tempo de ingressar nessa nova etapa. Obrigada por sonhar conosco, do grupo de estudos, e pela organização do evento *Mulheres e a escrita da história*. Assim como pelas leituras, cafés e encontros. Só foi possível porque foi feito dessa maneira.

Aos professores Alexandre Barata e Karoline Carula por terem aceitado participar da banca de qualificação e contribuírem significativamente em mudanças estruturais que foram fundamentais para a continuação dessa pesquisa. Suas perspectivas tornaram o trabalho mais completo e me elucidaram com novas formas de análise. Obrigada!

Agradeço também a todas as meninas que compõem o grupo de estudos sobre mulheres no PPGHIST UFJF. Cris, Natália, Carol, Louise, Flaviana, Olga, Nilciana e Kathleen obrigada pelos dias estudando, pelas conversas em que vibramos juntas as conquistas realizadas, assim como pelas discussões enriquecedoras pelas redes sociais, considerando que até mesmo elas

foram fundamentais para que o grupo crescesse. Gratidão, meninas! Agradeço também a todos os amigos que fazem parte do melhor núcleo da UFJF, o NEHSP! Obrigada Pedro, Érica, Diego, Eduardo, Raissa, Luísa e Paulo Henrique (que não faz parte oficialmente, mas está sempre conosco).

Um obrigada especial para minha gêmea, Natália. Minha melhor amiga nessa caminhada, compartilhou suas angústias comigo e ouviu as minhas, estudamos, lemos textos e mais textos e debatemos sobre todos assuntos possíveis. Assim como a minha amiga Cris, meu incentivo para que pudesse tentar o doutorado, meu melhor exemplo de pesquisadora e historiadora e que compartilhou comigo vivências inesquecíveis. Às duas, obrigadas pelas conversas intelectuais (e as não intelectuais também), pelas cervejas, caipirinhas, bolos de cenoura, cafés, viagens e muito mais. Obrigada também ao meu amigo Thomaz, que esteve comigo antes dessa trajetória se iniciar, nos momentos que liamos os textos para ingressar no mestrado, obrigada pelas ajudas, leituras, cervejas, assim como os incentivos. Sem vocês nada disso seria possível.

Não poderia deixar de lado meus amigos que não fazem parte do mestrado da UFJF mas que tornaram esse percurso mais leve. A minha amiga Helena, por ter compartilhado sua casa na Corte e deixado minhas pesquisas e apresentações de trabalho mais fáceis de serem realizadas, obrigada também pelos cafés de máquina! As minhas amigas Carol, Olívia, Cecilia, Nayra, Fernanda e Mariana por terem aturado minhas reclamações e desesperos ao longo desses dois anos. Também não poderia deixar de lado o agradecimento ao meu ex namorado, Arthur. E para todos os amigos que não estão inclusos aqui, mas que merecem um obrigada especial.

Agradeço também a CAPES, que sobrevive (por aparelhos) a esse governo detestável que estamos passando. Graças a essa instituição de fomento à pesquisa pude desenvolver meu trabalho de forma exclusiva ao longo desses dois anos. Obrigada por permitir que tantos jovens pesquisadores realizem seus sonhos através das bolsas que nos possibilitam sobrevivermos enquanto produzimos nossos estudos.

Por fim, mas não menos importante, obrigada a Universidade Federal de Juiz de Fora! Desde que ingressei na graduação, em 2013, me apaixonei por essa universidade e todas as possibilidades que são oferecidas aos jovens estudantes. Obrigada por me permitir crescer, explorar o mundo (graças a um intercâmbio realizado durante a graduação), conhecer amigos e professores e descobrir um infinito de expectativas e sonhos!

**Resumo:**

O objetivo desta dissertação é destacar a presença das mulheres no periódico oitocentista a *Marmota* e perceber como questões referentes ao universo feminino estavam relacionadas aos ideais de progresso e civilidade que norteavam a nação na década de 1850. Para isso, questionamos os escritos das mulheres a partir de noções educacionais, matrimônias, maternais, de feminilidade e política. A *Marmota* circulou na Corte no século XIX, entre os anos de 1849-1864, era composta por 04 páginas, editada duas vezes por semana e se afirmava como uma folha voltada ao público feminino. No primeiro capítulo buscamos contextualizar para as(os) leitoras(es) o que foi o jornal, como se deu o espaço em que as mulheres atuavam no mesmo, assim como a análise de certas publicações moralizantes ao comportamento feminino que tinham como objetivo principal civilizar as leitoras da *Marmota*; no segundo capítulo procuramos demonstrar quais as reivindicações femininas escritas por mulheres apareciam nesse jornal e como se colocavam relacionadas as condições de progresso; por fim, no terceiro capítulo trazemos uma série de análises do projeto de Lei *Não há de se casar* que foi debatido na Câmara dos Deputados e resultou em uma sequência de proposições que circularam na imprensa entre 1854-1855 – focando nas publicações postas na *Marmota* -, a partir dele percebemos a civilidade em torno dos militares, as respectivas contestações femininas e as forças sociais que objeções formadas a partir das agências das mulheres poderiam alcançar. Concluimos que a imprensa foi fundamental em oferecer, mesmo que mínimo, um espaço para que as mulheres do Oitocentos pudessem expor suas oposições a questões pertinentes ao período e como o *bello sexo* utilizou das noções de desenvolvimento da nação como estratégia a fim de alcançarem certas reivindicações, a título de exemplo o direito à educação partindo da noção do objetivo maternal em que geravam e criavam o futuro do país.

Palavras-chave: Mulheres; Imprensa; Civilidade; Século XIX.

## Resumé:

Le but de cette thèse est de mettre en évidence la présence des femmes dans le journal *Marmota* et de comprendre comment les questions liées à l'univers féminin étaient liées aux idéaux de progrès et de civilité qui ont guidé la nation dans les années 1850. Pour cela, nous avons interrogé les écrits des femmes de des notions d'éducation, de mariage, de maternité, de féminité et de politique. Le *Marmota* diffusée à la Cour au XIXe siècle, entre les années 1849-1864, était composée de quatre pages et éditée deux fois par semaine, en plus, elle était présentée comme une feuille destinée au public féminin. Dans le premier chapitre, nous cherchons à contextualiser pour les lecteurs ce qu'était le journal, comment l'espace où les femmes y ont agi, ainsi que l'analyse de certaines publications moralisantes sur le comportement féminin dont l'objectif principal était de civiliser les lecteurs de le journal; dans le deuxième chapitre, nous avons essayé de démontrer quelles affirmations féminines écrites par des femmes sont apparues dans ce journal et comment les conditions de progrès étaient liées; enfin, dans le troisième chapitre, nous apportons une série d'analyses du projet de loi *Não há de se casar* qui a été débattu à la Chambre des représentants et a abouti à une séquence de propositions qui ont circulé dans la presse entre 1854-1855 - en se concentrant sur les publications publiées dans le *Marmota* - de cela, nous percevons la civilité autour des militaires, leurs contestations féminines et les forces sociales que les objections des agences féminines pourraient atteindre. Nous concluons que la presse a contribué à fournir un espace, même minimal, aux femmes des années 1800 pour exposer leurs oppositions aux questions relatives à la période et à la manière dont le *bello sexo* a utilisé les notions de développement de la nation comme stratégie afin de réaliser certaines revendications, à titre d'exemple le droit à l'éducation à partir de la notion d'objectif maternel dans lequel elles ont généré et créé l'avenir du pays

Mots-clés: Femmes; Presse; Civilité; Siècle XIX.

“O progresso não pode levar o homem adiante para deixar a mulher atrás... O futuro só vencerá o passado quando colocar a mulher junto de si. Até aqui ele não merece a vitória.”

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	8
CAPÍTULO 1 .....	23
ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E OBJETIVOS DA <i>MARMOTA</i> : UM JORNAL PARA AS MULHERES NA DÉCADA DE 1850 .....	23
1.1 O que era a <i>Marmota</i> .....	23
1.1.1 Estrutura, editores e redatores.....	23
1.1.2 Valor dimensional da folha: o que a <i>Marmota</i> representava na década de 50 .....	28
1.2 “Desenvolver a civilidade do público feminino”: A <i>Marmota</i> como um jornal instrutivo .....	32
1.2.1 Imprensa feminina e o contexto histórico da década de 50.....	32
1.2.2 Leitores ou leitoras? Gênero e a divisão dos artigos na <i>Marmota</i> .....	35
1.2.3 Colaboradores e o papel instrutivo do jornal .....	40
1.2.4 As mulheres enquanto escritoras: perspectiva relacional.....	50
CAPÍTULO 2 .....	55
ESCRITOS E ESTRATÉGIAS DAS MULHERES NA <i>MARMOTA</i> .....	55
2.1 Escritoras.....	55
2.2 Negociações e estratégias .....	58
2.3 “Mulheres de letras”: O romance histórico e a construção da nação .....	63
2.4 Educação feminina: escritoras, professoras e mães.....	70
2.5 Matrimônio.....	75
2.6 Amor .....	85
2.7 Beleza.....	88
2.8 Política .....	94
CAPÍTULO 03 .....	99
“A ESPOSA DO MILITAR É A FARDA”: LEI NÃO HÁ DE CASAR, CIVILIDADE E CONCEPÇÕES SOCIAIS ATRAVÉS DA <i>MARMOTA</i> .....	99
3.1 “Que mal há em ser faladeira?”.....	100
3.2 Progresso e civilidade a partir do projeto <i>Não há de casar</i> .....	102
3.3 Súbito deste torpor despertou a tristonha Guanabara ao estampido do - Não há de casar! -.”.....	115
3.4 Breve conclusão .....	129
Á GUIA DE CONCLUSÃO .....	131
A ASSEMBLEIA DO BELLO SEXO.....	131
REFERÊNCIAS .....	141
Fonte.....	152

## INTRODUÇÃO

Mulher, s.f. (do Lat. Mulier) Fêmea da espécie humana... De ordinário se dá esse nome as casadas; matrona...; ser menstruada, já ter atingido a puberdade. Mulher de casa; loc. fig. a mãe de família bem regida, e de bom governo. ‘Mulheres tão pouco mulheres’ i., é fraca. ‘Mulheres tão homens’ varonis, destemidas. – Do mundo; meretriz. ‘Mulher de partido’ o mesmo. ‘Mulher pública’ o mesmo.<sup>1</sup>

De acordo com o historiador Reinhart Koselleck todo conceito indica algo que se situa para além da língua<sup>2</sup> e baseado nessa perspectiva optamos por trazer o significado da palavra mulher em meados do século XIX. O trecho transcrito acima é da década de 1850, entretanto na 7ª edição deste mesmo dicionário, publicado em 1878, encontramos o mesmo sentido para a palavra mulher. Koselleck afirmou que a história dos conceitos poderia capturar processos de sentido da história<sup>3</sup>, interpretação que buscamos ao analisar o termo a fim de compreendê-lo.

Notemos, diante desse trecho, que o dicionário colocou as chamadas ‘mulheres políticas’ ou ‘mulheres públicas’ balizadas a partir de uma noção de ‘mulher do mundo, meretriz’. Nesse sentido, questionamos esta noção e nos perguntamos: qual espaço das mulheres no ambiente público? E de qual mulheres estamos tratando? A historiadora Raquel Soihet destaca que essa configuração que relega as mulheres ao âmbito privado é válida para mulheres da elite, pois as mulheres pobres já tinham que trabalhar dentro e fora de casa, a fim de manter a família<sup>4</sup>, portanto já faziam parte do universo público. Essa dualidade, público *versus* privado, integra nossa análise no que se refere a participação feminina na imprensa oitocentista, mais especificamente, no periódico a *Marmota*.

A respeito da dualidade dos conceitos acima citados, levamos em consideração o que Briolli expõe sobre a necessidade de interpretarmos as condições postas em um ambiente privado como fundamentais para a estruturação da sociedade. De acordo com a autora, baseada nas concepções postas por Carole Pateman, essa dissociação entre público e privado é construída. A partir dessa construção, também se formaram o que chamaram de habilidades que foram naturalizadas para pertencerem exclusivamente a homens ou a mulheres. Normalmente

<sup>1</sup>SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 6ª edição, 1858. P. 404

<sup>2</sup>KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10 (1992).

<sup>3</sup>KOSELLECK, R. História Magistra vitae. In: \_\_\_\_\_. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-RJ/Contraponto, 2006, pp. 21-79.

<sup>4</sup>SOIHET, Rachel. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, v.5, n.1, p.7-29, 1997.

sendo aquelas necessárias para a manutenção da esfera privadas, as mulheres; e as habilidades necessárias para a esfera pública, ligada aos homens. Por isso Flávia Briolli lembra que “o problema identificado na dualidade entre público e privado, nesse caso, é o isolamento da mulher na esfera privada – e não as atividades que nela se desenvolvem.”<sup>5</sup>

Nesse sentido, consideramos que as ações das mulheres – inclusive movimentos cotidianos-, mesmo que diante dos espaços ditos privados, foram fundamentais para transformações estruturais tangentes ao universo feminino do século XIX. Tomamos como exemplo o trecho escrito por Margareth Rago “a não-amamentação, a prática do aborto, a contestação do papel de esposa – mãe – dona de casa podem ser pensadas como sinais de outro tipo de resistência social das mulheres.”<sup>6</sup> Tal fragmento evidencia a importância das ações cotidianas como forma de resistência a um sistema estruturado socialmente e culturalmente.

Posto isso, o objetivo deste trabalho é destacar como as mulheres ocuparam a imprensa do século XIX, fortalecendo as concepções que defendem as mulheres no espaço público e privado e como utilizaram, estrategicamente, da noção de progresso e civilidade que pautava o conteúdo da *Marmota*, haja vista que, o jornal se inseria em um contexto onde literatos estavam refletindo pontos respectivos a nova nação.<sup>7</sup> Para compreendermos o significado de progresso, nos respaldamos no sentido proposto por André de Azevedo, “com efeito, a palavra “progresso” foi utilizada abrangendo o campo de significações pertinente à ideia de civilização, à qual estavam ligadas as dimensões moral, comportamental, cultural, estética, político-social e material.”<sup>8</sup> Nessa via, as mulheres oitocentistas também tiveram seu papel na construção da nação, não restando apenas a elite política dominada por homens e ressaltada por José Murilo de Carvalho.<sup>9</sup>

Ainda, para compreendermos o sentido da palavra mulher também buscamos a mesma em periódicos oitocentistas, a fim de entendermos seus significados na imprensa. Procuramos o sentido do conceito no periódico a *Marmota* e no *Jornal das Senhoras*. Elencamos os dois a fim de percebermos a diferença de significado colocado a partir de uma folha feita por homens

---

<sup>5</sup>MIGUEL, Luis Felipe.; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014. P. 36

<sup>6</sup>RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 74.

<sup>7</sup>Para maiores informações ver: CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o "orbe literário" e a construção do império brasileiro*. Campinas: Unicamp, 2001.

<sup>8</sup>AZEVEDO, A. N. As noções de progresso do Império à República: transformações recônditas em uma mesma terminologia. *Outros Tempos*, v. 13, p. 69-88-88, 2016. P. 71.

<sup>9</sup>CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume Dumará, 1996.

e dedicada ao público feminino, a exemplo da *Marmota*, e de um jornal feito por mulheres para mulheres, caso do *Jornal das Senhoras*.

A mulher, a metade da vida, a fábrica de gente, o alimento d'alma, a companhia dos trabalhos, o capote agasalhador com que os homens se resguardam dos calafrios do amor... Algumas mulheres tornam-se insuportáveis por certos hábitos que adquirem, bem como o de reprovarem tudo quanto se lhes diz com presunção de sábias e entendedoras de tudo, até de política, onde dizem o mais das vezes milhares de asneiras.<sup>10</sup>

A mulher? O que vem a ser mulher?  
 A mulher não é o homem?  
 Que novidade!  
 Trata-se de defini-la!  
 Isso não sei.  
 Posso asseverar-vos que ela tem alma.  
 Tem inteligência  
 Tem direitos que Deus e a natureza lhe concederão  
 É suscetível do bom e do mau.  
 A mulher, enfim, não é no nosso entender um ser a parte na criação, e entre na partilha com o homem – do bem e do mal – da inteligência e da estupidez.  
 A alma não tem sexo.

De forma distinta a exposição dos significados da palavra *mulher*, os trechos extraídos de meios de comunicação revelam entendimentos profundamente diferentes. A primeira parte foi retirada do periódico *A Marmota na Corte* e publicado no jornal em 1849, a segunda passagem foi extraída do *Jornal das Senhoras*, logo na primeira edição do periódico, onde a então redatora – Joana Noronha – escreveu a respeito das intenções que a levaram a criar a folha.

Inicialmente, a grande diferença de ambos pode ser destacada pelo sujeito que estava por trás desses escritos. O primeiro trecho foi escrito por um homem, Próspero Ribeiro Diniz – redator do jornal *A Marmota* no período – e o outro fragmento é uma passagem do artigo escrito por Joana Noronha. Essa condição já pode ser vista como um contraste principal, foram escritas e/ou faladas por pessoas de sexo diferentes o que levou experiências opostas para cada um dos sujeitos.

Diniz tinha uma visão correspondente as prerrogativas postas no século XIX e acreditava veemente que as mulheres existiam para servir o próximo, fossem como mães, esposas ou donas de casa. Enquanto mães deveriam se atentar para com o ensinamento dos filhos, a fim de que se formassem bons cidadãos, demonstrando uma preocupação com o processo de construção da nação que estava em desenvolvimento em meados do Oitocentos; de

<sup>10</sup>*A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, n.16, 30 de outubro de 1849.

acordo com Gisele Gomes a imprensa feminina a partir da década de 1820/30 tinha como objetivo criar discursos a favor da educação feminina, uma educação que fosse moralizante,<sup>11</sup> assim como exposto por Karoline Carula: “Desde o início do Oitocentos, a imprensa periódica se empenhou na causa da educação feminina.”<sup>12</sup>

Enquanto Noronha, apesar de expor no *Jornal das Senhoras* o ideal da educação feminina acreditava em uma educação moral que viesse a contribuir socialmente com a família, expõe que as mulheres oitocentistas eram tão inteligentes e suscetíveis a erros quanto os homens do mesmo período, reforçando a concepção de educação moralizante, no entanto, afirmando uma igualdade de condições entre homens e mulheres.

Nesse sentido, Barbosa Sobrinho escreveu sobre a imprensa do Oitocentos: “a imprensa ensina, educa, dirige, inspira. A moral de um povo – escreve modernamente Delafosse – depende primacialmente do que ele lê. O livro e o jornal são educadores. Eles animam os sentimentos, despertam as suas ideias, modelam a sua consciência: criam-lhe, numa palavra a alma.”<sup>13</sup>

Nessa perspectiva, para compreendermos as mulheres a partir de sua participação na imprensa oitocentista, é fundamental que possamos compreender as mulheres como uma categoria política e como sujeitos ativos da história, negociando seus espaços e ocupando lugares em que a sociedade paternalista – baseada em conceitos de dependência - negava a elas<sup>14</sup>. Por isso os contextos são tão necessários na construção da história e os significados da palavra *mulher* são modificados conforme o sujeito que está o definindo, ainda que ambos apresentem condições relativas ao período.

Há vista disso, essa dissertação busca mostrar como as mulheres oitocentistas foram além dos conceitos firmados no século XIX. Apesar do jornal e do dicionário definirem as mulheres a partir de certos significados, condenarem algumas formas de comportamento e refutarem as mulheres ditas ‘públicas’, a história e a ação dessas *sujeitas* demonstram como seus escritos e reivindicações permitiram que conquistassem certos direitos e firmassem seus lugares sociais.

<sup>11</sup>GOMES, Gisele Ambrósio. *Entre o público e o privado: a construção do feminino no Brasil do Oitocentos, 1827-2846*. Dissertação em história - UFJF, Juiz de Fora: 2009.

<sup>12</sup>CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v.24, n.1, jan-abr.,2016.

<sup>13</sup>SOBRINHO, Barbosa Lima. *O problema da imprensa*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923. P. 26.

<sup>14</sup>Para compreender os conceitos de paternalismo e relação de dependência ver mais em: CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990. CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Nessa via, este trabalho recupera certas noções críticas ao comportamento ideal feminino no Oitocentos a fim de compreender as mulheres de então. No entanto, apesar de todas conquistas representativas das lutas femininas, o ano de 2019 veio nos mostrando que precisamos reafirmar a todo momento o lugar das mulheres na sociedade. Nas palavras de Simone Beauvoir: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilantes durante toda a sua vida.”<sup>15</sup> De acordo com Luis Felipe Miguel, desde a perspectiva feminina fundada por Simone Beauvoir pouca coisa se avançou.<sup>16</sup>

A ministra da mulher, da família e dos direitos humanos que acompanha o atual ‘des’governo brasileiro, expõe, a cada fala, a necessidade de nós, mulheres, reforçamos o entendimento de qual é nosso lugar no mundo. Até mesmo nas ocasiões em que Damares Alves<sup>17</sup> escolhe permanecer em silêncio, a exemplo da entrevista dada no dia 25 de novembro de 2019 – data do dia internacional da violência contra as mulheres –. Esse silêncio demarca a importância de falarmos. No século XIX as mulheres já haviam percebido que suas falas poderiam ter poder e que através delas conseguiriam alterar concepções pré-estabelecidas, a exemplo da abordagem que será desenvolvida ao longo do capítulo 3.

Há vista do que expusemos anteriormente, nos respaldamos na ideia de que as mulheres eram – e ainda são – sujeitos ativos da história. E, baseado no conceito de Sidney Chalhoub, apesar de viverem relações de dependência e estarem subordinadas aos poderes centrados nos sujeitos masculinos, elas não eram *sujeitas* passivas e, portanto, estavam aptas a seguirem seus objetivos e anseios.<sup>18</sup>

\*\*\*

Um questionamento nos norteou ao longo de toda a pesquisa, poderíamos considerar essas mulheres como feministas? De acordo com o cientista político Luis Felipe Miguel “no mundo ocidental, o feminismo como movimento político e intelectual surge na virada do século XVIII para o século XIX e pode ser considerado um filho indesejado da Revolução Francesa”<sup>19</sup>, apesar dessa constatação acreditamos que essa dominação ‘feminista’ não seja adequada para

<sup>15</sup>GUICHARD, Alexandra. Les 15 meilleures citations féministes de Simone Beauvoir. Disponível em: <<https://www.cosmopolitan.fr/les-15-meilleures-citations-feministes-de-simone-de-beauvoir,1961708.asp>>. Acesso em 17/12/2019.

<sup>16</sup>MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

<sup>17</sup>Ministra da mulher, família e direitos humanos no governo do presidente da república Jair Bolsonaro (2019-2022).

<sup>18</sup>CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>19</sup>MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

essas mulheres, ainda que na perspectiva de Miguel as reivindicações tocantes a esse momento do movimento feministas fossem: educação das mulheres, direito ao voto e a igualdade no casamento.

Discordamos desta disposição, haja vista que, o feminismo da forma que conhecemos nasceu apenas no século seguinte. Entretanto, acreditamos que esse movimento brasileiro oitocentista foi fundamental para as diversas conquistas feministas ao longo do século XX e XXI, nesse sentido concordamos com o historiador Eric Hobsbawm, já que, para ele, a história busca recuperar perspectivas no passado a fim de compreender os direitos que dispomos no presente, “não é simplesmente descobrir o passado, mas explicá-lo, e, ao fazer isso, fornecer um elo com o presente.”<sup>20</sup>

No mais, ao questionarmos, no início desta introdução, “quais mulheres eram essas?” nos permitimos abordar a pluralidade existente no universo feminino. Para tanto, seguindo a concepção exposta a partir da fala da ministra Damares, onde afirmamos que o silêncio pode ser significativo, acrescentamos aqui o silêncio dessa imprensa feminina oitocentista – ao menos a aqui abordada – a respeito das mulheres negras. Em uma sociedade inserida em um contexto escravocrata, esse silêncio pode delinear as mulheres participes desta imprensa: brancas e possuidoras de certas condições financeiras. Falava-se muito pouco na *Marmota* sobre a escravidão, possivelmente porque o trabalho escravo era aceito pelas senhoras que escreviam e liam tais periódicos, fazendo com que, no momento em que reivindicassem na imprensa por direitos a educação e as condições de trabalho, fossem ignoradas as questões referentes as mulheres negras.

O movimento da década de 1850 – já comentado – que se preocupava com a formação da nova nação brasileira também se pautava em uma certa exclusão dos negros e, conseqüentemente, da questão relativa à escravidão. Justamente em um momento onde o tráfico de escravos acabara de ser oficialmente proibido.<sup>21</sup> Logo, o jornal que seguia as prerrogativas expostas por essas reflexões, também não se atentava – ao menos de forma frequente e não defendia tais questões - em contestar a estrutura social baseada na escravidão que era posta no século XIX.

\*\*

---

<sup>20</sup>HOBSBAWM, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 220.

<sup>21</sup>Lei nº581 de 04 de setembro de 1850. Acesso em 30/11/2019 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm)

Ademais, consideramos necessário reforçamos que centramos nossa análise na *Marmota* entendendo que a mesma perspectiva poderia ser baseada em outros jornais do período – a exemplo do *Periódico dos Pobres* e *Jornal das Senhoras*, levando em consideração que a imprensa desse momento era ampla e instigante. Posto isso, a escolha por essa folha se deu por algumas singularidades que a acompanharam, como a capacidade de manter-se em circulação por um longo período.

A *Marmota* foi um jornal que abordou, desde o seu princípio, temáticas variadas em suas publicações. Sabendo disso, nos surgiu o questionamento: porque estudar a *Marmota* sob o viés da recuperação de uma história das mulheres e partindo de uma perspectiva de gênero? E não de outras noções que abarcam o periódico, a exemplo da literatura? Escolhemos essa forma de análise tendo em vista que nos preocupamos em realizar uma história das mulheres baseada nas noções postas na *Marmota*, dessa forma questionamos também o processo de construção da nação inserido nesse periódico a partir da ideia dos jornais como instrumentos moralizantes de educação.

Optamos por essa perspectiva historiográfica devido a uma série de escolhas subjetivas. A história das mulheres, ou análise de gênero, vem crescendo nos centros de pesquisas brasileiros e por isso o interesse em estudar as mulheres e suas formas de comportamento diante de uma sociedade desigual nos instigou. Este estudo pretende contribuir para uma historiografia focada na história das mulheres que busca pensar os direitos, escolhas, experiências e negociações de tais objetos de estudo.

No que se refere aos periódicos como fonte de pesquisa, o historiador Marco Morel nos atentou para a dualidade que a imprensa tem na pesquisa historiográfica, já que ela pode ser tanto objeto de análise como fonte.<sup>22</sup> Rodrigo de Oliveira citou Renée Zicman a fim de explorar essa duplicidade, no sentido posto por Oliveira partimos da noção de “imprensa através da história”<sup>23</sup>, sendo um estudo que investiga questões tendo uma folha como fonte primária;

---

<sup>22</sup>Sobre a história da imprensa ver mais em: MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. NEVES, Lúcia Maria. B. P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (Org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1945. SOBRINHO, Barbosa Lima. *O problema da imprensa*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923. VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1945.

<sup>23</sup>OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). *Historiae*, Rio Grande, v. 2, n. 3, pp. 125-142, 2011. P. 128.

portanto esta dissertação trabalha com a imprensa como fonte e não como o objeto em si, mais especificamente a imprensa feminina redigida e editada por homens.<sup>24</sup>

Partimos do princípio que a imprensa feminina foi essencial para os diversos movimentos que as mulheres realizaram no Brasil. Em seu início, tornou-se acessível para as mulheres escrevessem nos jornais, possibilitando assim um maior desenvolvimento das mesmas como escritoras, foi por muito tempo o único canal disponível para que fossem colocadas reivindicações, como a maior participação das mulheres na educação e questionando, posteriormente, uma participação política feminina. Por isso, entendemos a imprensa feminina a partir do que o historiador Marco Morel considerou como ‘força ativa’, a imprensa participou, influenciou e fez parte de diversos movimentos no Brasil. Os meios impressos interagem com o contexto em que estavam inseridos.<sup>25</sup>

No mais é necessário frisarmos que a *Marmota* não foi um periódico redescoberto. De fato, obras historiográficas que tratam de imprensa já citaram o mesmo, ainda em décadas passadas, a exemplo do clássico livro de Nelson Werneck Sodré, onde o autor mencionou a *Marmota* para se referir a Francisco de Paula Brito – seu proprietário – e Machado de Assis – que chegou a ser colaborador do periódico.<sup>26</sup> Ou quando Marcelo Ipanema e Cybele Ipanema escreveram sobre a imprensa fluminense e citaram a *Marmota*.

Recordamos que essa história é apenas uma possibilidade, nos valendo da concepção exposta por Ginzburg ao momento onde ele afirmou que os historiadores não buscam a verdade absoluta em suas análises, mas sim possibilidades e a realidade.<sup>27</sup> Há vista disso, admitimos a multiplicidade da *Marmota* e a partir dessa noção reforçamos que todas as interpretações sobre essa folha podem resultar em imprescindíveis análises da sociedade do século XIX, tendo em vista que os estudos que tomam a imprensa como fonte de pesquisa são capazes de compreender questões referentes ao contexto social que tais jornais estavam abarcados.

É necessário entendermos que a história das mulheres por muito tempo desequilibrou o padrão historiográfico, já que propunha uma nova forma de contar história. Essa maneira mostra as conquistas das mulheres no decorrer da história e, portanto, constrói um outro método de analisar as fontes de pesquisa. Compactuamos com a exposição feita pela historiadora Joana Maria Pedro quando afirmou que “dessa maneira, escrever uma história sobre mulheres, é fazer

---

<sup>24</sup>De acordo com Dulcília Buitoni o termo imprensa feminina refere-se a toda imprensa que tinha como principal público leitor as mulheres, não sendo necessariamente feita por elas. BUITONI, Dulcília S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990.

<sup>25</sup>MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

<sup>26</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

<sup>27</sup>GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

uma crítica a essa história feita apenas sobre homens, de como ela é narrada e a disciplina constituída.”<sup>28</sup>

\*\*\*

Este trabalho se insere, além da perspectiva analítica de gênero, em uma pesquisa norteada pela história social. Nesse sentido, consideramos as mulheres como agentes de sua própria história e buscamos pensar seus escritos a partir dessa noção. Também acreditamos que foi no cotidiano e nos escritos diários que as mulheres conseguiram reivindicar suas posições e alçar espaços dantes inimagináveis; recordando que para atingirem tais objetivos a imprensa foi um caminho fundamental. A historiadora Carla Pinsky demonstrou em um artigo a maneira como a história social poderia melhor se desenvolver quando atenta para o conceito de gênero, ao olhar de maneira mais complexa para as relações sociais que foram - e são - imbricadas pelas relações de poder resultante da diferenciação social e cultural imposta sob o feminino e masculino<sup>29</sup>; isso posto afirmamos que concordamos com essa perspectiva e pretendemos desenvolvê-la ao longo da análise proposta.

Fixada a noção de história social, destacamos os trabalhos de Sidney Chalhoub, tanto *Visões da Liberdade*<sup>30</sup> quanto *Machado de Assis, historiador*<sup>31</sup> e para citar um estudo mais recente sublinhamos a pesquisa da historiadora estadunidense Camillia Cowling, que na mesma perspectiva de Chalhoub elaborou uma investigação social, entretanto introduziu uma interpretação voltada para análise de gênero.<sup>32</sup> Embora ambos trabalhos abordem questões relativas à escravidão nos valemos deles para entendermos as ações dessas escritoras que compunham a *Marmota*.

A partir da interpretação posta por Sidney Chalhoub optamos por trabalhar com a noção de sociedade paternalista - apesar de compreendermos que no texto exposto também caberia analisar a temática baseada na concepção de sociedade patriarcal -. Assim escolhemos tendo em vista sua percepção de entender a agência dos sujeitos sociais ligada as interrelações de dependência, “eram subordinados ao sistema, o que não significa que eram passivos.” No caso

---

<sup>28</sup>PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. História [online]. 2005, vol.24, n.1, pp.77-98.

<sup>29</sup>PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. Revista *Estudos Feministas*. vol.17 no.1 Florianópolis Jan./abr. 2009.

<sup>30</sup>CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

<sup>31</sup>CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>32</sup>COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

desse trabalho, procuramos compreender as mulheres como sujeitos participantes da história, apesar de estarem inseridas em um sistema em que a classe senhorial mantinha uma relação de poder sobreposta as mesmas. As mulheres, no cotidiano, encontraram maneiras de se tornarem *sujeitas* ativas.

No que se refere a abordagem de gênero tomamos como base uma perspectiva social, ou seja, buscamos entender os sujeitos na história, quem eram as mulheres que escreveram no jornal e de que forma elas foram representadas. Para isso, nos embasamos no artigo de Louise Tilly<sup>33</sup>, no qual propõe o gênero como categoria analítica de forma diferente daquela apresentada pela norte-americana Joan Scott<sup>34</sup>. Tilly, em seu trabalho, demonstra preocupação com o contexto, uma concepção histórica na compreensão dos sujeitos, e, nesse sentido, aponta que os estudos de gênero, além de pensarem as relações de poder imbricadas, também deveriam preocupar-se com a experiência das mulheres estudadas.

Ainda sobre a interpretação da história social das mulheres nesta pesquisa outra referência fundamental foi o livro *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850 – 1937)*<sup>35</sup>, pelo qual compreendemos como se iniciou o interesse no estudo de mulheres e a razão de se fazer uma história em que as tivéssemos como protagonistas. A autora, na obra, também aborda como esse movimento estava relacionado à expansão do sentido de fonte para os historiadores(as). Nessa nova onda historiográfica, inclusive, o jornal é citado como uma possível fonte para analisar as mulheres, em vários sentidos, como: “as percepções que as mulheres têm de seus papéis e sobre as relações de poder entre homem e mulher, ou então para pesquisar a prescrição de papéis e a insatisfação com eles e tentar relacioná-los ao comportamento real.”<sup>36</sup>

Não há como negar que essa pesquisa, na mesma medida, se formou dentro de uma história da imprensa, e mais ainda de uma imprensa feminina. Nesse sentido, o livro *Imprensa Feminina*, de Dulcília Buitoni, é essencial. Com a sua leitura, fomos capazes de compreender a categorização de determinado periódico enquanto “imprensa feminina”, que, segundo Buitoni, é a classificação usada para a análise feita a partir da relação entre os jornais e seu público leitor. Nessa perspectiva, a *Marmota*, apesar de não ser dirigida e/ou editada por

---

<sup>33</sup>TILLY, Louise A. Gênero, história social e história das mulheres. Campinas: Cadernos Pagu, Campinas, v. 3, p. 29-62, 1994.

<sup>34</sup>SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul-dez., 1995.

<sup>35</sup>HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850 –1937)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>36</sup>HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850 –1937)*. São Paulo: Brasiliense, 1981p. 21.

mulheres, por ser destinada a leitoras, pode ser reconhecida como “imprensa feminina”. Além disso, a autora também discute diversos aspectos da imprensa destinada às mulheres, e por isso, seu estudo auxiliou no desenvolvimento desta pesquisa.<sup>37</sup>

Sobre a imprensa feminina, a professora doutora Constância Lima Duarte é outra autora fundamental. Através de sua obra, *Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: Século XIX: Dicionário Ilustrado*, pudemos conhecer e reconhecer diversos outros periódicos que compartilharam características com a *Marmota*.<sup>38</sup> Os trabalhos da pesquisadora sobre mulheres escritoras, como sua obra a respeito de Nísia Floresta<sup>39</sup>, entre outros artigos, são enriquecedores em nosso processo de escrita. Além disso, Constância nos auxiliou a pensar a melhor forma para abordar as mulheres que compuseram os escritos da *Marmota*.<sup>40</sup>

Ademais, sobre a história da imprensa, a expressão utilizada por Leriche Garzoni, “arena de combate” também nos atende na compreensão da análise do periódico trabalhado. Assim como exposto por Garzoni entendemos a *Marmota* como uma arena, onde os homens escreviam e as mulheres encontraram espaço para divulgarem suas concepções, no mais, compreendemos que tais mulheres nem sempre estavam conscientes das ações que seus escritos poderiam gerar e os debates causados pelas folhas tratavam-se de uma troca de experiências postas sobre as escritoras e as leitoras.<sup>41</sup>

No que tange as questões referentes ao processo de construção da nação, nos baseamos em dois textos principais. O primeiro foi o livro de Bernardo Ricupero, onde a partir de romances literários o autor pensou a construção da nação brasileira, fazendo um paralelo – tomando o que hoje podemos dizer de perspectiva transnacional – com a formação da unidade nacional argentina.<sup>42</sup> Dessa forma nos foi possível analisarmos algumas situações colocadas na *Marmota*. No mais, também nos respaldamos no artigo de Manoel de Guimarães em que o autor refletiu sobre a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e sua importância no processo de construção, progresso e civilidade nacional.<sup>43</sup>

<sup>37</sup>BUITONI, Dulcília S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990

<sup>38</sup>DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017

<sup>39</sup>DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta, vida e obra*. Natal: UFRN, 1995.

<sup>40</sup>DUARTE, Constância Lima. Arquivos de mulheres e mulheres anarquistas: histórias de uma história mal contada. *Revista Gênero*, Niterói, v.09, n.02, p. 11-17, 2009.

<sup>41</sup>GARZONI, Leriche de Castro. Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX). Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 2012.

<sup>42</sup>RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

<sup>43</sup>GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos* 1(1) 1988, P.5-27.

Destacamos também alguns trabalhos que se atentaram a questões referentes a *Marmota*, mas que partiram de concepções distintas das trabalhadas neste estudo, demonstrando as várias formas de abordar o jornal como fonte. Rinaldo Cavalcanti dos Santos pesquisou e analisou a primeira fase da folha, conhecida como *A Marmota na Corte*. O pesquisador catalogou cada edição da primeira fase do periódico (1859-1852) e abordou as maneiras como diversos temas se apresentaram no jornal através de prosa, poesias, anedotas, charadas, motes e glosas. Santos dedicou um subcapítulo à participação das mulheres no periódico, mas o fez de maneira rápida, tendo em vista que uma análise integral não era o objetivo do trabalho.<sup>44</sup>

Assim como Santos, Juliana Simionato realizou uma pesquisa sobre a *Marmota*. A autora investigou o perfil editorial da folha, focando na relação estabelecida com Machado de Assis, além de pensar nos escritos de Machado editados na tipografia de Francisco de Paula Brito. Para isso, abordou rapidamente a história do periódico, passando por todas as suas fases. Em suma, o objetivo de Simionato foi reunir todos os escritos de Machado de Assis na folha durante o período de sua colaboração (1855-1861).<sup>45</sup>

Outro trabalho fundamental foi a tese de Rodrigo Godoi sobre o editor da *Marmota*, Francisco de Paula Brito. Godoi desenvolveu uma relevante pesquisa sobre o editor, levantando dados a partir de diversos momentos da trajetória de vida desse sujeito, responsável pela edição de inúmeros livros e jornais, incluindo o seu próprio, a *Marmota*.<sup>46</sup> Essas pesquisas, descritas acima, foram indispensáveis durante o processo de formação deste trabalho. Com elas, nos foi possível categorizar a maneira que desenvolvemos este estudo e de qual forma ele foi elaborado; por isso, as consideramos como determinantes no andamento desta investigação.

Foi nesse sentido que a pesquisa começou a se formar. A leitura e a investigação do conteúdo da *Marmota* foram realizadas fundamentando-se na perspectiva adquirida após o estudo das pesquisas desses historiadores e da forma como eles encararam os objetos colocados em questão. Tendo isso em vista, a seguir exponhamos a maneira como distribuimos os capítulos presentes nesta dissertação.

## **Divisão dos capítulos**

---

<sup>44</sup>SANTOS, Rinaldo Cavalcante dos. *A Marmota na Corte: recreação e vereda literária no cenário cultural do século XIX. 1849=1852*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade, Universidade de Assis, São Paulo, 2009.

<sup>45</sup>SIMIONATO, Juliana Siani. *A Marmota e seu Perfil Editorial: Contribuição para edição e estudos dos textos machadianos publicados nesse Periódico (1855 – 1861)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

<sup>46</sup>GODOI, Rodrigo Camargo. *Um Editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: Edusp, 2016.

Com base no exposto até aqui, o trabalho foi dividido em três capítulos, a fim de que fosse possível entender melhor essa relação da cultura impressa e as mulheres no Oitocentos. No primeiro capítulo, optamos por adentrar no universo da *Marmota* e compreender a maneira como a folha se formou como um periódico voltado ao público feminino, dessa forma caracterizamos uma série de publicações e nos dedicamos a entender como os redatores se referiam ao público leitor feminino, delimitando seções destinadas as mulheres e exercendo, através das publicações, funções moralizantes. Assim como procuramos analisar a inserção do jornal no contexto da década de 1850, até como a criação de diversas outras *Marmotas* produzidas no mesmo período e que se relacionaram com a folha carioca de forma a trocarem publicações. A elaboração de outros jornais no mesmo molde do periódico pôde nos dizer muito a respeito de sua extensão, da maneira como ele se impôs à província fluminense e da influência que exercia no restante do país. Percebemos, igualmente, que folhas diárias de ampla circulação também mantiveram certa relação com o jornal.

O objetivo desse primeiro capítulo, portanto, foi compreender a sua formação enquanto imprensa feminina, sua função moralizante no que refere as noções de educação das leitoras e do progresso do país, o lugar que a folha fluminense possuía no período em que circulou na Corte brasileira e suas inter-relações com outras localidades. Afirmamos, ao longo da introdução, que faremos uma história das mulheres tendo a *Marmota* como fonte, entretanto nesse primeiro capítulo nos debruçaremos no periódico, justificamos a necessidade de assim realizarmos esse trabalho com a perspectiva proposta por René Zicman, onde a historiadora afirma que mesmo as análises que investigam a história através da imprensa devem se ocupar em traçar as principais características dos jornais consultados. Zicman alerta, portanto, o quanto é fundamental historicizar os periódicos.<sup>47</sup>

Após apresentar o periódico e compreender o domínio que o mesmo tinha na década de 1850, especialmente no Rio de Janeiro, além de identificar seu papel moralizante optamos por, neste capítulo, analisarmos os escritos das mulheres que publicavam na folha e, a partir de suas aparições, buscamos entender o lugar que a imprensa feminina dedicava às elas. Além de pensar nos escritos, procuramos definir estratégias e negociações que colocaram-nas como participantes dessa imprensa; analisando seus escritos como formas de pensar a construção da nação, a educação feminina, o padrão de beleza do Oitocentos, as objeções aos casamentos

---

<sup>47</sup>ZICMAN, René Barata. História a través da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP*. São Paulo: PUCSP, n. 4, 1985.

forçados - tão habituais a sociedade -, a idealização do amor através das poesias e, por fim, uma crítica a exclusão da participação feminina na política. Ao constatarmos as estratégias inferimos que certas questões se baseavam em concepções postas de construção da unidade brasileira e por isso refletimos a respeito dessas proposições.

No terceiro capítulo optamos por analisar uma série de publicações elaboradas como forma de oposição a um projeto de Lei que estava em discussão na Câmara dos Deputados na década de 1850, o projeto de Lei *Não há de se casar* e os debates posteriores que foram postos na *Marmota*. O projeto em questão foi colocado na imprensa, e a partir das proposições apresentadas e das séries de críticas postas, seu debate na Câmara não teve prosseguimento; diante dessas questões nos propusemos a analisar tais pontos. Ao investigarmos concluímos que os militares faziam parte das reflexões que propunham civilizar o país, diante disso o Estado almejava controlar a *classe dos militares* e os matrimônios a serem realizados pelos mesmos. Insatisfeitos, as mulheres e militares demonstraram a forças das reivindicações sociais e a agência das mulheres descontentes com tais proposições. Mais uma vez o desenvolvimento da nação estava em jogo e as mulheres, através da *Marmota*, apresentavam uma certa preocupação com o correr desses debates. Nessa via, em tal parte da dissertação, o recorte de classe se fez mais necessário, considerando-se que tal projeto a ser debatido atingiria, principalmente, as mulheres mais pobres, como iremos apresentar ao longo do terceiro capítulo. Tal trecho também se torna fundamental para compreendermos as forças sociais dispostas no universo feminino e, portanto, uma agência social das mulheres.

Por fim, na conclusão, selecionamos uma série de publicações intituladas *Assembleias do Bello Sexo*. Com nome evidentemente característico, as *Assembleias* são, de fato, singulares e intrigantes de se estudar. Tratavam-se de reuniões onde se apresentavam apenas membros mulheres, elas se propunham a discutir diversos assuntos e a tomar decisões; a temática variava desde a emancipação feminina<sup>48</sup> até a assuntos como as músicas dos bailes e os domingos de descanso. Presentes na *Marmota* – e em publicações do *Periódico dos Pobres* -, buscamos analisá-las a fim de percebermos algumas construções sociais e percalços enfrentados pelas

---

<sup>48</sup>A ideia de emancipação feminina seguida no século XIX provinha dos ideais que viriam a ser, em meados da década de 70, concepções postas pela corrente positivista. Fernanda Andrade aborda no capítulo 03 de sua dissertação essa questão: ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Estratégias e escritos: Francisca Diniz e o movimento feminista do século XIX (1873/1890)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. De acordo com Kelly Nascimento as *feministas* do século XIX acreditavam que a emancipação feminina seria um processo de conscientização das mulheres em relação aos seus direitos para além do universo privado, sem, no entanto, abandonar tal espaço. NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

mulheres do século XIX. Com esse olhar sobre as *Assembleias* é possível perceber certos costumes presentes na sociedade oitocentista, costumes estes que são reveladores das forças sociais do período.

## CAPÍTULO 1

### ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E OBJETIVOS DA *MARMOTA*: UM JORNAL PARA AS MULHERES NA DÉCADA DE 1850

O objetivo deste primeiro capítulo é apresentar para as(os) leitoras(leitores) o que era a *Marmota*. Em seus diversos aspectos, pretendemos revelar como o periódico se formou, como ele determinou-se destinado ao público feminino e, nesse sentido, de que maneira suas publicações foram se direcionando para determinados leitores(as) de forma moralizante e instrutiva. Além de apontar questões relativas à sua impressão, formato, edição e os sujeitos que estavam por trás do desenvolvimento dessa folha, haja vista que o jornal, por si só, não poderia expressar nenhum debate e suas discussões estavam relacionadas aos sujeitos que determinavam as temáticas que seriam publicadas. Frisamos ainda que os jornais, assim como abordado por Chartier, exprimiam uma intenção<sup>49</sup>; nesse sentido o objetivo da *Marmota* era disseminar um comportamento ideal a ser seguido pelas leitoras em um momento onde estava em pauta questões tangentes ao progresso da nação, e as mulheres, conseqüentemente, tinham um papel nesse ponto, que era, principalmente, relativo a educação, matrimônio e maternidade.

#### 1.1 O que era a *Marmota*

##### 1.1.1 Estrutura, editores e redatores

Nesse trecho destacamos os editores, redatores e proprietários da *Marmota* tendo em vista que precisamos compreender o jornal para além de seu conteúdo. O periódico não se construiu sozinho e por isso resgatamos, mesmo que rapidamente, os indivíduos que organizavam a folha. Seguimos a concepção proposta por Darnton, quando o autor afirma sobre a necessidade de entender os sujeitos em suas análises.<sup>50</sup> Assim como seguimos a noção do conceito de ‘paradigma indiciário’ em que Ginzburg declarou sobre a necessidade de refletir a respeito do documento a ser analisado<sup>51</sup>, nesse sentido, investigamos acerca da época, elaboração e destinação do documento, que neste caso é a *Marmota*.

---

<sup>49</sup>CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1999.

<sup>50</sup>DARNTON, R. (2008). O que é a história do livro? revisitado. *Artcultura*, 10(16). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1503>

<sup>51</sup>GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Seguimos também as noções postas por uma historiografia da imprensa, onde julga-se necessário expor a estrutura do jornal a ser utilizado no trabalho de pesquisa, citamos a título de exemplo o trabalho de Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros, onde os autores desenvolveram uma ficha técnica em que é possível interpretar os periódicos a serem trabalhados<sup>52</sup>, e a pesquisa de Karoline Carula sobre a imprensa feminina no final do Oitocentos, onde a autora também caracterizou os jornais a serem analisados.<sup>53</sup> Nesse sentido, nessa parte abordaremos brevemente sobre a composição do periódico, seu proprietário, redatores, editores, tiragens, seções, páginas, para que assim possamos compreender a complexidade da construção da folha. A imagem 1 apresenta a primeira página da primeira edição da *Marmota*:



Imagem 1: Primeira página da primeira edição do periódico *Marmota*. Retirada do site da Hemeroteca Nacional: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706906&pesq=>. Acessado em 13/12/2019.

<sup>52</sup>MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

<sup>53</sup>CARULA, Karoline. *A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX*. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v.24, n.1, jan-abr.,2016.

A fim de explicar a folha, começemos pelo título. A razão para o nome do periódico pode ser encontrada na definição da palavra, que transcrevemos de acordo com o *Dicionário Moraes e Silva*:

Marmota, s.f. (do Fr. Marmote, animal dos Alpes, que os moços Saboianos andam mostrando por dinheiro, e que trazem em uma boceta, ou caixa, como também trazem às vezes para o mesmo fim uma câmara ótica; o que causou a confusão dos nomes) Caixa onde se põe estampas de países, e um espelho, onde elas se pintam, e olha-se por uma lente de aumentar a vista, para ser acrescentadas as figuras das estampas, e os espaços, etc. no espelho que mira a lente da marmota. É o seu legítimo nome câmara ótica.<sup>54</sup>

No século XIX, *marmota*, além de ser um “animal dos alpes”, era uma nomeação possível para “câmara ótica”, funcionando, então, como uma lente – a *marmota* permitia enxergar melhor. Nesse sentido, o título foi elaborado tendo como base tal interpretação. Segundo Rinaldo dos Santos, na época de circulação do jornal, surgiram diversas folhas que traziam em seus nomes essa ideia de “observação”, “investigação”, assim como: *A Luneta*, *Observador Constitucional*, *O Espectador*, entre outros.<sup>55</sup> O nome do periódico pode ser encarado como uma estratégia tipográfica.<sup>56</sup> Ainda sobre o substantivo, no aniversário de dez anos do jornal, o então redator Francisco de Paula Brito escreveu um artigo, onde dizia: “bicho dos alpes, ou câmara ótica, a *Marmota* continuará a ser vigilante atalaia dos interesses do povo, das letras, da ciência, do comércio, da indústria e das artes.”<sup>57</sup>

O periódico sofreu algumas modificações no decorrer de sua existência e teve dois redatores principais, Próspero Ribeiro Diniz e Francisco de Paula Brito, com a sua primeira edição em 1849 e saindo duas vezes por semana, ininterruptamente, até 1861. Com o formato de quatro páginas, custava oitenta réis nos primeiros anos, mas chegou ao valor de cento e vinte réis até cento e sessenta réis e era impresso pela tipografia de Paula Brito, posteriormente nomeada como *Dous de Dezembro*. Em 1864, por sua vez, houve um retorno inesperado do periódico. Inesperado porque Francisco de Paula Brito morreu ao final de 1861, o que justifica os dois anos que a folha cessou suas atividades.

<sup>54</sup>SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 6ª edição, 1858.

<sup>55</sup>SANTOS, Rinaldo Cavalcante dos. *A Marmota na Corte: recreação e vereda literária no cenário cultural do século XIX. 1849=1852*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade, Universidade de Assis, São Paulo, 2009.

<sup>56</sup>CHARTIER, Roger. (org.). *Práticas de leitura*. (Tradução de Cristiane Nascimento). São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

<sup>57</sup>A *Marmota*, Rio de Janeiro, n.1089, 09 de setembro de 1859.

Em função das diversas mudanças, classificamos a *Marmota* em quatro fases distintas. A primeira fase contempla o envolvimento de Próspero Diniz, indo de 1849 até 1852, sob o nome de *A Marmota na Corte*. A segunda teve transformações significativas, tais como: o jornal passou a ter três colunas, a custar cento e vinte réis e estava somente sob edição e redação de Paula Brito – entre os anos de 1852 a 1857, quando recebeu o nome *Marmota Fluminense*. Durante esse período, Paula Brito desenvolveu sua tipografia, que alterou seu nome para *Dous de Dezembro*, e o jornal viveu sua melhor época; a tipografia de Paula Brito era uma das principais do império, o que auxiliou na proporção de leitores e locais que a *Marmota* atingia na metade do século XIX.<sup>58</sup> Mas, em meados de 1856, seu empreendimento iniciou um processo de falência, o que fez com que a folha sofresse algumas alterações, marcando o princípio de sua terceira fase – de 1857 até 1861 –, momento em que o jornal anunciou seu novo título, *A Marmota*, e alterou o valor para cento e sessenta réis. Consideramos, ainda, um quarto momento, que compreende as quinze edições de 1864.

Apesar do jornal sair de circulação em 1861, a tipografia de Paula Brito continuou sob o comando de sua viúva, Rufina Rodrigues da Costa.

A tipografia de Paula Brito sobreviveu ao editor. De 1862 a 1867, funcionou sob a responsabilidade da firma da *Viúva de Paula Brito & Genro*, ainda na Praça da Constituição, nº64 e 66. De 1868 a 1875, o Almanaque Laemmert anuncia a tipografia de Paula Brito, na Rua do Sacramento, nº10, tendo como chefe exclusivo da firma a Viúva de Paula Brito.<sup>59</sup>

É certo que Rufina da Costa foi fundamental para que a tipografia de seu falecido marido não fechasse as portas, logo sabemos do papel indispensável que a mesma teve quando estava ao lado de Paula Brito no desenvolvimento de seu empreendimento, a *Dous de Dezembro*.<sup>60</sup> Entretanto, não obtivemos muitas informações de Rufina Rodrigues da Costa ao longo de nossa investigação.

A *Marmota* era formada, em sua primeira fase, por duas colunas ao lado das quatro páginas que o compunham. No decorrer dos anos, ocorreram algumas mudanças em sua estrutura e o jornal passou a ser constituído de três colunas, a fim de que coubesse mais conteúdo, conforme exposto na folha. As publicações limitavam-se a artigos, folhetins, poesias,

<sup>58</sup>Para saber mais sobre Paula Brito e sua tipografia ver em: GODOI, Rodrigo Camargo. *Um Editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: Edusp, 2016.

<sup>59</sup>GONDIM, Eunice. *Vida e obra de Paula Brito*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965. P. 39.

<sup>60</sup>Não foi um acontecimento atípico o fato de Rufina da Costa ter assumido o empreendimento de seu falecido marido, no Império algumas mulheres que ficavam viúvas acabam por se responsabilizarem pelos negócios do marido. LEITE, Miriam Moreira. *A condição Feminina no Rio de Janeiro: século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1984. P. 44.

charadas e litografias, apesar de possuir alguns anúncios. Na primeira página constavam, em sua maioria, artigos dos redatores – a depender do período, Próspero Diniz ou Paula Brito -. A partir da 2ª fase (1852-1857) passou a ser mais frequente a publicação de folhetins, que ocupavam o final da primeira e segunda página; no restante contava com as publicações dos colaboradores e dos leitores que enviavam seus escritos, havia também muitas traduções que eram publicadas no meio do periódico – as traduções eram feitas, em sua maioria, por homens, no entanto uma das filhas de Paula Brito contribuiu com o jornal a partir da composição de algumas traduções.<sup>61</sup> Na última página ficavam as poesias, litografias, anedotas, charadas e anúncios.

A *Marmota* foi se tornando um periódico reconhecido ao momento em que Paula Brito despontava com a sua tipografia, seus planos de torná-la a principal tipografia do Brasil fez com que comprasse maquinário europeu e investisse na mesma no princípio da década de 1850.<sup>62</sup> Anos antes do despontamento de sua tipografia, em meados da década de 1830, logo após Paula Brito comprar a livraria de seu primo Salvino<sup>63</sup>, inaugurou a Sociedade Petalógica, o nome tem origem na palavra ‘peta’ que significa mentira, a intenção inicial das reuniões dessa sociedade era, de fato, conversar e contar mentiras, entretanto seus temas acabaram variando com o tempo e os integrantes passaram a discutir sobre política. Os homens participantes reuniam-se na loja de Paula Brito e seus membros eram grandes escritores brasileiros como Machado de Assis e Teixeira de Souza. Para Bruno Martins:

Com grande concentração de literatos e políticos, a *Petalógica* também reunia artistas, atores, músicos e “muita gente que não era intelectual”. No entanto, apesar dessa amplitude de audiência, havia uma restrição naqueles dias patriarcais: “só entravam homens”. De maneira indireta, ao publicar para o público feminino Paula Brito parecia compensar essa ausência, promovendo na página impressa, a interação entre o masculino e feminino.<sup>64</sup>

No período em que Paula Brito esteve à frente da *Marmota* como redator – além das ocupações já mencionadas de editor e proprietário – a Sociedade Petalógica começou a aparecer mais na imprensa. Em meados da década de 50, começou a ser publicado na *Marmota Fluminense* a ata de suas sessões e assim o público leitor passou a ter uma maior noção do que ocorria nessas reuniões. No mais, além da Sociedade ter tido um desenvolvimento a partir das

<sup>61</sup>GONDIM, Eunice. *Vida e obra de Paula Brito*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

<sup>62</sup>GODOI, Rodrigo Camargo. *Um Editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: Edusp, 2016.

<sup>63</sup>GODOI, Rodrigo Camargo. *Um Editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: Edusp, 2016.

<sup>64</sup>MARTINS, Bruno Guimarães. Da política das letras à lógica das petas: Francisco de Paula Brito e a imprensa oitocentista. *2 XI Encontro Nacional de História da Mídia - ALCAR 2017017*. (Encontro). P. 12.

aparições no periódico, o jornal também se beneficiou da Sociedade, haja vista que era no momento dessas reuniões que Paula Brito estruturava suas alianças sociais e políticas.<sup>65</sup>

### 1.1.2 Valor dimensional da folha: o que a *Marmota* representava na década de 50

Consideramos a dimensão significativa da *Marmota* nos anos 1850. O jornal circulou durante 13 anos, ultrapassou toda a década de 50 com suas peculiaridades, como o fim do tráfico negreiro e o gabinete da conciliação, situações intimamente relacionadas aos conceitos de civilização que estavam sendo trabalhados pelo governo.<sup>66</sup> Além disso, sustentou-se a todas as transformações sociais – como a instalação das ferrovias, a iluminação a gás chegando na Corte e a agricultura cafeeira crescendo na província fluminense –.

Tais fatos comprovam como a folha era querida e realmente atingia um grande público, conforme afirmado no seguinte trecho: “pois como a sua *Marmota* corre todas as praças, ruas, becos, esquinas, corredores, casinhas e sobrados, e é vista por todos”<sup>67</sup>. Segundo Tania de Luca na segunda metade do século XIX o império desfrutava de tranquilidade econômica devido ao café e de certa estabilidade política<sup>68</sup>, nesse sentido diversas atividades estavam começando a fazer parte do Brasil o que demandava maior circulação de informações; posto isto, os meios de comunicação estavam se inovando.<sup>69</sup>

Nessa passagem também buscamos demonstrar o lugar que a *Marmota* possuía em meados da década de 1850, a partir da identificação de certas folhas que foram inspiradas neste periódico. Seu formato agradava a tantos leitores que, ao longo dos anos 1850, diversos outros jornais influenciados pela *Marmota* do Rio de Janeiro apareceram em várias províncias brasileiras. No entanto, é preciso ressaltar que mesmo a *Marmota* carioca foi uma criação influenciada pelo jornal baiano de mesmo nome.

A título de exemplo citamos *A Verdadeira Marmota de Próspero Diniz* e da *Marmota Pernambucana* que foram criadas por Próspero Diniz, enquanto este esteve fora da Corte devido a problemas pessoais<sup>70</sup>, os jornais redigidos por Diniz compartilhavam alguns objetivos como

<sup>65</sup>GODOI, Rodrigo Camargo. *Um Editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: Edusp, 2016.

<sup>66</sup>MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema: a construção do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1986.

<sup>67</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, n.86, 23 de agosto de 1850.

<sup>68</sup>Estabilidade questionada por parte da historiografia. Ver mais em: FERRAZ, Paula Ribeiro. *O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

<sup>69</sup>LUCA, Tânia Regina de. Fontes imprensas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas*. Org. Carla Bassanegi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2005. P. 111-153.

<sup>70</sup>Para saber mais sobre Próspero Diniz ver: REIS, L. J. M. Próspero Diniz: redator e colaborador na imprensa oitocentista. In: *ANPUH*, 2019, Recife. Anpuh - Brasil - 30 Simpósio Nacional de História, 2019.

o desenvolver a “civilidade” do público feminino e uma preocupação com a instrução feminina, que pode ser identificada no trecho: “a instrução da mocidade feminina muito está adiantada, é rara a moça que nesta época não aprende a tocar”.<sup>71</sup>

Esses periódicos se interligavam pelo fato de Próspero Diniz ter sido redator de todas as folhas em algum momento, repartindo características, desenvolvendo especificidades em cada um dos jornais, sempre partilhando a ideia de ser bom para o público feminino e de se manter como uma folha imparcial. Mesmo após a saída de Próspero Diniz d’*A Marmota na Corte*, e inclusive após a sua morte – em 1852 -, os periódicos continuaram compartilhando publicações e, de acordo com Paula Brito “*A Marmota da Corte* pode extrair das outras *Marmotas*, porque todas elas são águas da mesma fonte, para que a final reverterem.”.<sup>72</sup>

Além dessas *Marmotas* que compartilharam o mesmo redator com a *Marmota carioca*, existiram também alguns periódicos que foram estabelecidos em certas províncias, no Maranhão, a *Marmota Maranhense* e na província do Grão Pará, a *Marmota Paraense*; no entanto tais folhas não eram reconhecidas nem por Próspero Diniz – enquanto redator da *Marmota carioca* -, nem por Francisco de Paula Brito, que chegou a criticar a publicação dessas folhas que, em certa medida, se valiam da popularidade do jornal fluminense a fim de garantir leitores em lugares geograficamente distantes da Corte. Esses plágios aborreciam os redatores, considerando que com eles não obtinham nenhum tipo de lucro com a venda de tais periódicos:

Um especulador, no Maranhão, inventou um periódico ao qual deu o título de – *Marmota Maranhense* – e esta *Marmota* é toda cheia dos artigos da *Marmota na Corte*! Os artigos de fundo, as correspondências, as poesias, (algumas das quais mesquinho parto de nossa imaginação), tudo é passado para a casa do tal Belchior, sem ao menos dizer de onde os extrai, do que tem resultado haver aqui na corte quem transcreva nossos artigos, nosso versos, etc., pondo-lhes apenas por baixo – da *Marmota Maranhense* – talvez inocentemente. Pouco nos importara isto, se de tanto abuso não nos resultasse o prejuízo de não termos no Maranhão, Pará, Ceará, etc., assinante algum; e assim deve ser; porque sendo – *Marmota Maranhense* – mais barata, (pois que o redator não paga colaboradores, nem assinaturas de jornais estrangeiros) mais vale recebê-la a folha, quase em dia, do que esperar pelos correios, que daqui a levam.<sup>73</sup>

No que se refere aos jornais de grande circulação, os dois principais redatores da *Marmota* – Próspero Diniz e Paula Brito – utilizaram dessas folhas, a exemplo do *Correio Mercantil*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Comércio* a fim de anunciarem a *Marmota*. As propagandas ocorreram, principalmente, em dois momentos: no período em que estavam

<sup>71</sup>*A Marmota*, Salvador, n.250, 20 de junho de 1849.

<sup>72</sup>*A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, n.121, 7 de janeiro de 1851.

<sup>73</sup>*A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, n.152, 25 de abril de 1851.

inaugurando o jornal e para tanto necessitavam divulgar o periódico e quando – após falência da tipografia *Dous de Dezembro*, já comentada anteriormente – o jornal enfrentava dificuldades financeiras e desestabilizado, prestes a cessar suas atividades, necessitava de novos assinantes.

Para tanto, por volta de 1849/1850 encontramos diversos anúncios valorizando a *Marmota* e afirmando que sua leitura atingia toda espécie de gente. O *Correio Mercantil* publicou que a *Marmota* era para todo tipo de público: “Esta Marmota tem vistas de todas as qualidades, feitios e cores! É Marmota para ricos, pobres, fidalgos, plebeus, padres, frades, militares, enfim, é marmota para toda gente que quiser ver mediante 80 réis”<sup>74</sup>. Essa reflexão também estava sintetizada no seguinte trecho retirado do mesmo jornal: “marmota das moças, marmota do entrudo, marmota de todos, marmota de tudo.”<sup>75</sup>

No *Jornal do Commercio* as publicações tentavam convencer os leitores a assinarem a folha, mostrando o quanto era barata e o quanto se importava com o *bello sexo*, já que publicava muitos artigos interessantes para as mulheres:

Assinai a Marmota, que é bonita  
 É folha que a ninguém desacredita,  
 Traz sempre artigos sérios e jocosos,  
 Muitos versinhos belos e amorosos;  
 Faz transcrição de autores conhecidos,  
 Sendo preciso, fala de partidos,  
 (que a Marmota só quer e só deseja,  
 Que a terra do Brasil ditosa seja):  
 Assinai e tereis divertimento  
 De artigos, que vos dão contentamento;  
 Tereis de França lindos figurinos  
 Lundus, modas, romances, valsas, humos,  
 E tudo isto de graça! o que assignar  
 De maio até dezembro, há de pagar  
 Somente seis mil réis! que barateza.  
 Que pechincha, meu Deus! Oh que beleza!<sup>76</sup>

O *Diário do Rio de Janeiro* também anunciou muitas vezes a *Marmota*, de 1849 a 1864. Suas publicações, por vezes, apareciam em formato de versos; assim como o exemplo a seguir:

No jardim da nossa imprensa  
 A – Marmota – é uma flor;  
 Em seu gênero não há  
 No país coisa melhor.<sup>77</sup>

<sup>74</sup>*Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 303, 06 de novembro de 1849.

<sup>75</sup>*Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 43, 12 de fevereiro de 1850.

<sup>76</sup>*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 147, 28 de maio de 1853.

<sup>77</sup>*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.228, 22 de agosto 1857.

A partir de 1851, quando a tipografia *Dous de Dezembro* já estava mais consolidada, o *Correio Mercantil* publicou um artigo em que elogiava Paula Brito pelo empreendimento, mas, em contrapartida, criticava o valor das ações do mesmo. No trecho a seguir, é possível compreender a representação de Paula Brito como um sujeito interessado nos lucros que as edições de livros e jornais poderiam significar e não somente como amante das letras: “todavia sentimentos que o preço das ações não fosse mais módico: o Sr. Paula Brito deveria lembrar-se dos homens das letras e não dos capitalistas, e aqueles e não estes deverão ser seus únicos acionistas”.<sup>78</sup> Essa crítica, de fato, era consistente, tendo em vista que Godoi constatou que os maiores acionistas da *Dous de Dezembro* eram comerciantes e negociantes, demonstrando que Paula Brito preferia eles aos literatos, apenas dois dos acionistas eram professores.

Não obstante o Plano da Empresa Tipográfica Dous de Dezembro dizer que um dos seus objetivos era “auxiliar o progresso das Ciências e das Letras”, Paula Brito também era um capitalista e negociante e, como tal, buscava priorizar as fontes mais eficientes para capitalizar os recursos para a organização e manutenção do seu empreendimento, o que por algum tempo deu certo.<sup>79</sup>

Em meados de 1857/1858, quando decretada a falência da tipografia de Paula Brito, os anúncios foram, aos poucos, modificados. Em 1858, no pior momento da folha, foram publicados diversos anúncios procurando novos subscritores:

Se quereis divertimento;  
Ide assinar a MARMOTA:  
Sem o vosso acolhimento,  
Leitor, ela bate a bola...<sup>80</sup>

Assim, para garantir novos assinantes afirmava-se que a leitura da *Marmota* seria um bom divertimento para toda a família:

Não é bem apreciada pelos pais de família do nosso país a influência que podem ter sob a felicidade doméstica as leituras de trabalhos escritos por aquelas penas feitas no seio de suas famílias, se forem bem seguidas e dirigidas. Além de que elas criam costumes domésticos, reunindo a certas horas fixas aqueles que habitam sob o mesmo teto, obram o mesmo tempo sobre todos eles, aumentando o número de pontos de contacto e apertando os laços de parentesco. Demais a comunidade de instrução e de emoções que resulta dessas leituras irmana os espíritos e os corações...<sup>81</sup>

<sup>78</sup>*Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n.173, 23 de julho de 1851.

<sup>79</sup>GODOI, Rodrigo Camargo. *Um Editor no Império*: Francisco de Paula Brito (1809-1861). São Paulo: Edusp, 2016. P. 165.

<sup>80</sup>*Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n.285, 16 de outubro de 1859.

<sup>81</sup>*Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 99, 10 de abril de 1860.

A despeito da relação entre a *Marmota* e o público feminino, Paula Brito publicou no *Correio Mercantil* um artigo intitulado *A Marmota e o Bello Sexo*, onde afirmava que as mulheres brasileiras não eram como as francesas, pois, diferentemente destas, as brasileiras tinham pouco hábito de leitura. Por isso, afirmou que havia na *Marmota* uma seção onde seria traduzido alguns trechos de livros cujo assunto principal eram as mulheres, intitulada *As mulheres e os apaixonados*. Além de anunciar a venda de alguns desses livros, Paula Brito traduzia muitos trechos de grandes obras em seu jornal, inclusive algumas escritas por mulheres. Assim como a seção “as mulheres e os apaixonados”, ele publicou uma série com a tradução de escritos feitos por senhoras e chamava: “mulheres segundo elas mesmas”. Com essas publicações, ele afirmava para os(as) leitores(leitoras) do *Correio Mercantil* a necessidade de incentivar as mulheres a lerem e, assim, buscava mais assinantes para sua folha.

O que constamos é que Próspero Diniz investiu nas folhas diárias de grande circulação para anunciar a chegada de seu periódico no Rio de Janeiro e que Paula Brito apostou nessas mesmas folhas, quando ao declarar falência, precisou expandir seu número de assinantes. As propagandas da *Marmota* incentivavam os leitores a comprar um jornal completo que abordava muitos assuntos, cuja as temáticas interessariam a toda a família e que se preocupava, inclusive, com o interesse das mulheres.

## **1.2 “Desenvolver a civilidade do público feminino”: A *Marmota* como um jornal instrutivo**

### **1.2.1 Imprensa feminina e o contexto histórico da década de 50**

O fato é que a *Marmota* chega hoje ao seu – décimo aniversário – sem inimigos, sem antagonistas, sem desafeiçoados, ao que nos parece, porque ela é de uma excentricidade tal, que não prejudica os interesses de ninguém, e vive como pode sem ofender a gregos nem troianos.

[...]

Brilhantes quadras têm a *Marmota* contado em sua vida de – dez anos. – Poucas são as penas notáveis do país, que já não tenham abrilhantado suas colunas com artigos mais ou menos importantes: ela sabe o que dela tem se exigido, os serviços que direta e indiretamente tem prestado. Boa para todos, dócil e condescende, respeitadora sempre do mérito, apologista do talento, inimiga da – ciência engarrafada – a *Marmota* não tem cedido, nem cederá jamais a aquilo que ela entender que é – uma imposição.

[...]

Aqueles, portanto, que por seu bom gênio benfazejo e decidida predileção por nós, e pela nossa folha, entendendo que nos deve ser úteis, não pelo que lhes temos feito pessoalmente, mas pelos serviços que temos prestado ao país e

poderemos ainda prestar, a *Marmota* vá além dos seus – dez anos – mais por nós, talvez, do que por ela mesmo, a esses é que os apaixonados de uma folha que é essencialmente voltada – ao *BELLO SEXO* – tem de agradecer a sua continuação.<sup>82</sup>

O trecho transcrito acima é de um artigo publicado na *Marmota* e escrito por Francisco de Paula Brito em comemoração ao décimo aniversário da folha. Nos parágrafos destacados, é possível apontar as razões elencadas pelo autor para a longevidade da *Marmota*, como seu aspecto cordial, que a todos agradava. Além disso, Paula Brito também reforçou a imagem de uma publicação fundamentalmente voltada para o público feminino – na passagem representada pelo termo *bello sexo*.

No dia 07 de setembro de 1849, o jornal saiu dos prelos da tipografia de Paula Brito pela primeira vez. Nesses tempos, quem o redigia era o baiano Próspero Ribeiro Diniz que, recém-chegado ao Rio de Janeiro, se mostrava entusiasmado com a redação da folha, então com outro título – *A Marmota na Corte*. Nas palavras do próprio: “O nosso plano é reformar abusos, recrear leitores, e ganhar a estimação das simpáticas meninas que honrarem a *Marmota* com as suas mãozinhas macias e acetinadas.”<sup>83</sup>

A citação do parágrafo acima foi publicada dez anos antes da transcrição que abre o subcapítulo e, apesar de muitas mudanças – redação, formato, título, preço – terem afetado o periódico, ele permaneceu fiel ao seu principal público leitor – as mulheres. Outra característica que se destaca no jornal, foi a capacidade de manter-se em circulação por um longo período, o que era um traço incomum nos jornais que se dedicavam ao *bello sexo* e tinham como objetivo as modas e variedades.<sup>84</sup> Haja vista que periódicos que resistiram por muitos anos em circulação eram, usualmente, aqueles que se destinavam às abordagens noticiosas, a exemplo do *Diário do Rio de Janeiro* e do *Jornal do Comércio*.

Destacamos que no período em que a *Marmota* começou a sair dos prelos da tipografia de Francisco de Paula Brito publicar jornais voltados para o público feminino não era mais novidade. Uma série de periódicos já haviam realizado esse feito, inclusive em outras províncias, como é o caso da província de Minas Gerais, onde foi publicado, ainda na década de 1820, *O Espelho Diamantino*.<sup>85</sup> Frisamos ainda que Paula Brito havia sido editor de outra

<sup>82</sup>A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed1089, 09 de setembro de 1859. Todas transcrições feitas neste trabalho tiveram sua ortografia atualizada, para que não interferisse no sentido das frases.

<sup>83</sup> *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed01, 07 de setembro de 1849.

<sup>84</sup>Rodrigo Godoi, em sua tese, destaca esse feito. GODOI, Rodrigo Camargo. *Um Editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: Edusp, 2016.

<sup>85</sup> Para saber mais sobre os primeiros periódicos voltados para o público feminino ver: GOMES, Gisele Ambrósio. *Entre o público e o privado: a construção do feminino no Brasil do Oitocentos, 1827-2846*. Dissertação em história - UFJF, Juiz de Fora: 2009.

folha que também era destinada às mulheres, *A Mulher do Simplício* ou *A Fluminense Exaltada*, jornal que circulou na Corte entre 1832-1846, sendo impressos 83 números ao longo desses anos,<sup>86</sup> de acordo com Bruno Martins “nesse “não-periódico”, Paula Brito travestia sua pena com uma faceta voz feminina, assinando anonimamente como “a redatora” artigos e charadas na forma de versos.”<sup>87</sup>

Entretanto, a década de 1850 foi marcada por uma novidade no que se refere a imprensa feminina. Em 1852 foi lançado o primeiro jornal feito por e para as mulheres, o *Jornal das Senhoras*. Tal periódico foi pioneiro e contou com uma série de redatoras ao longo dos três anos em que esteve em circulação: Joana Paula Manso de Noronha, Violante Atabalipa Ximenes Bivar e Vellasco e Gervásia Nunezia Pires dos Santos Neves.<sup>88</sup> A folha custava cerca de 160 réis, saía aos domingos e era composto por 08 páginas, de acordo com Duarte: “O *Jornal das Senhoras* assumiu um discurso emancipacionista, incentivando as mulheres a buscarem instrução e se conscientizarem do seu valor.”<sup>89</sup>

Outro jornal que circulou na década de 1850 foi o *Periódico dos Pobres*, editado e redigido por Antônio Maximiliano Morando. Muitos artigos que saíam nesta folha haviam sido retirados da *Marmota* e, por isso, eram similares no formato e nos princípios apresentados. Ainda, ambos jornais eram editados e redigidos por homens, mas, com diversos artigos dedicados às mulheres, concediam espaço para a escrita do *bello sexo* e disseminavam conteúdos quanto ao comportamento ideal feminino. O periódico circulou no Rio de Janeiro entre 1850 a 1856 e tinha um valor inferior ao da *Marmota*, seu preço avulso variou de quarenta a oitenta réis durante os anos em que foi publicado.

Nesse sentido, a década de 1850 teve uma guinada quanto a imprensa feminina e a *Marmota* faz parte desse contexto. Foi-se necessário recordamos outros jornais que estavam surgindo nas circunstâncias dos anos 1850 para compreendermos que a *Marmota*, ao conceber um espaço, mesmo que pequeno, para a escrita das mulheres, não estava sendo pioneira e sim

---

<sup>86</sup>DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. P. 61.

<sup>87</sup>MARTINS, Bruno Guimarães. Da política das letras à lógica das petas: Francisco de Paula Brito e a imprensa oitocentista. 2 XI Encontro Nacional de História da Mídia - ALCAR 2017017. (Encontro). P. 05.

<sup>88</sup>Sobre o *Jornal das Senhoras* ver mais em: RODRIGUES, Dayanny. Escritos de e para Mulheres no século XIX: O conceito e emancipação e a representação feminina no *Jornal das Senhoras*. *Revista Outras Fronteiras*, Cuiabá, vol.4, n.1, jan/jul, 2017. Lima, Joelma Varão. *O Jornal das Senhoras, a pedagogical project: women, maternity, education and body* (Rio de Janeiro, second half of the 19th Century). 2012. 191 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. SILVA, Aguimario Pimentel. *Entre a paráfrase e a polissemia: o discurso da educação feminina no Jornal das Senhoras (1852-1855)*. Dissertação (Pós-Graduação em Comunicação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

<sup>89</sup>DUARTE, Constância L. *Imprensa feminina e feminista no Brasil século XIX*. 1.ed. dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. P. 118.

seguindo as condições proporcionadas pela conjuntura política, social e cultural do período. Robert Darnton em seu livro clássico *O beijo de Lamourette*, pontea sobre a necessidade de se compreender as conjunturas, para o autor os fatos não falam por si só, eles são significados modulados pelo contexto.<sup>90</sup>

Ainda, no que tange aos conceitos relacionados a condições refletidas ao universo feminino, a década de 1850 teve uma importância significativa. Segundo June Hahner:

Mudanças de toda sorte surgiram mais rapidamente na segunda metade do século, incluindo aquelas que afetariam a vida das mulheres da classe superior urbana e trariam mais oportunidades para que mulheres menos excepcionais que Nísia Floresta também expandissem seus horizontes. Os avanços tecnológicos exportados para o Brasil assim como para muitos outros países... Mais do que outras cidades brasileiras, o Rio de Janeiro serviu como centro para as primeiras manifestações dos sentimentos feministas<sup>91</sup> entre algumas mulheres cultas das classes média e superior.<sup>92</sup>

### 1.2.2 Leitores ou leitoras? Gênero e a divisão dos artigos na *Marmota*

Após postas as condições do período, no decorrer da pesquisa percebemos que deveríamos nos atentar sobre a maneira como o periódico se referia aos leitores. Concluímos então que essa forma era variável; ora leitores, no masculino, ora leitoras, no feminino. Essa distinção não ocorria de maneira aleatória, aos assuntos que, supostamente, interessavam mais às mulheres, como moda, escrevia-se no feminino. Esse ponto também demarca que apesar da folha ter sido, de fato, dedicada as mulheres e um jornal que procurava sempre agradar suas leitoras, os redatores e editores sabiam que o periódico também era lido por homens.

A fim de destacarmos essa diferença apresentada no jornal, nos atentamos ao que a historiadora Tania Regina de Luca pontuou a respeito da importância de localizar os espaços em que determinados artigos se encontravam no periódico. De acordo com Luca a forma como a folha dividia seus conteúdos é uma maneira fundamental de compreender seu objetivo.<sup>93</sup> Uma série de publicações eram colocadas na *Marmota* a fim de agradar o público feminino, a exemplo da presença de artigos dedicados a moda, essenciais em um periódico que almejava conquistar as leitoras.

<sup>90</sup>DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

<sup>91</sup>Reforçamos que não concordamos com Hahner quando ela se refere as mulheres oitocentistas como feministas, haja vista que no século XIX não havia definição desse termo.

<sup>92</sup>HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850 –1937)*. São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 31.

<sup>93</sup>LUCA, Tânia Regina de. Fontes imprensas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas*. Org. Carla Bassanegi Pinsky. São Paulo: Contexto. 2005. P. 111-153.

Ao longo dos anos a *Marmota* reforçava, em diversas edições, que era dedicada as mulheres. A folha, demonstrando que era destinada ao dito *bello sexo*, referia-se às leitoras e mostrava preocupação em publicar artigos que, segundo os modelos ideais de interesse do sexo feminino, interessariam as mulheres, mas que possuíam, em seu cerne, um teor moralizante e instrutivo. A título de exemplo destacamos o trecho a seguir: “O redator da *Marmota*, sempre dedicado ao bello sexo, aqui da mais uma prova do heroísmo de uma mulher. Entre os fatos diversos que costuma publicar o *Monitor*, folha oficial do império francês, encontramos um que julgamos dever traduzir para oferecer às leitoras da *Marmota*.”<sup>94</sup>

A publicação em questão contava a história de uma mulher francesa, mãe de quatro filhos e casada, que se vestia de homem para poder trabalhar nos caminhos de ferro, um emprego que era considerado pesado para as mulheres. Ao ser descoberta a mulher lamentou que não poderia mais trabalhar e deveria seguir uma “ocupação mais em harmonia com os hábitos do seu sexo.”<sup>95</sup> Posto isto, tal publicação instruía as leitoras a respeito de quais ofícios eram passíveis de serem realizados pelas mulheres, caso necessário.

Ainda nesse mesmo seguimento, rememoramos que a *Marmota* editava e publicava artigos sobre as últimas modas de Paris e publicava seus figurinos e moldes franceses, isso porque a França era sinônimo de civilidade e um exemplo a ser seguido pelas senhoras brasileiras,<sup>96</sup> segundo Everton Barbosa “tomar a França como exemplo e fonte de inspiração era comum aos países que buscavam definir seus aspectos culturais, políticos e econômicos, ou mesmo tornar sua sociedade mais civilizada, organizada.”<sup>97</sup>

Para Buitoni, os moldes trouxeram a democratização da moda, pois com ele as mulheres poderiam copiar, através do trabalho das modistas, o que as francesas estavam vestindo.<sup>98</sup> Logo, a *Marmota* se orgulhava de distribuir para suas leitoras figurinos e moldes de graça. As sessões de moda eram tão fundamentais para o periódico quanto para a sociedade, considerando que a partir dos códigos de vestimenta compreendia-se um processo de civilidade. Os artigos de moda, apesar de aparência de conteúdos fúteis, também carregavam o tom moralizante e civilizador característico da imprensa da década de 50, a exemplo do trecho transcrito a seguir e retirado da *Marmota*,

<sup>94</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed456, 28 de março de 1854.

<sup>95</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed456, 28 de março de 1854.

<sup>96</sup>O jornal a *Marmota* retirava artigos sobre modas de periódicos franceses como: *Petit-Courrier de Dames*, *Caprice*, e *Le Bon Ton*.

<sup>97</sup>BARBOSA, Everton Vieira. *Páginas de sociabilidade feminina: sensibilidade musical no Rio de Janeiro oitocentista*. 2016. Dissertação, Faculdade de História, Universidade do estado de São Paulo, Assis, 2016. P. 179.

<sup>98</sup>BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. Ed. Ática. São Paulo: 1986.

Costume que a mulher adota em seu traje; porque não é honesta a mulher que desonestamente se veste, pois que o traje é um grande argumento para sua honestidade ou falta dela, e tanta que os antigos mandando que fosse punido severamente todo homem que fizesse ofensa pública a qualquer mulher, deixava isso de ser delito se a mulher injuriada ou ofendida tinha por costume andar com vestidos pouco honestos.<sup>99</sup>

O folhetim também foi marcante na imprensa feminina. Como as mulheres não deveriam ler sobre política, os jornais dedicados a elas careceriam trazer em suas páginas artigos literários, papel esse que era cumprido pelo folhetim. Esse estilo literário teve início na França em 1820 com o objetivo de atrair mais leitores para os jornais e chegou no Brasil em 1838, com um folhetim francês publicado no *Jornal do Comércio*, chamado “O Capitão Paulo”.<sup>100</sup> A *Marmota* publicava muitos folhetins, tanto nacionais como estrangeiros. Os jornais garantiam, através desses artigos em série, que os leitores continuassem a assinar a folha, tendo em vista que desejavam acompanhar os desfechos de cada história.<sup>101</sup>

O formato de publicar um capítulo da história a cada edição do periódico instigava a curiosidade das leitoras. E então: “ler folhetim chegou a ser um hábito familiar, nos serões das províncias e mesmo da Corte, reunidos todos os da casa, permitida a presença das mulheres.”<sup>102</sup> Logo, partindo dessa noção, os folhetins atraíram para o jornal um relativo número de leitoras. Além disso, a leitura de romances e folhetins também tinha, mesmo que indiretamente, um papel moralizante, no mais “as histórias folhetinescas melodramáticas criavam um ambiente propício para que as leitoras esquecessem seus problemas do dia-a-dia. Filhos, casamento frustrado, afazeres domésticos cedem lugar a um cotidiano regido pelo amor e pelos desejos que este sentimento acarreta.”<sup>103</sup>

Característico da função moralizante, destacamos a publicação do folhetim *Méry* que afirmou que “a sociedade em que tens de viver é hoje muito exigente para com uma mulher; a boa educação é única nobreza da atualidade”<sup>104</sup>. Logo percebemos que a educação feminina era fundamental no período e que os escritos buscavam ressaltar essa noção. No decorrer dos números em que tal folhetim foi publicado também encontramos uma crítica a imposição de certos casamentos, “é sempre a mesma teima; não quero que me escolham marido, eu sei

<sup>99</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed447, 24 de fevereiro de 1854.

<sup>100</sup>BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. Ed. Ática. São Paulo: 1986. Pág. 38.

<sup>101</sup>Para maiores informações sobre o folhetim no Brasil ler: MEYER, Marlyse. *Folhetim – uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>102</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.P.243.

<sup>103</sup> OLIVEIRA, Karine da Rocha. *Josephina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2009.

<sup>104</sup>*A Marmota*, Rio de Janeiro, ed1056, 17 de maio de 1859.

escolhe-o.”<sup>105</sup> Ao longo do próximo capítulo os temas relativos à educação e matrimônio serão mais profundamente abordados.

A litografia<sup>106</sup>, que aparecia constantemente na *Marmota*, também era uma forma de agradar as leitoras. Ao trazer imagens o jornal contava com uma conotação mais interessante e destacava-se dos outros periódicos do período que não dispunham de litografia em suas tipografias.<sup>107</sup> De acordo com Buitoni as imagens são ‘frases visuais’ e figuravam-se como fundamentais tendo em vista que constituíam-se como uma comunicação oral em um período que grande parte da população era analfabeta. Em 1853, Paula Brito escreveu na *Marmota*:

A litografia e a gravura começaram a ilustrar os nossos jornais literários e de modas, à semelhança do que se usa na Europa. A *Marmota*, neste gênero, tem-se enriquecido, trilhando a modesta vereda que adotou: excelentes gravuras sobre madeira, músicas litografias e figurinos coloridos, do melhor gosto, foram dados aos assinantes.<sup>108</sup>

Assim como os artigos, os anúncios também eram produtos de interesse feminino, a exemplo de vestuários e acessórios. No mais, também anunciavam colégios femininos, sobre esse ponto reforçamos a distinção que havia entre escolas de meninas e de meninos já que “o currículo escolar era diferente para homens e mulheres devido a certeza da ciência hegemônica de que homens e mulheres possuíam aptidões diferentes.”<sup>109</sup> De acordo com Myriam Gouvêa “nos anúncios encontramos uma questão fundamental para a história da leitura: a interação do leitor ativo com o jornal a partir de relatos cotidianos e “os interesses que o leitor desejava transmitir no momento em que optou por utilizar-se desse espaço como um meio privilegiado de interação social.”<sup>110</sup>

Apesar de não estar caracterizado no periódico exatamente como um anúncio, alguns clubes, que se reuniam em bailes, e outras associações filantrópicas, colocavam, na *Marmota*, artigos em que abordavam a temática filantrópica e, nesse jornal, anunciavam as festas

<sup>105</sup>A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed1059, 27 de maio de 1859.

<sup>106</sup>A litografia era um método em que “as fotografias eram convertidas em desenhos e então transformadas em gravuras que podiam ser utilizadas na imprensa.” MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P.71.

<sup>107</sup>O historiador Robert Darnton em seu livro *Revolução Imprensa* comenta sobre a importância das gravuras publicadas na imprensa que contribuíram para a criação de uma opinião pública e para a comunicação oral. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *Revolução Imprensa: A imprensa na França 177-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. P. 310.

<sup>108</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed328, 04 de janeiro de 1853.

<sup>109</sup>SOIHET, Rachel. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, v.5, n.1, p.7-29, 1997.

<sup>110</sup>GOUVÊA, Myriam Paula Barbosa Pires. *Impressão, sociabilidades e poder: o Diário do Rio de Janeiro e a fundação da sua tipografia (1808-1831)*. São Paulo, Ed. Paco, 2016. P. 62.

realizadas. Caracterizando que a folha possuía, provavelmente, certo número de leitoras com condições financeiras aptas a realizar a filantropia.

Conforme expusemos a *Marmota* preocupava-se em editar artigos interessantes ao público feminino, a exemplo dos folhetins e textos sobre moda. No entanto, por volta dos anos de 1857, a folha passou a publicar artigos voltados para a temática da política<sup>111</sup> e nesse momento, o então proprietário, redator e editor da folha, Francisco de Paula Brito se desculpou com suas leitoras por estar tratando de um assunto desse teor no jornal. Essa desculpa provavelmente se deu porque discussões políticas não deveriam ser questões tangentes ao universo feminino e por isso não poderiam ser de interesse das mulheres. Nesse período, em que a *Marmota* debatia certos temas de política, encontramos, uma contestação de uma leitora insatisfeita com tal abordagem:

Sr. Redator, permita que por meio da sua folha eu peça ao Sr. Redator da *Marmota* que não continue a mimosear às suas leitoras com artigos políticos, porque assim desnatura a sua folha, o que é grande inconveniente para as suas leitoras que, como eu, assinam-na para ter romances, versos, charadas e tudo quanto serve para deleitar. As moças não gostam de política, acham-na muito insípida, e muito repugnante com a sua natureza, e com a sua vida. Há muito tempo que assino A *Marmota* e sempre gostei muito dela, porque me dava momentos de prazer; mas há dias a esta parte vem sempre com artigos políticos que eu ao princípio lia, mas como não os entendi, não os leio mais. Portanto peço ao Sr. Redator da minha predileta *Marmota* que não escreva mais esses artigos sensaborões que as moças não leem, do contrário cessarei minha assinatura com o fim do ano, e convido as minhas companheiras de infortúnio a fazer o mesmo.  
Sou, etc. Uma assinante da *Marmota*.<sup>112</sup>

Não sabemos se, de fato, foi uma mulher que enviou essa carta para o *Diário do Rio de Janeiro*, entretanto percebemos que o trecho seguia os ideais pregados pela sociedade do século XIX e denuncia os artigos de política que estavam sendo publicados na *Marmota*. Ainda assim, até os números finais da folha, a política se tornou um assunto mais usual nas edições pós 1857/1858.

Haja vista que a imprensa era o maior meio de comunicação do século XIX e que suas ideias eram propagadas para além do papel – considerando a proporção que a cultura oral poderia

---

<sup>111</sup>Isso se deu pois nesse momento a tipografia de Paula Brito não estava vivendo em boas condições financeiras. “Findo o semestre, o editor decidiu vender espaços da *Marmota* Fluminense a “um seu amigo” que passou a publicar uma série de artigos políticos. A estratégia certamente visava estender a vida da folha por mais tempo. Porém, ao anunciar o negócio, Paula Brito tomou o cuidado esclarecer os seus leitores sobre a existência de um corredeador anônimo.” GODOI, Rodrigo Camargo. *Um Editor no Império*: Francisco de Paula Brito (1809-1861). São Paulo: Edusp, 2016. P. 203.

<sup>112</sup>*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.275, 30 de dezembro de 1860.

tomar – não deixamos de ponderar sobre a possibilidade que essas proposições tenham atingido e despertado nas mulheres, possuidoras do conhecimento da leitura, questões tangentes a política e a inserção das mulheres no ambiente público – além de diversos outros fatores. A imprensa foi, portanto, fundamental para tais asserções. A comunicação oral foi primordial na disseminação das ideias propostas nos periódicos, a tipografia de Paula Brito se formou como um local onde as pessoas se reuniam para conversarem e fazerem leituras em voz alta - para além da Sociedade Petalógica<sup>113</sup>, também se reuniam sujeitos comuns, que não eram grandes nomes da política e da literatura, como aqueles presentes nos encontros da Sociedade -; nesse sentido Bruno Martins destaca Paula Brito como um editor da voz, ao dispor desses espaços para tais encontros.<sup>114</sup>

E tal como posto por Darnton “a leitura tem história”<sup>115</sup>, nesse sentido, compreendemos que a leitura de determinados artigos expostos na *Marmota* pode ter atingido as mulheres de forma distinta.<sup>116</sup> Citamos ainda, outra definição feita por Robert Darnton, que se encaixa nessa reflexão a respeito dos leitores e leitoras, ainda que o historiador esteja discorrendo a respeito da história dos livros, acreditamos que podemos colocar tal ponderação sobre a leitura da imprensa. Segundo Darnton:

A leitura não se desenvolveu em uma só direção, ou extensão. Assumiu muitas formas diferentes entre diferentes grupos sociais em diferentes épocas. Homens e mulheres leram para salvar suas almas, *para melhorar seu comportamento*, para consertar suas máquinas, para seduzir seus enamorados, para tomar conhecimento dos acontecimentos de seu tempo, e ainda simplesmente para se divertir.<sup>117</sup>

### 1.2.3 Colaboradores e o papel instrutivo do jornal

“Mulher, a metade da vida, a fábrica da gente,  
o alimento d’alma, a companhia dos trabalhos,  
o capote agasalhador que o homem  
se resguarda dos calafrios do amor.”<sup>118</sup>

<sup>113</sup>Mais adiante falaremos mais profundamente sobre a Sociedade Petalógica.

<sup>114</sup>MARTINS, Bruno Guimarães. *Corpo sem cabeça: o tipógrafo editor e Petalógica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018.

<sup>115</sup>DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

<sup>116</sup>Sobre a história da leitura e como poderia exercer poderes diferentes em relação aos leitores(as), ver mais em: CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

<sup>117</sup>DARNTON, Robert. A história da leitura. In: Burke, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP. 1992.

<sup>118</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed16, 30 de outubro de 1849.

Próspero Diniz escreveu esse trecho em uma das primeiras edições da *Marmota*, ainda em 1849. Extraído de um artigo sob o nome de *Mulheres*, tal fragmento demonstra algumas concepções que se seguiam ao longo do periódico sobre o que eram as mulheres a partir das noções elaboradas pelos colaboradores. Posto isso, esse trecho do capítulo se direciona na intenção de analisar certas publicações que percorreram tal sentido exposto a fim de compreendê-las a partir de seu papel moralizante, civilizador e instrutor do público leitor feminino.

Conforme demarcado anteriormente o jornal referia-se aos seus leitores de forma distinta, sendo leitores ou leitoras, delimitando uma diferença relacionada ao gênero dos sujeitos que liam o jornal. Apesar do periódico afirmar que era dedicado ao público feminino, esse espaço diferenciado era delineado na folha. Os assuntos como política e situações públicas – a exemplo de artigos que constatavam episódios de descaso público com o município do Rio de Janeiro – eram produzidos pelos colaboradores do sexo masculino e destinado aos leitores homens.

Enquanto os folhetins e os artigos de moda eram, em sua maioria, dedicados ao público leitor feminino. Todavia, mesmo que tais artigos fossem destinados as mulheres contavam com homens como escritores e não com autoras, tendo em vista que os homens se apropriavam de textos que tivessem como objetivo instruir o público feminino, assim atingiriam a civilidade das leitoras de forma a beneficiar o desenvolvimento do país, ademais através da concepção dessa de civilização, seriam disseminados os preceitos de uma sociedade em que prevalecia a ordem. Assim como exposto por Isabel Lustosa,

Num tempo em que o acesso à educação era tão menos democrático, em que vivíamos a mudança do mundo a partir das ideias disseminadas pelo Iluminismo ao longo do século anterior, a imprensa se firmara como um importante difusor das chamadas Luzes. Naquele contexto, o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos.<sup>119</sup>

A autora utiliza o termo jornalista, enquanto encaramos tais escritores como colaboradores do jornal. No entanto, também constatamos essa noção de semelhança entre o trabalho dos colaboradores com o ofício de educador.

Os colaboradores escreviam artigos e mais artigos onde procuravam frisar comportamentos que seriam ideais a serem seguidos pelas leitoras do periódico, publicavam textos das mais

---

<sup>119</sup>LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Col. Descobrimdo o Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editora. 2003.

variadas temáticas e interpelavam sobre assuntos como educação, matrimônio e maternidade. Demarcavam que o lugar das mulheres era reservado ao espaço privado e que por isso deveriam preocupar-se com os assuntos relacionados aos seus respectivos lares. Os colaboradores eram, em sua maioria, os mesmos: C., Cruz Júnior, Constantino José Gomes de Souza, R, Carapuceiro, Bráulio Coelho.

A historiadora Raquel Soihet, acredita que um dos grandes problemas encontrados por historiadores que estudam as mulheres é a falta de fonte, porém segundo a mesma é possível encontrar representações sobre o universo feminino vindo a partir dos discursos masculinos, e por isso é preciso investigar também esse gênero de análise a fim de tentar compreender essas questões.<sup>120</sup> Essa parte do trabalho é baseada nessa espécie de interpretação, pensando na mulheres representadas na *Marmota* a partir do discurso masculino oitocentista, o ideal pregado no periódico seriam as mulheres ‘meio termo’,

O bello sexo, que causa todas as delícias da vida, por quem é o homem cativo, e se confessa ditoso em suas cadeias, foi e é tratado com uma considerável injustiça, e é necessário que entre nós não viva ele sujeito aos prejuízos que os esmagam nos países bárbaros, e onde a ignorância parece haver assentado em suas tendas. Não se quer ver uma mulher tagarelar em política, dando por paus e por pedras, mas não se deseja também que sela seja tão acanhada que ao chegar de uma visita, como se entrasse o diabo em casa, se esconda, fuja e desapareça; não se quer uma mulher toda vestida no maior luxo, desde a manhã até a noite, mas não se a quer com o vestido desatado e muito sujo, e desgrehada como se fosse uma fúria. O meio termo é o que lhe compete.<sup>121</sup>

O jornal se afirmava como a maior folha dedicada ao *bello sexo*,

Quem for imparcial, e justo, confessará com verdade que, dos jornais desta corte, é certamente *A Marmota*, o que mais se ocupa do *Bello Sexo*, não para ridicularizá-lo e deprimi-lo, como a maior parte dos escritores antigos, e muitos dos modernos o fazem; mas para desdenho-o de acusações injustas, e fazê-lo respeitado tanto, quanto lhe permite seu merecimento, pela posição que na sociedade tem todo o direito de ocupar.<sup>122</sup>

Os artigos que carregavam o tom moralizante preocupavam-se em demonstrar para as leitoras a importância do casamento que geraria como fruto os filhos e a partir dessa perspectiva abordavam a educação como instrumento fundamental para o progresso do país e a mãe como a primeira educadora,

<sup>120</sup> SOHIET, Raquel. História das Mulheres. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>121</sup> *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed104, 25 de outubro de 1850.

<sup>122</sup> *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed229, 23 de janeiro de 1852.

A mulher nascida nas classes superiores dessa sociedade não limita sua obrigação aos cuidados materiais que exige a conservação física de seu filho. Ela aumenta a esfera de seus conhecimentos, coordena sua existência moral, dá-lhe todas as qualidades de seu espírito, imprime-lhe toda sensibilidade de sua alma, de alguma sorte reveste-o com seu caráter, ensina-o a falar, e assim lhe dá o doce som de sua voz, lhe delineia os alegres traços de sua fisionomia, dá graça aos seus movimentos, modela-lhe a precipitação, e assim influi sobre seu futuro destino.<sup>123</sup>

Essas publicações ocupavam, em sua maioria, as primeiras duas páginas do jornal. A exemplo do artigo, também escrito por Próspero Diniz, “Atenção, Atenção! Moças da época, meninas solteiras, atendam a isto que é coisa boa (referindo-se ao casamento), é o desembargo das mulheres, é o regalo da vida!”. Publicações que buscavam despertar, dessa forma, o interesse das mulheres para com o casamento, afinal, ele seria o presente da vida. No mais, “o casamento, divertimento que os antigos chamavam boda, é um ato alegre, é muito peitoral, é proveitoso a sociedade, porque ordinariamente produz os filhos, que crescem e se multiplicam para aumentar a população.”<sup>124</sup> Demonstrando, mais uma vez a necessidade de frisar para as mulheres a importância do matrimônio e, conseqüentemente, da maternidade.

Aparecia, por vezes, na *Marmota*, publicações abordando a condição das mulheres que se tornavam viúvas, a exemplo da poesia a seguir:

#### A Viúva

Mulher de grande fortuna,  
Infeliz enviuvou;  
Dava-se bem com o defunto;  
Muito por ele chorou!

Mas, dos bens que já ia perdendo  
Não podia assim cuidar:  
Mulher só, não vale nada,  
Tornou por isso a casar.

Deu este com tudo a sola,  
Mas, felizmente espichou;  
Para ter de que viver  
Tentou-a o demo e casou.

Já tinha chorado três,  
Tornou o quarto a chorar:  
A mulher que não tem homem,

<sup>123</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed507, 22 de setembro de 1854.

<sup>124</sup>*A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed25, 30 de novembro de 1849.

Chora sempre por casar!<sup>125</sup>

Apesar do poema transcrito acima afirmar que “mulher só não vale nada” e que a viúva havia casado novamente para não perder os bens, sabemos que essa não era a realidade propriamente dita. A título de exemplo, diversas viúvas de comerciantes, negociantes, entre outros, continuavam a cuidar dos negócios após o falecimento de seus maridos; inclusive, podemos citar Rufina Rodrigues da Costa, viúva de Paula Brito que, após a morte do marido em 1861, continuou a ocupar-se de sua tipografia e, portanto, esta permaneceu sendo seu sustento. Até mesmo alguns anúncios publicados no próprio periódico demonstravam que as viúvas se ocupavam de ofícios e sustentavam suas vidas após a morte de seus maridos, “a viúva do sempre chorado Dr. Soulier de Sauve propõe-se a dar lições de francês e geografia, assim como dos diferentes trabalhos de agulha e de tesoura.”<sup>126</sup> Assim, os escritos moralizantes se atentavam para a todas as fases da vida das mulheres, fossem solteiras, casadas ou viúvas.

Havia também alguns artigos preocupados com a instrução e de teor moralizante que abordavam questões tangentes ao universo feminino, mas direcionavam-se aos homens. Não obstante, tais artigos também instruíam o público feminino, considerando que disseminavam ideias que ressaltavam quais mulheres estavam aptas ao matrimônio,

Que a mulher não seja ignorante; nem sábia; porque a ignorante não conhecerá a malícia dos seus fâmulos, e a sábia pretenderá ultrapassar sempre o prudente juízo dos homens. Que não seja sonsa ou faladeira; porque essas qualidades são boas na dama e não na esposa. Que seja de boa presença; pois não convêm para a esposa a mulher muito formosa; basta que não seja feia, e a razão é porque a mulher encantadora é o emprego do cuidado de muitos, e alvo a que muitos dirigem seus tiros.<sup>127</sup>

Suponhamos que, em razão da escrita desses homens e dos artigos que buscavam civilizar as mulheres, o periódico conquistava uma série de leitoras. Os pais, maridos e filhos das mulheres assinavam o jornal tendo em vista que acreditavam que tais artigos auxiliavam na instrução de suas filhas,

Se a *Marmota* não houvesse tido o constante agasalho do *Bello Sexo*, não haveriam tantos pais que mandassem assinar para suas esposas e filhas, tanto amantes que a procurassem para suas belas, o que é tudo também compensado para elas boas maneiras com que o grato editor agasalha seus amáveis fregueses.<sup>128</sup>

<sup>125</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed130, 07 de fevereiro de 1851.

<sup>126</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed197, 30 de setembro de 1851.

<sup>127</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed446, 21 de fevereiro de 1854.

<sup>128</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed164, 6 de junho de 1851.

Assim, os colaboradores e o periódico encaravam as mulheres como uma potência civilizadora. Essa concepção que além de civilizadora, era moralizante e instrutiva foi percebida pelos assinantes, um deles referiu-se a folha como “sempre variada de mil artigos, ora engraçados, ora instrutivos”.<sup>129</sup> Nesse sentido, os artigos deveriam instruir as jovens para que pudessem se comportar em bailes e encontros com futuros maridos, e as mulheres mais velhas deveriam receber educação a fim de que pudesse dar uma boa instrução para seus filhos, que viriam a ser o futuro da nação. No mais, baseavam suas concepções de *mulheres ideais* nos preceitos de superioridade masculina como ponto determinante e diferenciavam os conceitos de público *versus* privado.

Os colaboradores se preocuparam em diferenciar os amores entre o maternal e o conjugal, na medida que as mulheres deveriam se ocupar, principalmente, desses dois papéis que se colocavam a elas. Logo, “a mulher casada, quanto ao amor e aos deveres, é toda de seu marido; quanto ao amor e a ternura, é toda de seus filhos.”<sup>130</sup> Percebemos que, quanto ao amor relativo ao marido não bastava apenas o amor, mas também se sobrepunha os deveres.

Assim como as mulheres deveriam demonstrar que se importavam com os afazeres do lar e os realizavam de forma satisfatória. Do contrário, seus desmazelos foram caracterizados na *Marmota*:

Coisas que denotam desmazelo na mulher:

Casa por varrer.  
 Vestido desabotoado.  
 Cós cozido.  
 Franzido despregado.  
 Lenço torto no pescoço.  
 Espelho embaçado.  
 Pente sujo.  
 Sapato largo.  
 Cabelo por pentear.  
 Unhas negras.  
 Dentes amarelos.  
 Roupa suja espalhada.  
 Cama morrinhenta.  
 Costura fucada.<sup>131</sup>

O molde aos comportamentos delineava-se no jornal de diversas maneiras. Havia artigos, elaborados pelos colaboradores, que insistiam, inclusive, que as mulheres não deveriam se entregar facilmente aos homens, “a mulher quanto mais se facilita, menos mérito conserva aos olhos do homem.” Além de declarar que eram sempre ligadas ao amor, desde crianças quando

<sup>129</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed203, 21 de outubro de 1851.

<sup>130</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed281, 23 de julho de 1852.

<sup>131</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed282, 27 de julho de 1852.

cultivavam amor por suas bonecas; quando mais velhas amando seus maridos e filhos; quando não há mais homem que se namore, amavam a Deus e pediam a Santo Antônio outro amor para que nunca deixassem de amar.<sup>132</sup>

Ainda dissertando sobre a utilidade do casamento, alertou que as jovens deveriam saber escolher seus maridos e “ter coração religioso, muita obediência ao seus pais, amor ao trabalho, e um grado imparcial em público a todos, embora tenha o seu predileto, com o qual deve ser sempre constante e não volúvel, como quase sempre acontece, porque a pior doença para o amor é a inconstância.”<sup>133</sup> Por fim, Próspero Diniz afirmou que haveria de se remodelar os casamentos.

Nessa mesma via instrutiva e moralizante, publicou-se no jornal:

Mulher insuportável para a sociedade e para o casamento

Mulher que presume de formosa  
 Mulher que blasona de atirada  
 Mulher que conversa em política  
 Mulher que morre por dançar  
 Mulher que tem intimidade com beas  
 Mulher que gosta de línguas  
 Mulher que passa letras e repete poesia  
 Mulher que traça a perna para mostrar o pé bonito  
 Mulher que assiste a enforcadas e vai a leilões  
 Mulher que fala muito em honra e honestidade  
 Mulher que chama sempre pelo diabo  
 Mulher que conversa muito com a vizinhança  
 Mulher que abre a janela de noite para ver quem passa.<sup>134</sup>

Na série escrita por C. J. Gomes de Souza foi ressaltada a ideia de que as mulheres foram criadas por Deus para serem companheiras dos homens e, por isso, deveriam estar sempre por perto de seus maridos. No artigo *A Mulher – preenchendo na terra as mais augustas missões de esposa e mãe*, o autor relembra as virtudes das mulheres como mães e esposas.<sup>135</sup>

Após a série de publicações, um assinante do jornal, sob o pseudônimo *Mordido da bicha* escreveu que o artigo elaborou uma sucessão de elogios que não seriam positivos para as mulheres, haja vista que elas ficariam enaltecendo a si mesmas. Nesse sentido, afirmou que algumas esposas eram insuportáveis, interesseiras e, portanto, não condizia com as palavras

<sup>132</sup> *Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed313, 12 de novembro de 1852.

<sup>133</sup> *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, n.25, 30 de novembro de 1849.

<sup>134</sup> *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, n.29, 14 de dezembro de 1849.

<sup>135</sup> *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed39, 25 de janeiro de 1850.

postas no artigo de Gomes de Souza, para *Mordido da bicha*, “que tendo a fofa presunção de bem-educadas, nada mais sabem do que tocar no piano”.<sup>136</sup>

Posteriormente, quando casadas as mulheres também deveriam se comportar diante dos ideais disseminados no Oitocentos, afinal “não é o dinheiro do dote, nem a retórica da mulher que fazem o casamento agradável, é a boa moral da esposa, o cuidado em que emprega para preparar o cômodo para o marido que vem da rua fatigado pelo serviço, a vigilância e desvelo na criação dos filhos, o temor a Deus, a sinceridade para com seu companheiro.”<sup>137</sup> Nesse sentido, as mulheres deveriam cuidar tanto de seus filhos quando de seus maridos e saber governar seus lares.

No entanto, também havia artigos que cultivavam elogios as mulheres, possivelmente em uma tentativa do proprietário em agradar as leitoras, que eram a maioria e que davam o maior lucro para o periódico. A exemplo do texto de Serapião de Almeida, “a mulher em tudo! A mulher por toda parte! A mulher hoje! A mulher sempre! E sempre a mulher! Que prodígio! Quem detêm tanta magia, bela estrela de luz, tanto poder e tanta fraqueza, tanta e tão sedutora meiguice?”<sup>138</sup> Outros textos como o artigo intitulado *A mulher presta sempre*, “as mulheres são nossa amante na juventude; nossas companheiras na idade adulta, e nossas amas na velhice; em todas as idades, portanto, o homem tem sempre motivo para se casar.”<sup>139</sup> No mais, em 1856 foi lançada uma série no periódico chamada *O bem que se tem dito das mulheres*, onde abordava diversas conjunturas e mulheres que possuíam várias qualidades.

A tirania dos homens, que em tudo prevalece, torcendo as leis do direito divino, violando impunemente a equidade natural, privou a mulher da liberdade que ela recebe ao nascer. Sim, proibiram-lhe o gozo dessa liberdade por leis iníquas, aboliram-na por uso e costume; enfim extinguiram-na absolutamente pela educação.<sup>140</sup>

C. da C. elaborou uma série de artigos onde citava mulheres brasileiras que, de acordo com sua perspectiva, haviam sido nobres,

Na nossa pátria nascente, onda a força da imaginação e a vivacidade tem seu império, e os talentos são congênitos, enumeram-se muitas senhoras distintas por suas sabedorias e erudição, de sorte que não precisamos de exemplos estranhos para comprovarmos tudo que havemos dito em abono de nossa opinião.<sup>141</sup>

<sup>136</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed44, 12 de fevereiro de 1850.

<sup>137</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed.122, 10 de janeiro de 1851.

<sup>138</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed395, 26 de agosto de 1853.

<sup>139</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed671, 19 de janeiro de 1856.

<sup>140</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed703.

<sup>141</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed557, 02 de março de 1855

A celebre Paraguaçu, uma das maiores heroínas do século XVI, indígena brasileira da Bahia. D. Clara Felipa Camarão, imortalizou seu nome nas páginas da História nacional, pegou em armas para proteger sua vila, em 1637. D. Maria de Sousa, ilustre Pernambucana, que perdeu seu filho em uma batalha contra os holandeses e jurou vingança. Jerônima Mendes, que protegeu sua casa da invasão holandesa, em 1635. As pernambucanas, na luta dessa província contra a Holanda, administravam as municações dos soldados e maneavam as armas, algumas dessas mulheres: Sara, Debora, Ester, Judith, além de outras matronas que ajudaram a libertar sua pátria. D. Brazida, mulher do Capitão Pedro Cavalcanti de Albuquerque. D. Maria Pessoa. D. Maria Cezar, esposa do governador Joao Fernandes Vieira, D. Antônia Bezerra, mulher de Francisco Berengue de Andrada, D. Izabel de Goés, mulher de Antônio Bezerra, D. Luiza de Oliveira, mulher de Amaro Lopes e D. Mansela Campello Carneiro da Cunha, mulher de Constantino Vas Salgado. Uma senhora paulista escreveu aos deputados em 1822 para deixarem de serem inúteis e irem aos campos de batalha. As senhoras baianas se puseram a disposição do governo todos seus serviços, ouros e joias para ajudar na guerra. As senhoras de Minas Gerais bordavam os cinteiros com as cores nacionais nas quais liam-se “morre um liberal, mas não morre a liberdade.”<sup>142</sup>

C. da C. ainda continuou por diversas edições citando mulheres de outros países que teriam se distinguindo. “Em suma, a experiência sempre provou em todos os séculos, e em todos os países, que o bello sexo prima em aptidão para as letras e ciências, e em tudo mais que pode immortalizar o nome, a reputação e a memória.”<sup>143</sup> C. da C. finalizou o artigo dedicando à ele e a sua mãe,

Nem se diga, ex-adverso, que a Mulher, já pelos incômodos que lhe são próprios em alguns dias de cada mês, ou durante nove meses de gravidez, é menos apta para as artes, silencias, e outros qualquer exercícios... e muitas mulheres no nosso mesmo país, ou pelo seu estado de necessidade, ou pelos hábitos, que contraíram, nenhuma alteração sofre, o que prova em geral que elas são sempre aptas, sempre dispostas em todas as crises para o estudo das artes, e ciências, e outros quaisquer trabalhos materiais, á que por ventura queriam se dedicar.<sup>144</sup>

O colaborador R. afirmou que o homem era o agente responsável por todas mazelas acometidas na vida das mulheres. “Portanto o homem é o causador de todas as maldades da mulher, por abuso da fraqueza dela, por abuso do próprio saber, força e autoridade, e por abuso

<sup>142</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed557, 02 de março de 1855.

<sup>143</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed571, 10 de abril de 1855.

<sup>144</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed572, 13 de abril de 1852.

do depósito, que Deus confiou à sua guarda, a sua obra primorosa, logo ao sair das suas mãos – a mulher.”<sup>145</sup>

Na última fase do periódico (1857-1864) Paula Brito lançou uma série chamada *As mulheres e os seus apaixonados* onde a partir de uma sucessão de escritos, compartilhava com os (as) leitores (as) o que homens escritores ao redor do mundo estavam apontando a respeito do universo feminino. Tais artigos foram publicados por algumas edições e comentavam anotações de homens como Sainte-Foix e Rousseau. De acordo com Paula Brito o objetivo dessas publicações era mostrar para as mulheres como elas eram vistas ao redor do mundo. Além de afirmar que “nenhuma folha do império se tem ocupado tanto do – *Bello Sexo* – como a *Marmota* e, todavia, não tem sido bem compreendida.”<sup>146</sup>

Em *Nós e o Bello Sexo* Paula Brito declarou que estava organizando um livro com tudo que encontrava a respeito das mulheres e que este seria vendido em sua tipografia. Reiterou que se preocupava com as mulheres desde a criação do periódico *A Mulher do Simplicio*<sup>147</sup> e que almejava transformar a literatura a respeito das senhoras em uma especialidade e por isso planejava a organização de um livro.<sup>148</sup> A partir de então foi anunciada a abertura da *Biblioteca das Senhoras* e a tradução e edição de livros estrangeiros dedicados ao universo do *Bello Sexo*, assim como de textos em português. Em 1859 publicou o primeiro volume, com as obras: *Uma expiação ou a dedicação paternal; Duas mães para uma filha; As fatias do príncipe de Brededin; Uma indiscrição; O tear da avó*. Era vendido por 1\$500, na praça da constituição, n.64, na loja de Paula Brito.<sup>149</sup>

Em *A mulher* artigo elaborado por Júlio de Carvalho, os sujeitos do sexo feminino foram encarados como fundamentais para a civilização e progresso do país, para o autor a história da humanidade estava vinculada a história da mulher. “É de uma extensão incalculável, e de espantosa maravilha, a influência, ora benéfica, ora perniciosa, que a mulher exerce sobre o gênero humano: a civilização, o progresso, a glória, e a decadência das nações e do homem estão encerrados em suas mãos. Agora já como mãe, já como irmã, mais tarde como esposa.”<sup>150</sup>

No prefácio de *As metamorfoses da mulher*, traduzido por Bráulio Cordeiro, a educação feminina foi encarada como indispensável haja vista a necessidade de desenvolvimento do país,

<sup>145</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed841, 24 de abril de 1857.

<sup>146</sup>*A Marmota*, Rio de Janeiro, ed977, 13 de agosto de 1858.

<sup>147</sup>Periódico abordado brevemente no capítulo 01.

<sup>148</sup>*A Marmota*, Rio de Janeiro, ed979, 20 de agosto de 1858.

<sup>149</sup>*A Marmota*, Rio de Janeiro, ed1085, 26 de agosto de 1859.

<sup>150</sup>*A Marmota*, Rio de Janeiro, ed940, 06 de abril de 1858.

A sociedade deve, portanto, contar com a mulher e derramar sobre ela toda a sua solicitude esclarecida. E deve, não por uma instrução ligeira e superficial, mas por uma educação forte e séria, prepará-la cedo para exercer com sabedoria, com discernimento e com grandeza o império que tem conquistado no seio da vida privada. Nosso futuro, nossa prosperidade, e nossa alegria dependem da mulher, anjo de bondade que Deus na terra colocou!<sup>151</sup>

Até mesmo o estilo da escrita dos homens propagadas no jornal caracterizam essas proposições com o formato de uma ordenação social. Em *Instrução para as moças que não de ser casadas*, os verbos no imperativo – a exemplo de faça, seja – demonstram o teor moralizante e instrutivo da publicação, como o próprio nome sugere. O texto foi traduzido do espanhol e recomendava que as mulheres se ocupassem de ofícios pois ao trabalharem não se recordariam dos gozos dos direitos humanos, no mais as mulheres deveriam serem boas cristãs, serem boas aos pobres, ter hora reservada para rezar, não ser muito ocupada mas também não ser livre, obedecer aos pais e não ficar constantemente na janela.

Nesse sentido, recordamos que a civilidade era fundamental para a sociedade. A ordem faria com que o progresso chegasse à nação, ainda, de acordo com Ricupero “é nesse período [década de 50, período do Gabinete da Conciliação] que o Estado brasileiro se consolida definitivamente.”<sup>152</sup> Posto isso, tais artigos trouxeram para o jornal questões que elucidaram a folha ao longo dos anos: civilização e progresso em poder das mulheres. No periódico, as mulheres eram encaradas a partir das perspectivas do casamento e da maternidade por serem as funções sociais dadas a elas a fim de que contribuíssem com o crescimento e desenvolvimento dos preceitos da nova nação que estava se formando. Norma Telles relembra que as mulheres no século XIX não eram vistas como criadoras, elas deveriam gerar e nutrir, mas o ato de criar novas concepções era concebido aos homens, porém, apesar dessas convicções, nessa época as mulheres começaram a escrever, tanto na Europa como na América.<sup>153</sup>

#### **1.2.4 As mulheres enquanto escritoras: perspectiva relacional**

Assim, as mulheres tinham mais espaço como leitoras do que escritoras na *Marmota*. De acordo com Moraes, Calsavara e Silva “apesar de policiada, a leitura era vista como uma atividade menos perigosa que a escrita, pois, aos olhos de muitas pessoas do século XIX,

<sup>151</sup>A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed1090, 13 de setembro de 1859.

<sup>152</sup>RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. P. 174.

<sup>153</sup>TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 401-442.

“escrever é produzir o texto; ler é recebê-lo de outrem sem marcar aí o seu lugar”<sup>154</sup>. Isso se deu, pois, a leitura dos artigos de teor instrutivo era vantajosa no que se refere aos ideais de desenvolvimento do país.

Em uma perspectiva relacional constatamos que os homens ocupavam um espaço muito maior que as mulheres na folha, mesmo que ela fosse feita para agradar ao público feminino. Nessa perspectiva, cabia às mulheres lerem a *Marmota*, mas não trabalharem no periódico; os homens estavam dominando o jornal mesmo naquelas publicações consideradas femininas. Segundo Raquel Soihet, essa teoria da superioridade masculina, produzida a partir do discurso masculino sobre o homem, e do discurso masculino sobre as mulheres, produzia uma forma de violência. Essa relação de dominação, é historicamente, linguisticamente e culturalmente construída.<sup>155</sup>

A historiadora Joana Maria Pedro nos atentou para a importância de cruzar os sujeitos e conectar suas histórias. Por isso a perspectiva relacional é essencial para percebermos as mulheres na *Marmota*. Caso fosse produzido um estudo quantitativo, perceberíamos que não foi uma presença frequente (levantamos cerca de 129 vezes em que mulheres publicaram na *Marmota*, se levarmos em consideração que o jornal saia duas vezes por semana e que foi editado por 13 anos não era, de fato, muito constante). Ainda, se relacionarmos com as publicações dos homens notaremos uma ampla diferença na perspectiva quantitativa.

Essas constatações nos permitem refletir a partir das relações de poder que foram – e são – construídas e desenvolvidas em nossa sociedade paternalista. Tomando o gênero como uma categoria relacional e entendendo que há uma ponderação a ser feita a partir das relações formadas entre os homens e as mulheres.<sup>156</sup> Comparando, portanto, os espaços dos homens e das mulheres no periódico percebemos que os homens estiverem mais presentes.

Entretanto, apesar dessa noção, não devemos desconsiderar as mulheres como escritoras na *Marmota*; tal concepção só representa uma relação de poder ordinária do século XIX. Nesse sentido, mesmo que os homens estivessem mais atuantes no periódico, houve uma presença feminina como escritoras. Tal constatação nos mostrou que mesmo, ao compararmos, as mulheres tenham aparecido relativamente pouco nas edições do jornal, as autoras e seus

---

<sup>154</sup>MORAIS, Christianni Cardoso; CALSAVARA, Eliane de Lourdes; SILVA, Gisele Elaine da. Leituras “corretas” para mulheres “ideais”: educação moral do “bello sexo” para instrução da família e formação da pátria no século XIX. In: *CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC*, 10, 2006, Rio de Janeiro.

<sup>155</sup>SOIHET, Rachel. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, v.5, n.1, p.7-29, 1997.

<sup>156</sup>PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. História [online]. 2005, vol.24, n.1, pp.77-98.

escritos foram indispensáveis para reivindicações femininas. Logo, essa presença foi fundamental para que fossem desenvolvidas concepções que questionavam a sociedade de então; considerando ainda a imprensa como um fator determinante para que fossem expostas tais contestações.

Partindo dessa noção, ao longo do século XIX a imprensa escrita era o maior meio de comunicação e, portanto, quando as mulheres escreviam em um periódico como a *Marmota*, disseminavam suas concepções e ideais a partir dos periódicos, formando o que seria, uma opinião pública. Marco Morel trata a discussão ao redor do conceito de opinião pública cujo o surgimento está intimamente ligado ao advento da imprensa no Brasil, o autor isola dentre as diversas leituras possíveis do conceito, o destaque ao grupo letrado que munido da ferramenta impressa, ajudavam a demarcar normas morais, abstratas e gerais que consolidavam o pensamento dominante, rompendo a barreira do julgamento privado.<sup>157</sup> Nesse aspecto tomamos os escritos femininos na *Marmota* como formas de consolidar uma nova noção sobre as mulheres via imprensa.

No entanto, é preciso considerar a situação de privilégio vivenciada pelas mulheres que compartilharam seus escritos nesse jornal. Conforme abordado por Briolli,

Uma das maneiras de analisar a crítica feminista historicamente é, assim, na sua passagem do problema de exclusão das mulheres ao problema da produção de gênero...outro ângulo em que se pode compreender as diferentes abordagens do feminismo é o da passagem do problema de exclusão das mulheres para o problema do privilégio.<sup>158</sup>

Seguindo essa perspectiva acreditamos que devemos levar em consideração as questões postas acima a fim de analisarmos as publicações das escritoras. Essas mulheres possuíam privilégios, haja vista que o conhecimento da leitura e da escrita no século XIX poderia ser caracterizado como uma distinção, o que, em uma sociedade escravista, pode nos dizer muito sobre a cor dessa escrita.

São essas escritoras e suas abordagens que buscamos resgatar no próximo capítulo, dessa forma poderemos investigar quais eram as reivindicações dessas mulheres e também perceber como a imprensa se tornou fundamental para o desenvolvimento de tais questões, tendo em vista que, assim como exposto pelo historiador Marco Morel, acreditamos que as palavras são

---

<sup>157</sup>NEVES, Lúcia Maria B. P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006.

<sup>158</sup>BRIOLLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. *Lua Nova*, São Paulo, 102: 173-210, 2017.

“importantes instrumentos de combate.”<sup>159</sup> Nessa perspectiva, é preciso consideramos como a história das mulheres contribuiu com o conhecimento histórico em vários aspectos, incluindo no resgate de escritoras. O resultado dessa concepção é a análise demonstrada no decorrer do capítulo seguinte.

---

<sup>159</sup>MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P. 21.



## CAPÍTULO 2

### ESCRITOS E ESTRATÉGIAS DAS MULHERES NA *MARMOTA*

Neste capítulo buscamos traçar algumas temáticas que eram mais frequentemente abordadas na *Marmota* pelas mulheres, de forma que percebêssemos tais assuntos como basilares no fundamento do jornal. Nesse sentido, também procuramos entender tais escritos como possibilidades e estratégias utilizadas pelas mulheres a fim de terem suas poesias ou prosas apresentadas em um periódico que possuía certo número de circulação, logo seus escritos e reivindicações atingiriam um público leitor significativo; além disso, quando tratamos dos escritos elaborados por mulheres buscamos compreender normas sociais postas a partir do próprio relato feminino. Assim como exposto no capítulo anterior tais normas, por vezes, buscavam ressaltar ideais de civilidade para o público feminino que viram a beneficiar desenvolvimento da nação, nesse sentido as mulheres utilizavam dessas noções e, estrategicamente, recusavam ou aceitavam tais concepções. As escritas dessas mulheres, por vezes, eram publicadas a partir da troca de cartas entre as leitoras e o jornal, e conforme destacado por Darnton e Roche era através dessa troca que se fundiam as ideias propagadas entre a rua e os periódicos.<sup>160</sup> Apesar de não termos como objetivo biografar tais mulheres escritoras, em alguns momentos apreendemos como necessário articular as publicações as respectivas escritoras e acabamos por dissertar, mesmo que brevemente, a respeito das autoras.<sup>161</sup>

#### 2.1 Escritoras

No Brasil, as mulheres demoraram a ser reconhecidas como autoras ou escritoras. O primeiro passo foi para serem leitoras. No dicionário de Antônio Moraes e Silva, em 1813, só existe a palavra escritor, singular e masculino, considerando autor de alguma obra escrita.<sup>162</sup>

A historiadora Tania Bessone ressalta, no trecho destacado acima, o tardio reconhecimento das mulheres como escritoras. Conforme abordado no capítulo anterior para

<sup>160</sup>DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *Revolução Impressa: A imprensa na França 177-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. P. 340.

<sup>161</sup>Sobre a relação entre a escrita e as autoras, ver mais em: CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1999.

<sup>162</sup>FERREIRA, Tânia Maria Bessone da Cruz. As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura. *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 81-93, 2005. p. 81.

as mulheres caberia, em um primeiro momento – e após certas reivindicações – a leitura dos periódicos, mas não a colaboração e escrita no mesmo. Entretanto, apesar dessa colocação as mulheres começaram a escrever.<sup>163</sup> Esse capítulo foi sendo desenvolvido nesse sentido, entender a escrita das mulheres que compuseram parte dos artigos do periódico e elaboraram algumas séries de publicações ao longo dos anos em que *Marmota* foi editada. De acordo com Monica Jinzengi, os escritos feitos por mulheres foram vistos durante um tempo como de menor qualidade e reservados a uma escrita privada, a exemplo da troca de cartas. Mas, para além das epístolas, essas mulheres encontraram espaço na imprensa feminina, que vinha crescendo ao longo do século XIX.<sup>164</sup>

As escritoras foram se formando nesse movimento de leitoras, haja vista que o hábito da leitura resultaria em escritos posteriormente publicados. Beatriz Francisca de Assis Brandão<sup>165</sup>, mulher oitocentista que colaborou por muitos anos na *Marmota*, destacou, em uma de suas poesias publicadas no periódico, as leituras às escondidas que fazia dos pais:

Eu tinha conseguido a grande dita  
De encontrar um Camões, e um Bernardes  
Que em um cesto jaziam esquecidos  
Entre velhos, e inúteis alfarrábios,  
Pude escondê-los, e em segredo os lia.  
Que ilustração! Que fonte de ciência!  
Li, reli, decorei, compus idílios!<sup>166</sup>

Nesse trecho Brandão afirmou suas leituras e sua posterior composição. O certo é que Beatriz Brandão não estava sozinha na jornada de ser uma mulher escritora oitocentista, a leitura da *Marmota* nos possibilitou conhecer e reconhecer outras *sujeitas* que compunham o conteúdo desse periódico e que utilizavam da escrita como divertimento, objeção a concepções postas socialmente ou como forma de sustento.

Os assuntos abordados por essas escritoras eram variados e ocupavam espaços distintos do periódico, conforme destacado em um trecho do capítulo anterior. Entretanto, raras vezes os escritos produzidos por mulheres encontravam-se na primeira página do jornal; e era nessa

<sup>163</sup>Norma Telles trata dessa questão no artigo, já citado no capítulo 1: TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 401-442.

<sup>164</sup>JINZENGI, Monica Yumi. Leituras e escritas femininas no século XIX. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 38, jan-jun, 2012.

<sup>165</sup>Adiante abordaremos mais profundamente essa escritora, mas para saber mais, ver em: PEREIRA, Cláudia Gomes. *Beatriz Brandão: mulher e escritora no Brasil do século XIX*. São Paulo: Scortecci, 2005. PEREIRA, Cláudia Gomes Dias Costa. *Contestado Fruto: a poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868)*. Belo Horizonte: UFMG; FALE, 2009.

<sup>166</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed332, 18 de janeiro de 1853.

primeira parte que estavam os artigos – definidos segundo a concepção do redator – mais importantes e que atrairiam compradores.

Tais escritos iam desde poesias, passando por folhetins, até artigos reivindicando participação política. Separadamente, as questões mais interpeladas eram: amor, educação e matrimônio; pontos que abordaremos ao longo deste capítulo. Entretanto, também trataremos de artigos críticos quanto as mulheres públicas e a participação das mulheres na política que, apesar de não serem frequentes, são fundamentais para a perspectiva social que buscamos trazer.

Conforme destacado pelo historiador Robert Darnton, quando tratamos de compreender alguma situação e/ou escrito é necessário entender o texto pelo contexto.<sup>167</sup> Nesse sentido, percebemos que alguns desses escritos compunham-se a partir de discussões que estavam acontecendo na Corte em meados do século XIX e que acabavam por também serem desenvolvidas na imprensa. Rodrigo Cardoso, em sua tese, destacou a agência histórica da imprensa oitocentista:

Ao se analisar a imprensa, faz-se necessário enfocá-la não apenas enquanto veículo de ideias refletidas de uma realidade socioeconômica definida, mas enquanto agente histórico produtor e disseminador de textos que, ao mesmo tempo influenciavam e eram influenciadas pelo contexto.<sup>168</sup>

Nesse sentido percebemos a *Marmota* como partícipe de questões abrangentes ao universo das mulheres e postas na sociedade da década de 1850, alguns pontos iam além de tal universo feminino e relacionavam-se com a prosperidade de um país que estava em construção. Ademais, acrescentemos a afirmação feita por Barbosa Lima de que “os povos tem a imprensa que merecem”<sup>169</sup>, essa frase ressalta a dimensão que o contexto social, cultural e político tem diante da construção da imprensa, tendo em vista que ela se desenvolve a partir de condições colocadas pelo povo, daquilo que o ‘povo merece’.

No mais, identificamos ao longo da análise, uma certa pluralidade de pensamentos a respeito da condição feminina no século XIX; colocados de forma diferente – principalmente se nos atentarmos na autoria masculina ou feminina. Isso se deu, pois, “a imprensa foi usada como fio condutor de valores sociais que deveriam ser apreendidos pelos seus leitores. Ao mesmo tempo foi também por meio dela que muitos padrões sociais puderam ser questionados

---

<sup>167</sup>DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

<sup>168</sup>CARDOSO, Rodrigo Soares de Araújo. *Caminhos na produção da notícia: a imprensa diária no Rio de Janeiro (1875-1891)*. Rio de Janeiro: UERJ, 2015. P. 11.

<sup>169</sup>SOBRINHO, Barbosa Lima. *O problema da imprensa*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923. P. 37.

e até mesmo rompidos.”<sup>170</sup> Nesse sentido, uma série de discursos e opiniões podem ser encontradas na *Marmota* pois os colaboradores(as) e escritoras(es) eram diversos e discordavam em certas questões.<sup>171</sup>

A composição desse capítulo foi pensada de forma a analisar os escritos a partir dos temas percorridos e então compreender as mulheres que estavam por trás de tais publicações. Foram muitos sujeitos e assuntos interpelados durante a circulação do periódico, assim como as estratégias utilizadas por essas mulheres a fim de melhor se colocarem na *Marmota*, nesse seguimento apresentamos algumas dessas questões a seguir.

## 2.2 Negociações e estratégias

Para caracterizarmos certas negociações e estratégias dessas escritoras oitocentistas, seguimos os conceitos utilizados por Cowling.<sup>172</sup> A autora explora essa questão a partir de processos judiciais, enquanto buscamos trabalhar com esses conceitos baseados na ideia da escrita realizada pelas mulheres do século XIX e incorporadas na imprensa.

A fim de que pudessem estar inseridas em um ambiente que era, predominantemente masculino, as escritoras se valiam de algumas estratégias. Muitas delas afirmavam que suas escritas eram inferiores aos trabalhos feitos por autores homens e se desculpavam por escreverem *defeituosamente*. Partindo dessa noção, nos questionamos sobre essa desqualificação feminina feita pelas próprias mulheres. Elas estariam, de fato, considerando suas escritas incorretas e ainda assim enviando as mesmas para serem publicadas em um jornal de grande circulação? Até que ponto essa ‘incompetência’ não era uma estratégia para que seus escritos fossem publicados em um periódico cujo proprietário, editor e redator era um homem?

A título de exemplo, transcrevemos um trecho escrito por Ana Flora da Silva Maia. A autora escreveu na última estrofe de uma de suas mote glosas:

Mas esta verdade é nua,  
Precisa ser enfeitada  
Por pena mais atilada

<sup>170</sup>NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. P. 16.

<sup>171</sup>Garzoni aponta essa questão a partir de uma perspectiva encontrada em Sidney Chalhoub. GARZONI, Lérica de Castro. *Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 2012.

<sup>172</sup>COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

Que não parece tão crua.<sup>173</sup>

Nesse trecho encontramos vários indícios dessa forma de estratégia que buscamos resgatar. Maia afirmou que sua poesia precisaria ser mais ‘enfeitada’, ou seja, precisaria estar mais profundamente apta, por ‘pena mais atilada’, por um autor que escreveria com mais cautela, que, de acordo com ela, dessa forma a poesia não pareceria ‘tão crua’, ou seja, tão rasa e insipiente. Entretanto, mesmo afirmando que seu escrito não valia a publicação, Maia enviou para a *Marmota* seu mote e glosa.

Além disso, é necessário destacarmos que a autora encaminhou essa poesia para um concurso realizado pelo periódico. Era comum que Paula Brito lançasse na *Marmota* alguns concursos em que as leitoras e os leitores eram convidados a participar, as chamadas ‘Mote a prêmio’. Nesses editais, o jornal publicava um mote e os assinantes deveriam enviar algumas glosas a serem avaliadas por um júri técnico – escolhido por Paula Brito -. A melhor glosa ganharia um prêmio a ser determinado e que, na maioria das vezes, consistia em alguns meses de assinatura grátis do jornal.

Nesse sentido, Ana Maia sabia desse prêmio e, certamente, almejava ganhar uns meses de assinatura do jornal que já fazia leitura. O júri, que julgava esses escritos, era composto por homens, partindo dessa noção, podemos inferir que Maia utilizava de um recurso estratégico, que estava ao seu alcance, a fim de sair vitoriosa desse concurso; uma estratégia baseada em utilizar da noção que disseminava uma, suposta, inferioridade feminina ao seu favor. Tais concursos propostos por Paula Brito rendiam edições e mais edições repletas de mote e glosas a serem avaliadas. No entanto, nesse edital, Ana Maia não conseguiu nenhum prêmio.

Ao abordamos estratégias e negociações estamos tratando de certa agência dessas mulheres que, além de escreverem dentro de uma sociedade baseada em noções paternalistas, ainda se valiam das concepções válidas desse universo a fim de encontrarem formas de se inserirem e estarem representadas em aspectos sociais, culturais e políticos no Oitocentos. De forma que discordamos das noções que tratam essas ‘desculpas’ e discursos femininos colocados sobre uma escrita desqualificada em relação a escrita masculina, posto que, compreendemos que as mulheres oitocentistas possuíam mais consciência de suas perspectivas ações do que de fato tratou-se, por muito tempo, na academia.

Logo, discordamos da colocação feita por Tedeschi:

Ao internalizar a naturalidade da discriminação, impostas pelas representações e discursos, torna-se difícil para a mulher romper com essa

<sup>173</sup>A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed869, 31 de julho de 1857.

imagem de desvalorização de si mesma. Ela acaba aceitando como natural sua condição de subordinada, vendo-se através dos olhos masculinos, incorporando e retransmitindo a imagem de si mesma criada pela cultura que a discrimina.<sup>174</sup>

À medida que se trabalha a partir dessa interpretação a ação das mulheres é desconsiderada. As relações de dominação entendem as mulheres na condição de subordinadas, no entanto não consideram que elas fossem passivas.

Alguns anos antes da publicação de Ana Flora da Silva Maia, três anos mais precisamente, sob o pseudônimo de Alcipe<sup>175</sup> algumas poesias foram publicadas na *Marmota*. Assim como Maia, Alcipe se desculpou, incontáveis vezes, a respeito de sua escrita insipiente e apesar dessa afirmação, argumentava que esperava ter um espaço na folha a fim de publicar seus escritos. Em suas palavras,

Se as fracas produções de minha pobre inteligência podem merecer algum conceito, peço para elas, quando por ventura houver disponível, um cantinho de sua apreciável folha, esperando, porém, da conhecida delicadeza de V., que desejo conservar o incógnito que desejo ter.  
Sou, com particular estima,  
Sua constante leitora,  
Alcipe.<sup>176</sup>

Ainda, deixando evidente, que desejava manter-se sob o anonimato que o uso do pseudônimo lhe concedia.

Alcipe se valeu desse espaço que lhe foi disposto e continuou a publicar alguns de seus versos, chegando a escrever, até mesmo, um artigo para o periódico. Ao momento em que seu espaço estava posto, a autora, começou a publicar escritos em que ao invés de se desculpar pela sua, suposta, má qualidade na escrita, buscavam enaltecer todos os trabalhos realizados por mulheres. A exemplo do trecho a seguir:

Nova era raiou! Teu sexo amável  
Já dá crassa ignorância libertado,

<sup>174</sup>TEDESCHI, Losandro Antônio. O desafio da escrita feminina na história das mulheres. *Raído*. Dourados, v.10, n. 21, jan-jun, 2016.

<sup>175</sup>Alcipe foi o pseudônimo utilizado pela escritora portuguesa Leonor, que publicou muitos livros e foi fundamental para o desenvolvimento da literatura portuguesa; entretanto é impossível tratar-se da mesma autora, tendo em vista que em 1854 (ano em que a Alcipe brasileira começa a publicar escritos na *Marmota*) Leonor já havia falecido. Possivelmente, a escritora brasileira se inspirou na portuguesa a partir do nome do pseudônimo utilizado. Sobre Leonor, ver mais em: HORTA, Maria Teresa. *As luzes de Leonor: a marquesa de Alorna, uma sedutora de anjos, poetas e heróis*. Lisboa: D. Quixote, 2011. AMBROSIO, Gisele Gomes. A Marquesa de Alorna e a sociabilidade ilustrada portuguesa. *Revista Tempo de Conquista*, v. 3, p. 1, 2008. FLORES, Conceição e CAVALCANTE, Ilane Ferreira. Reflexões de leitura sobre as poéticas da Marquesa de Alorna e de Maria Teresa Horta. *Revista Ártemis*, Universidade Federal de Pernambuco, Vol. XXIII nº 1; jan-jun, 2017. pp. 89-99.

<sup>176</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed. 466, 02 de maio de 1854.

Das artes e ciências vai trilhar  
 A brilhante carreira que ilustrado  
 Tem dos homens a vida, o nome, e a fama!  
 Mulheres! sou por vós! Rasgado está  
 O véu do prejuízo. Eu quero e mando,  
 Quais vindouros mostreis que a mente vossa  
 Pode o voo elevar ao claro engenho!  
 Eia! Nada temas! Avante! Avante!  
 Minerva, que é mulher, a vós anima!  
 Minerva, que é mulher, vos dita a glória!<sup>177</sup>

A autora estava encorajada a chamar outras mulheres para mostrarem ao mundo que elas poderiam o mesmo que os homens, não sendo – como coloca as concepções masculinas-ignorantes, assim como poderiam trilhar o caminho das artes e das ciências. Por mais que os homens não estivessem satisfeitos com essas condições femininas, o excerto nos mostra como as mulheres estavam buscando se fortalecer, procurando na deusa feminina da sabedoria a razão para que se libertassem. Colocadas dessa forma, também podemos ressaltar que tais interpretações buscavam frisar o progresso da nação e poderiam despertar nessas escritoras noções de mudanças tangentes as perspectivas do *bello sexo*.

Por fim, Alcipe escreveu um artigo onde desafiava, novamente, a qualidade da escrita elaborada por mulheres. A escritora afirmou que escrevia de forma inferior pois assim tinha se determinado para as mulheres que ousavam escrever. De acordo com a história fictícia contada por ela, no momento que as mulheres pediram ajuda ao Deus Apolo – responsável pela inspiração dos homens – ele haveria lhe respondido “minha filha, o que pretende é bem difícil e espinhoso! Toma o meu bom conselho; cuida de tuas costuras, que é o verdadeiro.”. Tal trecho é representativo quanto ao árduo caminho que as mulheres desejosas da escrita deveriam percorrer; o fragmento ainda desperta para um percurso que seria peregrinado sem ajuda dos homens, como de fato se deu.

Mesmo escritoras que tiveram reconhecimento no Oitocentos, a exemplo de Beatriz Brandão utilizaram dessa estratégia. Brandão, no período que colaborou na *Marmota*, escreveu: “eu mal sabendo manejar a pena, confiava ao papel meu pensamento”. Beatriz Brandão possuía, ainda no século XIX, reconhecimento como escritora, tendo em vista que já havia aparecido em algumas obras conceituadas. Além de Delfina Benigna da Cunha, Brandão foi a única mulher a ter uma participação no livro *O Parnaso Brasileiro*, obra organizada por Januário da Cunha Barbosa, que, em semelhança ao *Parnaso Português*, pretendia reunir os maiores

---

<sup>177</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed. 485, 07 de julho de 1854.

escritores de sua atualidade.<sup>178</sup> Beatriz Brandão, além de colaborar na *Marmota*, também escrevia para outro periódico conhecido no Oitocentos, *O Guanabara*.<sup>179</sup>

Entretanto, Joana Noronha, que também era reconhecida no Oitocentos, não apresentou necessidade em empregar tal estratégia. Entre os estudiosos de imprensa feminina do século XIX, talvez ela seja a mais conhecida. Joana Noronha, que escreveu alguns versos para a *Marmota*, era uma argentina residida no Brasil. Noronha foi por seis meses a responsável por redigir o *Jornal das Senhoras*, como já abordado anteriormente neste trabalho, este periódico é reconhecidamente a primeira folha feita por e para mulheres. Noronha, além de ocupar-se na imprensa feminina, também atuava, escrevia peças de teatro e era professora.<sup>180</sup> Refletindo sobre a inauguração do *Jornal da Senhoras* também podemos considerar que o momento para criação de um periódico em que ressaltava a importância da educação feminina para o progresso da nação foi leal as convicções do período.

Joana Noronha foi a primeira das redatoras a trabalhar no *Jornal das Senhoras*, há vista disso, os seis meses que ficou à frente da folha, correspondem ao primeiro semestre de 1852. Por isso, quando publicou na *Marmota* – em 1857-, Noronha já possuía certo reconhecimento entre o público leitor do periódico, considerando que, suponhamos, compartilhassem muitas leitoras. Suposição essa que se origina a partir das publicações que se cruzavam entre os dois jornais.

Na *Marmota*, Joana Noronha publicou um soneto a poeta portuense Dolores. Escreveu que Dolores era sua inspiração, por ser como ela, “duas mulheres esquisitas, difíceis de explicar e compreender!”. A autora, ainda, colocou a morte como a única saída para escapar do sofrimento.<sup>181</sup> Em outra edição, publicada alguns dias depois, a escritora versou novamente a respeito de sua vida sofrida.<sup>182</sup>

---

<sup>178</sup>O Parnaso Brasileiro, organizado por Januário da Cunha Barbosa, teve dois volumes que foram publicados em 1829-1830. Ou seja, quando Beatriz Brandão passou a colaborar na *Marmota* – em meados da década de 50 – já era uma autora conhecida. CUNHA, J. R. O Parnaso Brasileiro organizado por Januário da Cunha Barbosa (1836) e João Manuel Pereira da Silva (1843-1848). *Cadernos Literários* (FURG), FURG / Rio Grande / RS, v. 10, p. 27-34, 2005.

<sup>179</sup>Revista que circulou na Corte entre 1849-1856, contava com a participação de homens como Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo, tinha como objetivo disseminar ideais a respeito do progresso e civilização no Brasil. LOPES, Hélio. *A Divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. LIMA OLIVEIRA, G. A. de; CRISTINA, F. O debate sobre a mão-de-obra e as representações do indígena nas revistas *Minerva Brasiliense* e *Guanabara* (1843-1846). In: II Colóquio do LAHES – Micro História e os Caminhos da História Social, 2008, Juiz de Fora. *Anais do II Colóquio do Lahes: Micro História e os caminhos da História Social*. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008.

<sup>180</sup>*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ed257, 1853.

<sup>181</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed839, 17 de abril de 1857.

<sup>182</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed847, 15 de maio de 1857.

Após dois anos, em 1859, a autora publicou na *Marmota* uma carta que saudava seus amigos do Rio de Janeiro, e dizia-se grata e com saudade dos mesmos. Na pequena carta, a escritora argentina afirmava que a cidade do Rio de Janeiro era inesquecível e era impossível não sentir saudades, mesmo com qualquer tipo de problema que pudesse ter.<sup>183</sup> A saudade do Rio de Janeiro é justificável, tendo em vista que seis anos antes da publicação desta carta, Noronha teria regressado para Argentina.

Tanto Joana Noronha quanto Beatriz Brandão escreveram livros e vendiam nos espaços onde eram comercializados os jornais, inclusive era o que acontecia na tipografia de Francisco de Paula Brito, a renomada – e após 1857, falida – *Dous de Dezembro*. Em 1856, Brandão publicou sua obra *Cantos da Mocidade*<sup>184</sup>, uma espécie de reunião de suas melhores poesias, cuja edição foi feita pela Tipografia de Paula Brito. Nesse mesmo ano, seu livro já era vendido em tipografias e diversas outras lojas, além de ter anúncios em vários periódicos, a exemplo da *Marmota*, *O Guanabara*, *Jornal do Comércio* e *A Pátria*; sendo vendido no valor de mil e quinhentos a dois mil réis. Em 1881, *Cantos da Mocidade* foi a única obra escrita por mulher a ser oferecida ao Congresso Literário Guarani, por F. Pinheiro Júnior.<sup>185</sup>

Enquanto Joana Noronha, durante sua vida, escreveu dois livros. Um deles, chamado *As consolações*, era vendido em 1860 por duzentos réis.<sup>186</sup> Esse mesmo livro foi publicado, por partes e em várias edições, na *Marmota Fluminense* e, posteriormente, vendido na tipografia de Paula Brito por quinhentos réis.<sup>187</sup> Na loja *Livros baratos*, o exemplar do seu livro chegou a custar oitocentos réis.<sup>188</sup>

### 2.3 “Mulheres de letras”: O romance histórico e a construção da nação

Nesse trecho decidimos dedicar uma breve análise sobre a desigualdade de gênero – baseadas em noções de relações de poder – que foram sendo construídas relativas as sociedades que estavam sendo desenvolvidas em meados do século XIX, a exemplo da Sociedade Literária e do IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro). Partindo dessa noção, desenvolvemos também uma reflexão a respeito do romance histórico *D. Narcisa de Villar* publicado na *Marmota* e sua ponderação sobre a construção da nação brasileira.

<sup>183</sup>A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed1094, 27 de setembro de 1859.

<sup>184</sup>Encontramos o livro sendo vendido em um leilão. <https://www.miguelsalles.com.br/peca.asp?ID=4263258> Acessado em: 18/11/2019.

<sup>185</sup>*O Fluminense*, Niterói, ed.490, 03 de julho de 1881.

<sup>186</sup>*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ed126, 06 de maio de 1860.

<sup>187</sup>A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed946, 27 de abril de 1858.

<sup>188</sup>*O Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, ed231, 21 de outubro de 1861.

Dentre as escritoras que compuseram o periódico duas eram mais consagradas, conforme abordado no item anterior, nos referimos a Beatriz Brandão e Joana Noronha. No entanto, nesse trecho realizaremos análises sobre Beatriz Brandão e outra autora fundamental que publicou o folhetim *D. Narcisa de Villar* na *Marmota* ao longo do ano de 1858 e assinava sob o pseudônimo de ‘Índigena do Ipiranga’<sup>189</sup>, Ana Luísa de Azevedo e Castro.

Em 1859 seu romance foi editado em formato de livro, pela tipografia de Paula Brito; primeiro Paula Brito publicava o romance de forma seriada na *Marmota*, caso houvesse público que considerasse a narrativa agradável, o tipógrafo a editava em forma de livro, “fica, deste modo, patente que a manutenção de um periódico literário era de vital importância para o trabalho de edição no século XIX.”<sup>190</sup> Posto isso, sabemos que a obra de Ana Luísa de Castro fez sucesso no período.

No romance de Ana Luísa Castro estão presentes diversas questões que estavam sendo debatidas no século XIX referentes a nova nação que estava se formando. Haja vista que o romance escrito pela autora pode ser caracterizado como um romance indianista, onde um dos personagens principais, Leandro, era índio; assim como sua mãe, Ephigênia, que também era de origem indígena. As preocupações da obra, publicada pela primeira vez na *Marmota*, recaem-se sobre questões que estavam afligindo a nova nação: casamento entre raças, lugar dos índios nessa sociedade, lugar das mulheres nessa mesma sociedade, entre outras questões que foram abordadas por Castro. Nesse sentido, quando pensamos a respeito da construção dessa ‘nova’ nação, o que os romances históricos podem nos dizer? De acordo com Ricupero:

Para os homens e algumas poucas mulheres que começam a ter atuação política e literária na época que se segue à independência da maior parte das antigas colônias da América, a tarefa principal que se impõe é definir mais precisamente a identidade política e cultural desta parte do globo tão recentemente colocada em contato com as outras.<sup>191</sup>

Desde a década de 1830, principalmente após a abdicação de D. Pedro I em 1831, o Brasil passava por um dilema no que se refere a identidade nacional: o que era ser brasileiro? Qual seria a raça dessa nova nação? A historiadora Ivana Stolze Lima destaca a imprensa do período como um espaço onde vários dramas eram representados e, entre eles, a questão concernente as identidades raciais; não eram apenas as circunstâncias ligadas aos negros que

<sup>189</sup>Nome atualizado, no periódico constava-se como “Indygena do Ypiranga”.

<sup>190</sup>GODOI, Rodrigo Camargo. *Um Editor no Império*: Francisco de Paula Brito (1809-1861). São Paulo: Edusp, 2016. P. 241.

<sup>191</sup>RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. P. XIX.

estavam em pauta, mas também pontos referentes a identidade indígena.<sup>192</sup> Lembremos que era uma sociedade em construção e que concordava com a legitimidade do trabalho escravo, haja vista a defesa da propriedade privada.<sup>193</sup> A criação do IHGB – que será explorada em seguida – permitiu aos homens do século XIX pensarem sobre a definição da nação brasileira e, ao definirem o postulado do que era ser brasileiro – remetido ao branco, europeu, português – automaticamente definia o ‘outro’, que viria a ser os negros e os índios.<sup>194</sup>

Enquanto o livro de Ivana Lima destaca a mestiçagem como a cor “original dos nativos da terra”, os sujeitos por trás do IHGB discutiam a questão dos índios em relação a civilização da nação<sup>195</sup>; nesse sentido Ricupero afirma que na América Latina a perspectiva literária utilizou de aspectos tangentes a história e a cultura local a fim de reforçar a identidade nacional, a exemplo da questão dos indígenas. “Será, portanto, em torno da temática indígena que, no interior do IHGB, e também fora dele, travar-se-á um acirrado debate em que literatura, de um lado, e história, de outro, argumentarão sobre a viabilidade da nacionalidade brasileira estar representada pelo indígena”<sup>196</sup>.

Manoel Guimarães ressalta a noção da literatura da década de 1850 que incorporava a imagem do índio como portador de uma certa ‘brasilidade’, concepção essa abordada na obra de Castro; enquanto o negro seria a representação do atraso de uma nação que tanto almejava se desenvolver e atingir o progresso. Para Guimarães, a questão indígena era tratada assim pela *história nacional* tendo em vista os territórios fronteiriços que o Estado desejava manter e a questão econômica, já que nesse período – a partir da década de 40 - entendia-se que o uso da mão de obra negra estava em seu fim, considerando a abolição do tráfico de escravos. De acordo com Bernardo Ricupero os índios tornaram-se símbolos nacionais ao momento que o Brasil desenvolvia um medo de revoltas escravas e por isso tendia-se a supervalorizar os pontos

---

<sup>192</sup>LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

<sup>193</sup>MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004. A partir do dilema da peteca, utilizado por Chalhoub, também percebemos essa questão. Tratava-se da relação entre aqueles que defendiam a escravidão pautados em noções de propriedade privada e aqueles que defendiam a abolição pautados em concepções referentes aos princípios da liberdade.

<sup>194</sup>GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos* 1(1) 1988, P.5-27.

<sup>195</sup>Segundo Ricupero ser civilizado era: “uma nova forma de relacionar-se com o mundo, principalmente o centro capitalista.” RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. P. XXV

<sup>196</sup>GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos* 1(1) 1988, P.5-27. P. 11.

indígenas, haja vista que o objetivo desses intelectuais era construir referências para a *nova* nação.<sup>197</sup>

Ivana Lima ainda utiliza de José de Alencar como exemplo de uma nova maneira de refletir a respeito dos termos indígenas na literatura, enquanto poderia, a título de exemplo, fazer uso da narrativa indígena elaborada por Ana Luísa Castro, onde diferentemente de Alencar criou uma forte figura feminina através da personagem de D. Narcisa de Villar, tecendo, dessa forma, críticas à falta de liberdade feminina, por meio de tal figura. Nessa via, de acordo com Zahidé Muzart, Ana Luísa Castro se inspirou no romance indianista *O Guarani* (1857), de José de Alencar, para escrever a sua própria narrativa, no ano seguinte;<sup>198</sup> apesar das diferenças os romances possuem semelhanças no que tange a temática indianista e o recorte temporal utilizado.

No momento em que Ana Luísa Castro lançou seu romance os homens literatos estavam discutindo a construção da nação<sup>199</sup> e o jornal fazia seu papel nesse processo civilizador. Publicando artigos voltados, por exemplo, para questões relativas à educação, “o jornalismo, apesar de todos os inconvenientes e vícios tem sido um elemento de educação e civilização... O jornal é civilizador.”<sup>200</sup> E a história seria, na visão de Manoel Guimarães, “o meio indispensável para forjar a nacionalidade.”<sup>201</sup>

Todas temáticas evidenciadas no romance histórico de Ana Luísa Castro figuram-se como preocupações históricas vivenciadas ao longo do século XIX, mas teria ela, caso especulado, um espaço no IHGB? Nossa resposta pode ser encontrada na negação da entrada de Beatriz Brandão e na própria admissão de Castro para uma Sociedade Literária. Nos questionamos então: qual seria esse limiar entre literatura e história que separava os universos masculinos e femininos?

Em meados da década de 1850, quando Joaquim Norberto sugeriu que a Beatriz Brandão entrasse como sócia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a mesma teve sua admissão negada por Joaquim Manoel de Macedo e por Antônio Gonçalves Dias, com a justificativa que era uma literata e, portanto, deveria fazer parte de uma sociedade literária, e

<sup>197</sup>RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. P. XXVIII.

<sup>198</sup>MUZART, Zahidé Lupinacci. Narrativa feminina em Santa Catarina (do século XIX até meados do século XX). *Revista Organon*, Rio Grande do Sul, v.16, n.16, 1989.

<sup>199</sup>Ricupero recupera essa noção onde os romancistas de meados do século tentavam, através da literatura, construir uma identidade brasileira; o autor também defende que o a ideia de nação é uma construção da elite e não um restabelecimento de concepções do passado. RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

<sup>200</sup>SOBRINHO, Barbosa Lima. *O problema da imprensa*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923. P. 117.

<sup>201</sup>GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos* 1(1) 1988, P.5-27. P. 14

não histórica e geográfica,<sup>202</sup> o que nos leva a pensar que mesmo que a autora tenha tido seu talento como escritora reconhecido, seu lugar enquanto mulher permaneceu restrito à escrita de poemas românticos. Logo, ainda que tenha sido uma notória escritora, sua condição feminina não permitiu sua associação ao IHGB, que de acordo com Jefferson Cano compunham-se de membros que o autor nomeia como homens de letras.<sup>203</sup> Apesar de ter tido sua entrada negada, atualmente, ao pesquisarmos a respeito de Brandão, diversas fontes nos afirmam que a mesma havia sido sócia honorária no Instituto. Inclusive, o dicionário Blake a reconhece como uma das primeiras mulheres a ter um espaço permitido em tal ambiente.<sup>204</sup>

Inaugurado em 1838 por Januário da Cunha Barbosa o IHGB tinha como objetivo compreender esse processo de construção do Estado Nacional Brasileiro.<sup>205</sup> A produção de conhecimento relacionado ao IHGB, se restringiu, por muitos anos, aos homens; não é de se espantar, portanto, que a sugestão de Beatriz Brandão fosse negada. Joaquim Norberto presidiu o Instituto de 1886 a 1891 e, podemos supor que, nesse período Brandão tivesse maiores chances de se associar ao IHGB; até mesmo porque Norberto se preocupou em destacar mulheres brasileiras que julgou distintas, a partir de sua obra *Brasileiras Célebres*<sup>206</sup>, publicada em 1862, que conta com menção a Beatriz Brandão.<sup>207</sup> No entanto, isso não passa de uma suposição e a história não pode ser construída nessa via.

Enquanto isso, em 1866, Ana Luísa Castro passou a fazer parte de uma Sociedade Ensaio Literários:

Era animada de nobres e elevados intuitos em favor da educação e instrução de seu sexo, o que provou em suas conversações e em um pequeno, mas bem elaborado discurso por ela lido na sessão magna desta associação em 20 de janeiro de 1866 lembrando a criação de um clube para senhoras, no qual se desenvolvesse o gosto delas pela literatura e fosse ouvida, de vozes de seu sexo, leitura de história, filosofia e moral.<sup>208</sup>

<sup>202</sup>*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ed30, 04 de fevereiro de 1934. p. 05.

<sup>203</sup>CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o "orbe literário" e a construção do império brasileiro*. Campinas: Unicamp, 2001.

<sup>204</sup>BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

<sup>205</sup>Para saber mais sobre o IHGB e o processo de construção da nação ver em: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos* 1(1) 1988, P.5-27.

<sup>206</sup>NORBERTO, Joaquim. *Brasileiras célebres*. Brasília: Senado Federal, 1997, 233p. / fac-símile de: Rio de Janeiro: Garnier, 1862.

<sup>207</sup>Sobre *Brasileiras Célebres* ver mais em: RODRIGUES, Talita Daher. História, biografia e pedagogia nas páginas de "Brasileiras Célebres". In: XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008, Seropédica. Anais eletrônicos - XIII Simpósio Regional de História Anpuh-Rio, 2008.

<sup>208</sup>SIMÕES, Jerônimo. Necrologia. *Revista Mensal da Sociedade de Ensaio Literários*, n.07, Rio de Janeiro, 1872.

O que nos leva a questionar, porque motivo autoras como Brandão e Castro teriam espaço concedido em sociedades literárias e não em institutos dedicado a história e geografia? De que forma os escritos dessas mulheres – que relatavam condições históricas em suas narrativas – não seriam história? Nesse sentido, o cânone masculino e falocêntrico, que é tão bem lembrado em diversas análises literárias, também pode ser encarado sob o viés da história.

Para mais, recuperando o relato transcrito acima onde Castro era descrita como favorável e incentivadora da instrução feminina, não devemos nos surpreender com a forma como a autora colocou as principais personagens femininas de seu romance, Narcisa e Ephigênia, em destaque. E, ainda, proporcionou um lugar de fala e poder às mesmas, através de personagens femininas fundamentais no decorrer da narrativa. Segundo Zahidé Muzart, os relatos dos viajantes que passaram pela província de Santa Catarina no século XVIII e XIX demonstram que as mulheres que residiam nessa província, possuíam muito mais liberdade que as mulheres da Corte.<sup>209</sup> Seguindo essa concepção, teriam as origens catarinenses de Ana Luísa Castro influenciado em sua escrita?

D. Narcisa de Villar se mostrou, durante toda a trama, uma figura forte, capaz de contrariar a vontade de seus irmãos que tanto a causavam pavor, em prol de viver um amor com um sujeito que, na época, era supostamente inferior a ela, tendo em vista que o personagem de Leonardo era filho de uma índia com um homem branco.<sup>210</sup> Em função da sua força, Narcisa de Villar foi capaz de fugir de sua cerimônia de casamento com o grande amor de sua vida e seu amigo de longa data, Leonardo. Apesar de o romance não terminar exatamente com um final feliz, ele, de fato, demonstra valores referentes a movimentos seguros e convictos vindos de uma personagem feminina. Além de Castro ter dado voz às mulheres, também amplificou e tentou viabilizar a questão indígena, conforme comentado por Andreata e Alós: “D. Narcisa de Villar denuncia a violência institucional e simbólica, que pautou a construção da nação brasileira, desestabilizando, desta forma, a configuração da identidade nacional, uma vez que deu voz a sujeito subalternizados”<sup>211</sup>.

Outra denúncia que aparece na obra é a respeito da relação da igreja com o poder paternalista, representado através da figura do vigário. O padre acompanhou os irmãos de D. Narcisa nas execuções expostas ao final do livro, demonstrando que apoiava as atitudes impositoras dos irmãos diante das personagens femininas, representadas por D. Narcisa de

<sup>209</sup>MUZART, Zahidé Lupinacci. Narrativa feminina em Santa Catarina (do século XIX até meados do século XX). *Revista Organon*, Rio Grande do Sul, v.16, n.16, 1989.

<sup>210</sup>Acontecimento que só é revelado no final do romance.

<sup>211</sup>ANDREATA, Bárbara Loureiro e ALÓS, Anselmo Peres. A representação feminina em D. Narcisa de Villar, de Ana Luísa de Azevedo Castro. *Revista Confluenze*. Bologna, v. 6, n.1, p. 99-110, 2014.

Villar e pela índia Ephigenia. Portanto, a igreja legitimava o discurso da submissão feminina em um sistema paternalista que estava em vigor no século XIX, e mais ainda atividade no século XVII, momento em que se passa a narrativa.

Percebemos, através do romance histórico escrito por Ana Luísa Castro que as mulheres estavam pensando no progresso da nação para além das questões que lhes eram colocadas, a exemplo da função da educação posta sobre a maternidade. Castro escreveu, colocando luz, sobre sujeitos que não estavam sendo postos em uma condição de destaque. Através de seus escritos podemos perceber uma agência feminina no que tange aos debates gerados em torno do desenvolvimento do país, haja vista, principalmente, a sua preocupação com a questão indígena.

No entanto, se pensarmos nas proposições expostas na tese de Garzoni, a respeito das defesas as questões indígenas postas na imprensa do começo do século XX, por Leolinda Daltro e Elisa Scheid, podemos questionar a defesa aos povos indígenas feita por Castro em seu romance. Garzoni problematiza as proposições de Daltro e Scheid, afirmando que o modelo de civilização ideal a ser alcançado seria o branco – o modelo que elas pertenciam – e

Enquanto representantes do mundo civilizado, elas assumiam a missão, quase maternal, de tutelar os índios, a fim de que fossem capacitados e pudessem evoluir. Partindo dessa perspectiva, elas praticamente desconsideraram os costumes daqueles povos e suas demandas específicas, não raro obscurecendo a diversidade existente entre diferentes nações indígenas e apresentando-os, ora de forma idealizada, ora de forma infantilizada.<sup>212</sup>

Nessa perspectiva, até que ponto a defesa de Castro se formou? Considerando que, na obra, a relação de Narcisa com Leonardo se constituía em certo poder centrado na mão da personagem branca. Nesse sentido seu romance, de fato, se construiu ao momento de reflexões tocantes ao desenvolvimento do país e, por certo, enobreceu a personagem feminina, no entanto, a figura do índio – mesmo que presente e relacionada a principal personagem da trama D. Narcisa de Villar, que inclusive leva o nome da obra – permaneceu as sombras de uma figura branca. Logo, Ana Luísa Castro se configura como uma importante literata que discutiu temas referentes ao desenvolvimento da nação posto em conjunturas referentes ao questionamento da identidade nacional, entretanto, suas concepções seguiram as noções colocadas por demais escritores que refletiram sobre a mesma temática.

---

<sup>212</sup>GARZONI, Leriche de Castro. *Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária* (Rio de Janeiro, início do século XX). Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 2012. P. 123.

## 2.4 Educação feminina: escritoras, professoras e mães

A educação das mulheres era um tema frequente na *Marmota*, tanto nas publicações escritas por homens como por mulheres. Posto isso, devemos levar em consideração que assim como exposto anteriormente e colocado por Gisele Gomes, os periódicos voltados para o público feminino foram, a partir da década de 1820/30, moralizantes no que tange a educação que as mulheres deveriam receber.<sup>213</sup> Isso se deu tendo em vista o desenvolvimento da nova nação brasileira, os sujeitos de então acreditavam que as mulheres, na função da maternidade que lhes era vital, deveriam possuir educação para que pudessem educar da maneira mais correta possível os seus filhos, considerando que estes viriam a ser os novos homens responsáveis pelo crescimento do país.

Na década de 1850 essa noção ainda estava presente no periódico e a educação feminina era uma pauta em discussão. As mulheres escreviam no jornal sobre a necessidade de terem uma educação como a dos homens, onde eles estudavam matérias como geometria, que não fazia parte do currículo escolar das meninas. Os homens, a maioria deles colaboradores como C., Cruz Júnior, entre outros, debatiam no periódico que as mulheres deveriam receber educação para que soubessem se portar em festas dadas pelos maridos ou pudessem dar boa educação para seus filhos,

De mulheres doutoras não carece a sociedade; e de ordinário a que se atira a altos estudos ganha em desenvolvimento intelectual o que perde nos dotes do coração; não é bem homem, nem bem mulher. Todavia, longe estou de pretender, que fique privada de toda e qualquer instrução!... um menina, de certa ordem, além de ler, escrever e contar, deve aprender a gramática da sua língua... aprenda a música, o desenho, e a geografia... não ignore as noções da história universal, aplicando-se principalmente à do seu país... esses estudos devem acompanhar o coser, o marcar, o bordar, prendas muito úteis a uma mãe de família!<sup>214</sup>

A respeito da imprensa feminina e a relação com a educação das meninas brasileiras, de acordo com a historiadora Karoline Carula, mesmo aqueles jornais escritos por homens, mas dedicados as mulheres – como é o caso da *Marmota* – valorizavam-nas no que se refere a construção da nação. Nesse sentido, consideravam as mulheres como fundamentais para o desenvolvimento do país. A educação como forma de construção de um processo civilizador se

---

<sup>213</sup>GOMES, Gisele Ambrósio. *Entre o público e o privado: a construção do feminino no Brasil do Oitocentos, 1827-2846*. Dissertação em história - UFJF, Juiz de Fora: 2009.

<sup>214</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed291, 27 de agosto de 1852.

perpetuou ao longo da imprensa feminina, em alguns periódicos, até final do século XIX.<sup>215</sup> No mais, a educação também funcionava como um meio de desenvolver um sentimento unívoco em relação ao progresso da *nova* nação, ao passo que os professores eram instruídos a construir discursos nesse sentido.

A partir dos anúncios expostos na *Marmota* conseguimos averiguar algumas informações a respeito das escolas oitocentistas. Tais anúncios, assim como expusemos no primeiro capítulo, eram, na maior parte das vezes, a respeito de escolas para as meninas. Essas escolas ensinavam além de noções básicas de português, geografia, francês, ocupações como piano e costuras, dessa forma as meninas, que terminavam seus estudos por volta dos 14 anos<sup>216</sup> – antes da idade dos meninos –, saíam das escolas aptas em afazeres ditos domésticos, como a costura, que lhe manteriam – ao menos supostamente – incorporadas em um ambiente privado. O relato da viajante Adèle Toussaint-Samson, apresentado no livro de *A condição feminina no Rio de Janeiro do século XIX*, discorre a respeito de trabalhos que as mulheres realizavam enquanto estavam em seus lares, a exemplo das costuras aprendidas nas escolas.<sup>217</sup> O anúncio a seguir exemplifica o que era ensinado em um colégio para meninas situado na Corte:

Colégio de Meninas

Dirigido por uma senhora viúva e suas filhas

Rua da Carioca, nº62, sobrado

Neste colégio ensina-se a ler, escrever e contar; gramática portuguesa, francês e geografia (de que se acha encarregado o Sr. Bellarmino d'Arruda Camara, professor do colégio do Sr. Conego Marinho): todos os trabalhos de agulha e tesoura, música, dança e etc.<sup>218</sup>

No entanto, frisamos que essas estudantes eram meninas vindas de famílias que possuíam boas condições financeiras, já que tais escolas anunciadas eram particulares. June Hahner destacou, em seu livro, que a educação era privilégio para aqueles que possuíam benefícios de nascimento ou posição.<sup>219</sup>

A diferença da educação, a depender do sexo dos alunos, foi motivo de objeção em algumas publicações na *Marmota*. O próprio poema de Beatriz Brandão, citado no começo deste capítulo, retrata de forma objetiva essa distinção sofrida pelas meninas e como isso, na

<sup>215</sup>CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v.24, n.1, jan-abr.,2016.

<sup>216</sup>De acordo com um relato exposto no livro de Miriam Leite: “a maioria das meninas enviadas à escola aí entram com a idade de sete ou oito anos; aos treze ou quatorze são consideradas como tendo terminado os estudos.” LEITE, Miriam Moreira. *A condição Feminina no Rio de Janeiro: século XIX*. São Paulo: Hucitec,1984. P. 74.

<sup>217</sup>LEITE, Miriam Moreira. *A condição Feminina no Rio de Janeiro: século XIX*. São Paulo: Hucitec,1984. P. 44.

<sup>218</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed123, 14 de janeiro de 1851.

<sup>219</sup>HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850 –1937)*. São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 32.

maior parte das vezes, era aborrecedor. Brandão, por exemplo, foi uma menina proveniente de uma abastada família do interior de Minas Gerais, seus irmãos completaram os estudos em Portugal, enquanto ela, única mulher entre os filhos, não pode dar prosseguimento aos seus estudos.<sup>220</sup> Conforme recordado pela historiadora Raquel Soihet “mulheres manifestaram-se expressando seu descontentamento com a educação que lhes era fornecida. Algumas lançavam mão dos próprios argumentos que lhes estavam sendo impostos.”<sup>221</sup>

Além do relato encontrado nos escritos de Brandão, também encontramos nos últimos anos de publicação da *Marmota*, uma história escrita por Mme. Marguerite, em que a autora se atentou para a questão da educação feminina e a distinção que havia entre a educação para os meninos e para as meninas. O artigo discorria a respeito de uma situação ocorrida na França, demonstrando que a educação feminina deste país europeu não distinguia muito da brasileira.

Mme. Marguarite escreveu um relato em que dois irmãos, um menino e uma menina, eram os personagens principais e estavam ambos no período dos estudos, havendo, porém, uma diferença entre a educação recebida pelos irmãos. Anna estudava, escondida e nos intervalos entre as costuras que lhe eram designadas, as lições de grego e latim que eram dadas ao seu irmão e acabou aprendendo mais que ele. Por medo, não admitia seu saber e somente quando foi descoberta o fez. Seu pai, surpreendendo Anna, incentivou a filha a estudar e ela tornou-se “a mulher mais sábia do século”.<sup>222</sup> Dessa maneira, a personagem desmente a ideia de que “uma mulher é incapaz de associar aos trabalhos literários a prática das virtudes domésticas”.<sup>223</sup>

Ao final, Mme. Sainte Marguerite termina sua história com um conselho para as suas leitoras:

Nem todas as minhas jovens leitoras estão destinadas a serem Mmes. Dacier; mas é certo que todas podem colher proveito da educação que lhes for dada, tornar-se um dia mulheres instruídas e capazes de dirigir os estudos de seus filhos, ornando seu espírito com conhecimentos úteis e agradáveis, além de saborearem o prazer que resulta das obras de autores instruídos, encontrarão uma multidão de gozos que as compensará das vicissitudes da fortuna e dos gelos da idade.<sup>224</sup>

Um das razões, colocada pela autora, como benefício de instruir-se, era saber organizar melhor os estudos dos seus filhos, ou seja, a necessidade do estudo das mulheres

<sup>220</sup>PEREIRA, Claudia Gomes Dias Costa. *Contestado Fruto: a poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868)*. Belo Horizonte: UFMG, FALE, 2009.

<sup>221</sup>SOIHET, Rachel. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, v.5, n.1, p.7-29, 1997.

<sup>222</sup>A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed1248, 19 de março de 1861.

<sup>223</sup>A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed1249, 22 de março de 1861.

<sup>224</sup>A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed1249, 22 de março de 1861.

estava ligada à condição maternal. Discurso parecido com aquele que era propagado no *Jornal das Senhoras*.<sup>225</sup> Em meados da década de 1850, tal manifestação produzida e reproduzida por esse periódico dominava a imprensa feminina. Incorporando-as o sentido de maternidade, que já lhes era imposto, essas mulheres, talvez, utilizassem os discursos referentes a maternidade, como forma de estratégia ao afirmarem que necessitavam de mais acesso à educação, a fim de que pudessem criar seus filhos.<sup>226</sup> Nesse sentido, Fernanda Andrade defendeu a ideia de que, através dos escritos, o *feminismo* do século XIX possibilitou noções emancipacionistas, mesmo que partindo de uma concepção onde as mulheres permaneciam no ambiente doméstico.<sup>227</sup>

É necessário frisarmos que as reivindicações referentes a educação postas na *Marmota* não pautavam questões referentes a instrução superior, suas objeções eram relacionadas a educação em nível escolar. O que se dava de forma diferente na imprensa feminina dos finais do século XIX, conforme exposto em um artigo de Carula: “Além da importância da educação da mulher para que ela bem educasse seus filhos, o *Echo das Damas* também defendeu, por exemplo, o acesso da mulher à instrução superior.”<sup>228</sup>

Durante a realização da investigação nos chamou atenção que, parte das mulheres que escreveram para o jornal – e que conseguimos identificar – eram, além de escritoras, professoras. Inicialmente suponhamos que por isso a pauta da educação aparecia em algumas publicações da *Marmota*; entretanto tal questão, nesse período, era pertinente as reivindicações femininas e as concepções de civilidade que estavam circulando. Atualmente, alguns estudos vêm sendo realizados no sentido de compreender essas mulheres como trabalhadoras e encarando o ensino como uma profissão que permitia a elas certo sustento, principalmente estudos voltados para a história da educação e história da educação feminina.<sup>229</sup>

---

<sup>225</sup>Aguimario Silva, em sua dissertação, despertou atenção para o discurso sobre educação feminina propagado pelo *Jornal das Senhoras*. De acordo com o autor os discursos mantinham as concepções já pautadas de educação e não quebravam a ordem e instigavam ao progresso, como muitas vezes foi encarado pela academia. SILVA, Aguimario Pimentel. *Entre a paráfrase e a polissemia: o discurso da educação feminina no Jornal das Senhoras (1852-1855)*. Dissertação (Pós-Graduação em Comunicação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

<sup>226</sup>TURACK, Cynthia F. Os sentidos sobre a maternidade construídos por vozes masculinas e femininas na imprensa da Corte. *Fazendo Gênero*: Florianópolis, 2008. Turack sugere o discurso referente a maternidade e educação feminina como uma forma de estratégia das mulheres para obterem maiores possibilidades no âmbito educacional.

<sup>227</sup>ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Estratégias e escritos: Francisca Diniz e o movimento feminista do século XIX (1873/1890)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, 2006

<sup>228</sup>CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v.24, n.1, jan-abr.,2016.

<sup>229</sup>Para saber mais sobre as mulheres como professoras, ver em: TEIXEIRA, Roberta Guimarães. *Na penna da imprensa professoras e professores primários do século XIX (1852-1888): contribuições aos estudos da feminização do magistério*. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2010. ALMEIDA, J. S. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil do século XIX. In: SAVIANI, D. (et al.) *O legado educacional do*

Fernanda Andrade defendeu que a profissionalização da profissão do magistério feminino teve início na década de 30/40 e que além de ser um campo possível as mulheres no que refere ao trabalho, era socialmente aceitável, principalmente porque ligavam essa profissão a função da maternidade, assim como as mães, as professoras tinham o dever de educar moralmente as crianças; no mais era um ofício que reforçava o lugar das mulheres relacionado a domesticidade, mas que apesar disso ainda foi fundamental para que as mulheres garantissem certa liberdade.<sup>230</sup>

Dentre algumas autoras que já citamos nesse trabalho, Beatriz Brandão, Ana Luísa Castro e Joana Noronha era reconhecidamente professoras. Nesse sentido, percebemos como a escrita estava relacionada diretamente com outras profissões e como essas mulheres possuíam mais de um ofício. Brandão, por exemplo, chegou a inaugurar em Vila Rica – sua cidade natal – um colégio só para meninas e continuou atuando como professora quando se mudou para o Rio de Janeiro.<sup>231</sup> Noronha, além de atuar e escrever, também apareceu na imprensa como professora e apesar de seus escritos na *Marmota* não estarem relacionados a educação, durante sua redação no *Jornal das Senhoras* dissertou regulamente a respeito da educação feminina.<sup>232</sup>

Ana Luísa Castro foi diretora de um colégio enquanto residia na Corte e, ao buscarmos sobre esse ponto na imprensa, encontramos uma série de elogios recebidos pela escritora enquanto atuava no colégio. Sob o pseudônimo *Pai de família*, certo homem escreveu um artigo, em 1863, onde teceu muitos elogios ao trabalho feito por Castro como diretora, além de louvar a festa de fim de ano, do colégio *Educação de meninas*, localizado na rua Larga de S. Joaquim, n.91, por ela organizada.<sup>233</sup> Também constatamos que a ofício dessas mulheres como professoras se dava, em sua maioria, em colégios voltados para a educação feminina.

No que se refere a noção das mulheres como educadoras, além do entendimento como professores, percebemos que essa concepção também se formava na construção do conceito de maternidade. No século XIX as mulheres eram vistas, em muitos momentos, sob a perspectiva de serem mães. Elas deveriam, basicamente, formarem suas famílias e dessa forma contribuir para a nação criando crianças que viriam a ser o futuro brasileiro. Não faltava no jornal

---

século XIX. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, pp. 133-197. ALMEIDA, J. S. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998. CHAMON, M. *Trajetórias de feminização do magistério: ambiguidades e conflitos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. CAMPOS, M. C. S. de S. e SILVA, V. L. G. da (orgs.). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

<sup>230</sup>ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Estratégias e escritos: Francisca Diniz e o movimento feminista do século XIX (1873/1890)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

<sup>231</sup>PEREIRA, Claudia Gomes Dias Costa. *Contestado Fruto: a poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868)*. Belo Horizonte: UFMG; FALE, 2009.

<sup>232</sup>*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ed257, 1853.

<sup>233</sup>*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ed357, 27 de dezembro de 1863.

discursos de colaboradores em prol da maternidade; além de a defenderem, suas declarações também se dispunham a ensinar para as leitoras como elas deveriam se portar quando se tornassem mães, haja vista que elas eram *sujeitas* fundamentais no desenvolvimento do progresso da nação.

Nesse sentido a imprensa feminina funcionava como um meio de instrução, os periódicos orientavam vários comportamentos a serem seguidos pelas mães de família. A educação, defendida a partir da noção de maternidade, reforçava o espaço privado relegado as mulheres.<sup>234</sup> E apesar dos relatos de que “a mãe brasileira invariavelmente entrega o seu filho a uma preta para ser criado”<sup>235</sup> na *Marmota* não encontramos discursos femininos nesse sentido.<sup>236</sup>

No entanto, mesmo que houvesse muitas manifestações masculinas a esse respeito, não constatamos reivindicações femininas no que se refere à maternidade, suponhamos que esse fato se deu tendo em vista que o dever da maternidade não era questionado. De acordo com Nascimento, ainda havia quem defendesse a emancipação feminina a partir da noção da maternidade, enquanto emancipadas, seriam melhores mães.<sup>237</sup> Nessa perspectiva, encaremos essas concepções também a partir das questões referentes ao crescimento da nação e a maternidade como estratégia, já que, ao serem mães emancipadas poderiam ensinar e desenvolver a educação de seus filhos de forma que seguissem os preceitos do progresso nacional.

## 2.5 Matrimônio

Uma das temáticas mais abordadas na *Marmota*, certamente, era o matrimônio. Mesmo porque, o casamento junto a maternidade e educação eram os três pilares que a sociedade oitocentista sustentava para a noção de mulher ideal, preceitos que se baseavam também nos princípios referentes a civilidade da nação. Nesse seguimento, as mulheres deveriam ser boas mães, boas esposas e boas donas de casa e assim elas permaneceriam nos ambientes privados

---

<sup>234</sup>Para saber mais sobre a função da maternidade em meados do século XIX, ver em: TURACK, Cynthia Fevereiro. *Mulheres-mãe: memória e construção de sentidos no discurso do periódico A Mãe de Família (1879-1888)*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

<sup>235</sup>LEITE, Miriam Moreira. *A condição Feminina no Rio de Janeiro: século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1984. P. 72.

<sup>236</sup>Ao momento em que os colaboradores homens discorriam sobre maternidade, a temática da escravidão e das ‘mães pretas’, por vezes, aparecia no periódico; entretanto não pretendemos, nesse trabalho, ressaltar os artigos elaborados por homens.

<sup>237</sup>NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. P. 91

enquanto os homens dominavam os espaços públicos. Esse discurso beneficiava a classe masculina, que almejava manter as mulheres fora do domínio público.

Entretanto, apesar do discurso pregado, principalmente, pela imprensa, igreja e o Estado, as mulheres percorriam caminhos e encontravam estratégias a fim de demonstrarem seus descontentamentos quanto a certos modelos impostos de casamento. Devemos ainda considerar que no século XIX o matrimônio forçado, apesar de já estar em decréscimo, ainda existia e ocorria em muitas famílias, principalmente as que possuíam boas condições financeiras.

De acordo com o costume no Brasil do século XIX, o poder financeiro de determinado indivíduo poderia ser um fator determinante para a consumação do matrimônio. Para tanto, alguns casamentos eram forçadamente arranjados sem que os conjugues trocassem nenhuma palavra de amor. Para a jovem do sexo feminino, a situação era ainda pior. Na grande maioria dos casos, quem determinava o casamento de uma moça era sua família, conforme os interesses financeiros citados ou de acordo com negociações familiares, combinações essas ligadas a estrutura de poder vigente na sociedade do Oitocentos. O matrimônio não se efetuava por interesses econômicos apenas tangentes ao universo feminino, haja vista o artigo publicado na *Marmota*, onde dizia-se “a mulher formosa é aquela que é rica; a feia é a que é pobre!”<sup>238</sup>, nesse sentido os homens também se casavam com mulheres por interesses.

Por isso, a prosa publicada anonimamente, assinada apenas com A., no formato de uma carta destinada a uma amiga, não surpreende. Na publicação em questão, A. afirmou não gostar, e inclusive ter certo desprezo pelo noivo que seus pais escolheram. Mas o mais curioso da publicação é o questionamento que ela faz quanto à suposta liberdade feminina:

Nós, as mulheres, somos por ventura livres para alguma coisa? Por muito pouco conhecimento que tenhas do mundo, e de ti mesma, deves saber que nada mais irrisório do que a nossa liberdade. Os homens, que de tudo dispõem na sociedade, nos tem julgado tão materiais e tão flexíveis como uma porção de cera a que, com os dedos, dão a forma que lhes apraz! Não nos concedem um espírito, que determine as nossas vontades; nem a vontade que é filha da liberdade de espírito! Assim, pois, para me casarem, não procuraram conhecer a minha vontade, não julgam isso essencialmente preciso; basta que eles o queiram, e que eu não tenha bastante força para os contrariar.<sup>239</sup>

Era evidente o quanto as ações dos homens que detinham o poder procuravam submergir qualquer indicador da força feminina, a fim de que elas não pudessem contrariar a vontade dos

<sup>238</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed.143, 04 de março de 1851.

<sup>239</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed.258, 04 de maio de 1852.

homens. Dessa forma, algumas mulheres não chegavam a cogitar a hipótese que poderiam contestar os desejos de qualquer homem que fosse.

Outra questão, levantada por uma mulher, a respeito do casamento forçado, foi a infidelidade que a mulher acabava por cometer com Deus. Isto é, ao casar com um jovem que não amava, a mulher mentiria na igreja, diante Deus:

Quando a mulher é forçada a esposar um homem a quem ela não ama, perde tudo, corrompe-se, e deixa de amar a Deus. Sim! Porque breve ela torna-se criminosa, o seu amor não é empregado naquele a quem ela jurou no templo sagrado sempre amar; e isso ofende a Deus.<sup>240</sup>

Esse argumento foi colocado no jornal sob o pseudônimo de “algoz de sua filha”. A autora também reforçou a culpa dos pais diante da infelicidade da filha, que se via obrigada a casar com alguém que não despertava sentimentos na mesma. Colocações diferentes e abordagens diversas para um mesmo problema que atormentava algumas jovens do Oitocentos. Entretanto, apesar da existência do casamento forçado por interesses dos pais, Vinicius Gagliardo em sua dissertação afirmou que no século XIX “o casamento por amor passou a coexistir com o casamento fruto de interesses políticos e econômicos do patriarca, desde que não existissem abismos econômicos e sociais entre os pretendentes”.<sup>241</sup>

Apesar de não ser do nosso interesse destacar a escrita elaborada por homens, reforçamos a ideia de que certos colaboradores também se colocaram contra o casamento forçado,

Nós julgamos conveniente declarar que advogando a causa da liberdade da mulher, na escolha de um marido, porque a mulher tem um coração muito mais sensível que o do homem, não queremos advogar a causa da sua emancipação, ideia esta que nos parece ridícula, e mais digna de desprezo, que de um sério exame.”<sup>242</sup>

No entanto, ressaltaram que eram contra as noções postas de emancipação feminina. Nesse sentido, sublinhamos que, certamente, esses ideais estavam circulando na sociedade oitocentista. Por essa razão crescia o número de publicações que elencavam razões para que os leitores (as) se posicionassem contra tal emancipação.

Notemos ainda que esses discursos contra os casamentos forçados eram apresentados sem identificação da escritora. O anonimato se deu como uma via àquelas mulheres que

---

<sup>240</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed431, 30 de dezembro de 1853.

<sup>241</sup>GAGLIARDO, Vinicius Cranek. *Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista*. Franca, 2016. p. 115.

<sup>242</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed279, 16 de julho de 1852.

queriam escrever, mas que eram receosas quanto à receptividade de seus escritos. Protegidas dessa forma, elas poderiam abordar diversos assuntos que, na época, não caberiam aos escritos femininos, sempre ligados ao sensível e amoroso. No mais, como afirmou Cecilia Helena Oliveira, quando elaborados por anônimos, as ideias expostas nos escritos ganhariam vida própria, sem o peso da credibilidade do autor.<sup>243</sup> Hahner, declarou em seu livro, que o anonimato também poderia ser utilizado por mulheres que estavam temendo atingirem o ridículo com suas publicações.<sup>244</sup>

Ainda a respeito do matrimônio, sob o pseudônimo de *Aristarco*<sup>245</sup> *das Moças*, foi publicada uma série de mote e glosas relacionados às jovens moças e ao casamento:

Já não presta para nada  
Se tratou seu casamento.

Toda moça arrebatada  
Sempre tem algum senão;  
Todo o que promete a mão  
Já não presta para nada,  
Pras moças é logo empada,  
Já não tem encantamento,  
Até chamam bicho nojento  
Ao mais chibante sujeito,  
Se conserva amor perfeito,  
Se tratou seu casamento.<sup>246</sup>

Toda moça que é tafula<sup>247</sup>  
Fica velha sem casar.

Fica magra, fica chula,  
Perde toda a poesia.  
Faz a gente ter azia.  
Toda moça que é tafula!  
Fica mole como a lula,  
Anda sempre a se mirar,  
A vestir-se e a pentear;  
A final, pobre coitada!  
Vive sempre desprezada,

<sup>243</sup>OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Sales. Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. *Revista de História*, São Paulo, n.116, p.55-64, 1984.

<sup>244</sup>HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas* (1850 –1937). São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 39.

<sup>245</sup>Segundo a 7ª edição do dicionário da Língua Portuguesa de Antônio de Moraes Silva, Aristarco é: “Nome próprio e um insigne gramático Grego, que fez uma crítica bem fundada, e judiciosa dos poetas da antiguidade, sem excetuar Homero; por cujo motivo se dá este nome por antonomásia a qualquer crítico, ou censor severo, mas justo e discreto.” Pág. 212.

<sup>246</sup>*A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed87, 27 de agosto de 1850.

<sup>247</sup>Segundo a 7ª edição do dicionário da Língua Portuguesa de Antônio de Moraes Silva, Tafula é: feminino de taful “que vive alegremente, se dá a todo gênero de divertimento.” Pág. 726.

Fica velha sem casar!<sup>248</sup>  
 Toda moça *bandoleira*<sup>249</sup>  
 Fica velha sem casar

Astuta namoradeira  
 Sem alma sem coração,  
 Vive sem reputação  
 Toda moça *bandoleira*!...  
 Para campar de faceira  
 Gasta o tempo em se aprontar,  
 Em moços sempre a pensar  
 O namoro é sua vida;  
 Neste enredo, nesta lida,  
 Fica velha sem casar!<sup>250</sup>

Em todos os três motes e glosas transcritas acima, o autor demonstrou quais tipos de mulheres corriam o risco de não obter um matrimônio. O pseudônimo escolhido – *Aristarco* - pode nos revelar que o sujeito por trás dele queria transparecer uma justiça em suas palavras e que as moças que se comportassem de maneiras “desagradáveis” não conquistariam o tão almejado e necessário casamento. Em contrapartida, a forma como *Aristarco* escreveu não agradou a todas leitoras do periódico, tornado possível que Rosa Maxixe discordasse de suas colocações:

Talvez v. mc. me taxe de excessiva; porém cada um fala com a razão que lhe assiste. Não há muito tempo que uma amiga minha, moça honesta e recatada, foi desprezada por seu amante, que preferiu casar com outra, bastante *bandoleira*, como v. mc. disse, e sem ter a reputação que caracteriza as mulheres da alta sociedade.

E complementou com um mote e um glosa de sua autoria:

O ter virtudes não vale  
 Para uma moça casar  
 Não é crível que se cale  
 Quem do mundo as coisas sentem,  
 Que em nosso estado presente  
 O ter virtudes não vale;  
 É preciso que ela fale  
 Cousas que fazem corar,  
 Que tenha amantes ao par,  
 Que namore noite e dia,  
 Que seja ingrata, e vadia  
 Para uma moça casar.<sup>251</sup>

<sup>248</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed89, 03 de setembro de 1850.

<sup>249</sup>Segundo a 7ª edição do dicionário da Língua Portuguesa de Antônio de Moraes Silva, *bandoleira* é: feminino de *bandoleiro* que é “ladrão, vandoleiro, inconstante.” Seriam mulheres inconstantes, namoradeiras.

<sup>250</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed93, 17 de setembro de 1850.

<sup>251</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed94, 20 de setembro de 1850.

Os pontos apresentados pela autora podem nos dizer diversas coisas. Primeiramente, observamos que ela não estava apenas protegendo todas as mulheres, estava, igualmente, mas de forma diferente, criticando as mulheres consideradas “vadias”, “ingratas”, “namoradeiras”. Na concepção de Rosa Maxixe, essas conseguiam sim o casamento, visto que uma delas teria conquistado o pretendente de uma amiga, que era, segundo Rosa Maxixe, uma moça “recatada”.

Esse discurso nos revela que as moças que não seguiam os padrões sociais de docilidade e descrição eram julgadas tanto por homens como por mulheres. Principalmente quando a mulher abandonada pertencia a um nível social mais elevado que a outra, como no caso de Rosa Maxixe – que expôs que a moça “bandoleira” não tinha a “reputação que caracteriza as mulheres da alta sociedade”. Esse trecho nos mostra que não havia um grupo unívoco de mulheres e, ainda, que mulheres pertencentes a diferentes classes sociais não se defendiam apenas pertencerem ao mesmo gênero. A maneira que as relações entre as mulheres se davam eram dependentes das classes que essas mulheres faziam parte. Logo, também não fazia parte de um grupo unívoco as concepções postas de civilidade, esses ideais recaíam sobre as mulheres brancas e com certas condições financeiras, estas que acabavam por ser, em maioria, as leitoras da *Marmota*.

Três edições depois, *Aristarco* rebateu a crítica de Rosa Maxixe. Acusou a mesma de ser mentirosa e solicitou a ela: “tia Rosa, vá rezar, ou cuidar dos sobrinhos, e deixe-me avisar as moças, que com isto muito lucrarão”, acusando-a de não ter se casado por se mostrar uma farsante:

Toda moça mentirosa  
Fica velha sem casar.

Fica magra, carunchosa,  
Todo aspecto de maxixe  
Nada diz que não se espiche  
Toda moça mentirosa.  
Passa a vida desgostosa  
Diz e jura sempre amar  
Sem ninguém acreditar  
Faz-se logo chocarreira,  
Toma ofício de parteira  
Fica velha sem casar.<sup>252</sup>

Ainda nesta edição, constatamos que os escritos de *Aristarco* não desagradaram somente Rosa Maxixe. Utilizando o pseudônimo de Solitária – apesar de não revelar seu nome, assinou

---

<sup>252</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed97, 01 de outubro de 1850.

a palavra com o artigo “a” e, por isso, a encaramos como mulher – criticou a maneira como Aristarco expôs as moças e discordou do mesmo, pedindo desculpas pelo seu intelecto – logo, utilizando da estratégia destacada no princípio do capítulo - “e com quanto não tenhamos forças intelectuais, assaz suficientes, para combatermos com o dito senhor, com tudo pedimos-lhe que não seja tão maromba, por outra, meia cara, isto é, quanto está conosco, nos lisonjeia, e longe nos diz, o que diz”<sup>253</sup>, repreendendo também o redator, que, da mesma forma, publicava escritos agradando as mulheres. Então escreveu:

Toda moça virtuosa  
Fica velha sem casar.

Não é bela, nem garbosa,  
Perde todo romantismo,  
Passa para o fanatismo  
Toda moça virtuosa,  
Não é mais espirituosa,  
Não sabe mais agradar,  
Nos bailes anda sem par,  
Ninguém mais olha pra ela,  
Não a chamam mais de bela,  
Fica velha sem casar.<sup>254</sup>

Após algumas ressalvas, na edição seguinte, Aristarco se desculpou com as moças *bandoleiras* e declarou que as preferia ao invés das recatadas:

Toda moça bandoleira  
Fica velha sem casar

Mil perdões que, sem que o queira,  
Oh! belas, vos agravei;  
Confesso que sempre amei  
Toda moça bandoleira  
Quando uma moça faceira  
Pra mim lança um terno olhar,  
Faz meu peito se cabrazar;  
Toda moça que é beata  
Toma o ofício de barata,  
Fica velha sem casar.<sup>255</sup>

Toda moça bandoleira  
Fica velha sem casar.

Virtudes, loucuras, asneiras,

---

<sup>253</sup>Conforme apresentado anteriormente percebemos essas ‘desculpas’ utilizadas pelas mulheres como uma forma de estratégia para que pudessem ter seus escritos publicados.

<sup>254</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed97, 01 de outubro de 1850.

<sup>255</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed98, 04 de outubro de 1850.

Que só nos dão privações;  
 Só pode excitar paixões  
 Toda moça bandoleira.  
 Aquela que, rezadeira,  
 Vive em casa a trabalhar,  
 Sem à janela chegar,  
 Espia pelo buraco,  
 Anda sempre a dar cavaco,  
 Fica velha sem casar.<sup>256</sup>

Assim, as colocações de Rosa Maxixe demonstram a pluralidade entre as mulheres e como, de certa forma, elas também eram responsáveis por julgamentos indevidos e preconceitos com as demais, em especial com aquelas que pertenciam a diferentes níveis sociais e culturais. Dessa maneira, defendiam interesses que partiam de suas condições particulares e daquelas cujo a categoria social se assemelhavam. Não havia, portanto, uma preservação e uma luta que abarcasse as variações presentes entre a sociedade e, em específico, no meio das mulheres.

Ana Luísa Castro também teceu, em seu romance, críticas ao casamento forçado, tão habitual no período que o romance se passou, o século XVII. Isso porque D. Narcisa de Villar não podia se relacionar com o índio Leonardo. Ao final da história, no dia do casamento de D. Narcisa Villar, o casal fugiu com o objetivo de viver livremente seu amor. No entanto, o romance acabou com um final triste, a fuga não deu certo e Leonardo morreu em uma disputa com os irmãos de Narcisa de Villar. Logo, o romance de Castro desenvolveu uma série de críticas a sociedade brasileira e a maneira como se dava suas relações matrimoniais.

A escritora Beatriz Brandão também redigiu sobre casamento, mas discorreu a respeito dessa temática sob a ótica onde abordou a perspectiva masculina nos casamentos, a partir de um concurso de *Mote a prêmio* realizado por Paula Brito:

Entre o solteiro e o casado  
 (decida quem foi juiz);  
 Qual é o melhor estado;  
 Qual dos dois é mais feliz.<sup>257</sup>

Quase sempre tematizando o amor, Brandão glosou a respeito do mote transcrito acima. Apesar de ter tido um casamento que fracassou, em um desses glosas, a autora se mostrou completamente favorável ao casamento, lamentando a escolha do celibatário para os homens, que viveriam uma solidão infeliz na velhice.<sup>258</sup> Beatriz Brandão, nesse trecho, seguia as

<sup>256</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed98, 04 de outubro de 1850.

<sup>257</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed203, 21 de outubro de 1851.

<sup>258</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed203, 21 de outubro de 1851.

concepções de casamento usuais ao século XIX, mesmo que tivesse se divorciado no Oitocentos devido a problemas no matrimônio.

Novamente glosando sobre o mesmo mote, nos pareceu, nessa segunda vez, que Beatriz Brandão estava criticando os homens que escolhiam suas esposas em função de determinada condição financeira. Levando em consideração a possibilidade de seu matrimônio ter sido realizado devido ao interesse de seu ex-marido nas finanças da família Brandão<sup>259</sup>, a autora repreendia esse formato de casamento através de sua própria experiência. Tornando o casamento infeliz tanto para a mulher quanto para o homem, a noiva não passaria, como afirmou a autora, de um acessório para o marido.<sup>260</sup>

A escritora polonesa Olympia Chodzko escreveu o romance *Helena* em 1797, entretanto foi publicado na *Marmota* – no formato serial, nos moldes dos folhetins – em 1853. A obra *Helena* durou cerca de 14 edições. Esse romance se passava em meados do século XIX e tinha como personagens principais Edmundo, Julia, Helena e Adolpho Ostrorog. Na história, há muitas reviravoltas que, de fato, prendem as leitoras, deixando-nos curiosas quanto aos acontecimentos, às mortes, aos amores, aos exílios e a tudo mais que a história desses quatro personagens principais carregam.

Em vários momentos da narrativa, Helena refletiu sobre a dificuldade em ser uma mulher sábia, pois, sendo sábia, teria a consciência da submissão que a vida lhe reservava diante dos homens e isso poderia lhe ferir. A história terminou com a personagem principal, ora chamada Júlia ora chamada Clotilde, constatando que deveria ser boa para o marido, antes de ser feliz. Ela tornou-se, então, boa e “quase feliz”.

Escrito pela polonesa Chodzko esse romance nos mostra que a condição de submissão das mulheres estava presente em diversas outras culturas ocidentais – evidente que de maneiras diversas, visto que a particularidade da formação social brasileira, a partir da exploração das mulheres negras, trouxe novos elementos. Sua tradução em um jornal dedicado às leitoras mulheres, poderia significar uma maneira de conscientizá-las sobre a condição da mulher dentro do casamento, tomando a noção que considera os periódicos a partir de suas funções instrutivas. No casamento, as mulheres eram “quase felizes”. O romance de Chodzko, portanto, não teve apenas um caráter sentimental, mas também moralizante, de acordo com Andrade: “para muitas

---

<sup>259</sup>PEREIRA, Claudia Gomes Dias Costa. *Contestado Fruto: a poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868)*. Belo Horizonte: UFMG; FALE, 2009.

<sup>260</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed207, 04 de novembro de 1851.

mulheres, o romance seria a única forma de acesso a qualquer tipo de informação ou educação.”<sup>261</sup>

Outra autora que escreveu sobre matrimônio e suas consequências foi a alemã Fanny Lewald. Defensora pelos direitos à educação feminina e pela emancipação econômica das mulheres através do trabalho; escreveu romances, literatura de viagem e ensaios – além de se considerar como uma grande tradutora dos escritos de George Sand.<sup>262</sup> Apesar das defesas quanto a educação, não intercedeu sobre o direito ao voto das mulheres. Além de morar na Alemanha, Fanny Lewald também residiu na França. Enquanto morava em Paris, contribuiu com o jornal *Les voix des femmes* e, nesse periódico, escreveu sobre igualdade no matrimônio, direito à separação, à educação feminina e ao trabalho. Por vezes, foi vista como conservadora e, diante de algumas situações defendia a não exibição das mulheres, mas segundo o artigo de Ward, acreditava que cada governo refletia os atos de educação da população.<sup>263</sup>

Na *Marmota*, seu romance, que em português levou o título de *Sorte Grande*, foi publicado em formato de folhetim e traduzido por Justiniano José da Rocha. Lewald questionou a dependência financeira que as mulheres tinham em relação aos seus maridos e o tabu do divórcio. Na narrativa, a personagem principal, Christle, sofria em seu casamento com Fernando, mas as personagens masculinas colocavam a separação como uma possibilidade repulsiva para a mulher. Além do mais, Christle guardava um dinheiro que, apesar de ser seu, ficava sob a responsabilidade de seu marido. Essas situações apareceram no contexto do romance de Fanny Lewald de forma crítica. Conforme constatado a partir das leituras, a escritora era assumidamente a favor do direito a igualdade feminina no casamento e à liberdade da separação, caso assim fosse desejado.<sup>264</sup> No entanto, na história, a dependência de Christle em relação a Fernando durou até o final na narrativa, podendo também servir como um caráter moralizante para as leitoras do periódico.

O matrimônio também aparecia na folha em outros momentos que não fossem, necessariamente, debates a respeito de casamentos. A exemplo de cartas trocadas entre amigas

<sup>261</sup>ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Estratégias e escritos: Francisca Diniz e o movimento feminista do século XIX (1873/1890)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. P. 70

<sup>262</sup>George Sand é pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin, francesa nascida em Paris em 1804, veio a falecer em Nohant em 1876. Escreveu para alguns jornais franceses do século XIX e teve alguns de seus escritos traduzidos para o português e publicados em periódicos brasileiros.

<sup>263</sup>Disponível em: <https://www.ohio.edu/chastain/ip/lewald.htm>. Acesso em: 22 de abr. 2019.

<sup>264</sup>A defesa do divórcio aparecia na imprensa em meados da década de 50, entretanto apenas no final do século XIX o assunto passou a ser debatido na Câmara dos Deputados. Para saber mais: GARZONI, Lericce de Castro. *Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 2012.

que estampavam as páginas do periódico. Célia<sup>265</sup> escreveu, em uma correspondência para uma amiga, a respeito dos romances que começavam nos teatros: “nosso sexo, minha amiga, neste país principalmente, a única aspiração que pode ter é a do casamento; o teatro para nós é como o baile – um meio de obtermos aquele desiderato, como dizem os deputados”.<sup>266</sup> E, de fato, em bailes e teatros teciam-se diversas relações necessárias para o dia a dia na Corte, como os casamentos.

No periódico, até mesmo o comportamento nos bailes era ditado por perspectivas moralizantes. O jornal alertava como as mulheres deveriam se portar diante de tais eventos, “não queremos que a dama se apresente em público com certo ar sacudido, impróprio de seu estado, mas sim com brando modo, grave, comedida, deixando passar muitas coisas sem ver, sem indagar, sem querer mesmo saber a causa e a razão de tudo.”<sup>267</sup>

Ao passo que também eram sustentadas críticas as mulheres que gostavam de frequentar os bailes, “o que é uma moça que gosta de bailar? É uma cabecinha de vento que só pensa na quadrilha que tem que dançar.” Segundo o autor, Cruz Júnior, tais moças só se importavam com as festas a fim de adquirirem posterior matrimônio e nesse sentido não saberiam nem mesmo varrer suas casas e acabavam se esquecendo que um dia poderiam se tornarem mães.<sup>268</sup>

Os casamentos também poderiam ser indesejados pelo Estado. No capítulo 03 abordaremos mais profundamente essa questão, onde o matrimônio poderia resultar em uma viúva dependente financeiramente do governo brasileiro. Nesses casos, o Estado ambicionava interferir em um ambiente privado que, supostamente, não faria parte de sua alçada; constatamos, dessa forma, que as relações de poder também se constituíam em questões de classe e possuir certo capital financeiro poderia determinar liberdades em questões privadas, como o direito ao casamento.

## 2.6 Amor

Os escritos das mulheres na *Marmota*, em sua maioria, tratavam de situações amorosas. Consideramos, nesse sentido, que os escritos sob o teor romântico não questionavam as instituições vigentes e mantinham as mulheres em um espaço reservado, possivelmente por isso foram encontrados mais escritos nessa perspectiva. Tais publicações, que tomavam essa temática como a principal, se apresentavam, basicamente, em formato de poesias. Quase não

<sup>265</sup>No periódico ela é tratada apenas como Célia, não sabemos, portanto, seu sobrenome.

<sup>266</sup>A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed1075, 22 de julho de 1859.

<sup>267</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed608, 07 de agosto de 1855.

<sup>268</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed542, 21 de janeiro de 1855.

havia prosas que versassem a respeito de questões de amor, ao menos, escritas por mulheres. Por isso, as passagens que abordamos nesse ponto do trabalho são, em sua maioria, poesias, anedotas, litografias produzidas sob mãos femininas.

Beatriz Brandão, por exemplo, escrevia diversas poesias românticas no jornal.<sup>269</sup> Brandão compôs diversos poemas, líricas e anedotas para a *Marmota*, seus escritos versavam muito a respeito de um amado. Esse amado, por vezes era chamado de “tirse”.<sup>270</sup> Um amor que era impossível de ser vivido e que Beatriz Brandão, em diversos momentos, comentou sobre a relação do amado com outra mulher e os ciúmes causado por esse relacionamento. Em uma das líras publicadas na *Marmota*, por exemplo, Brandão escreveu:

Desde o dia desgraçado  
Que de mim te separaste,  
Nesta alma triste deixaste  
Viva dor, crua aflição.  
Os momentos preciosos  
Que me prometia amor,  
Foram momento de dor,  
De saudade e agitação.  
Cruel, assim abusaste  
De quem te sabe adorar?  
Assim pudeste enganar  
Um sincero coração!<sup>271</sup>

Seria essa lira uma forma de lamentação por um amor que não ocorreu como esperado, onde o amado prometia amor, mas apenas lhe ofereceu dor? Assim foi, ao menos, como seu ex-marido, que muito a maltratou. Suponhamos que ela se referia a sua separação, posto que, segundo Cláudia Pereira, Beatriz Brandão não se relacionou com ninguém, pelo menos publicamente, durante os anos posteriores ao seu divórcio. Pereira reforçou essa ideia, ao expor que Brandão morou um tempo com seu irmão e, posteriormente, dividia casa com uma escrava que a pertencia.<sup>272</sup>

---

<sup>269</sup>Brandão aparece muito nesta pesquisa por se tratar da mulher que mais vezes publicou na *Marmota*. Beatriz Francisca de Assis Brandão foi a maior colaboradora feminina no periódico *Marmota* durante todos os anos que esteve em circulação – pelo menos a maior que conseguimos ter acesso, posto que, como o anonimato era muito presente nesse período, não descartamos a hipótese de que outra mulher tenha escrito mais que Beatriz, mas que não tenha assinado suas publicações, fossem em formas de artigos, poesias, líras, anedotas, entre outros tipos. E, caso não tenha se dispersado nenhuma publicação de sua autoria, contamos com 46 escritos, com a maioria difundida em 1855, sendo a primeira em 1850 e a última em 1857, o que fez com que ela colaborasse por quase dez anos no jornal.

<sup>270</sup>Alguns periódicos colocaram que o ‘tirse’ seria D. Pedro I e que Beatriz teria vivido um romance com ele. Ambos, de fato, se conheceram, em 1822, quando este, ainda príncipe-regente, visitou Vila Rica, porém nada nos consta que tenha acontecido um romance entre os dois.

<sup>271</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed577, 24 de abril de 1855.

<sup>272</sup>PEREIRA, Cláudia Gomes Dias Costa. *Contestado Fruto: a poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868)*. Belo Horizonte: UFMG; FALE, 2009.

Ana Flora Maia também publicou versos referentes a questões amorosas na *Marmota*. No mais, a glosa abordava, como era costume, o amor e as relações amorosas do período. No mote em questão, afirmou-se que “a melhor seta de amor, é a que sai da algibeira”. O significado de algibeira é bolso e, nesse sentido, vemos esse poema como uma denúncia aos interesses financeiros que envolviam os matrimônios no Oitocentos. Isto é, a melhor seta do amor seria aquela que saia do bolso, reforçando críticas aos casamentos por conveniências familiares; interesses esses que, de certa forma, também se voltavam para o Estado e a manutenção de famílias que se beneficiavam dos conceitos de desenvolvimento da nação.

As mulheres também utilizaram de anonimatos e pseudônimos para escreverem pequenas poesias. Protegidas por esses recursos, algumas senhoras se arriscavam a escrever versos e publicar na *Marmota*. Conforme anunciado na primeira edição do jornal, a publicação de escritos de forma gratuita, aparentemente, incentivava homens e mulheres comuns a escreverem para o mesmo.<sup>273</sup> Suponhamos que essas senhoras escreviam como forma de apaziguar o tédio de suas vidas relegadas ao privado, principalmente a rotina tediosa daquelas que possuíam mulheres escravizadas para fazerem o trabalho doméstico, ficando, então, incentivadas a publicar nessa folha.

Eram editados muitos escritos de cunho romântico, poemas como o *Coração de uma mulher* e assinado *Por uma senhora*, que relacionava os sentimentos de uma senhora às flores. Essa ligação entre as mulheres e as flores, relacionando seus nomes ao das flores, apareceram mais de uma vez no jornal.<sup>274</sup> Ophélia, uma senhora rio-grandense, publicou um poema de um diálogo entre mãe e filha, e o medo dessa da vida.<sup>275</sup> Rosa também publicou um poema que envolvia flores e romance.<sup>276</sup> *Quatro moças saudosas* fizeram, da mesma maneira, versos que abordavam a saudade da festa de São João.<sup>277</sup> Deolinda R. P. elaborou um poema em que lamentava a morte de sua mãe e se mostrava triste por não ter morrido junto a ela.<sup>278</sup> Adelina M. Aguiar ofereceu uma lira em que reafirmava sua amizade com Presciliana Izabel Caldas Matta.<sup>279</sup>

Olympia Chodzko, que escreveu no periódico um folhetim de sucesso – apresentado no ponto tocante aos matrimônios - também apareceu na *Marmota*, na seção *Máximas e*

<sup>273</sup>Recordando que esta não era uma singularidade da *Marmota*. Vários jornais de então permitiam que os assinantes escrevessem de forma gratuita na folha.

<sup>274</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed416, 08 de novembro de 1853.

<sup>275</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed525, 24 de novembro de 1854.

<sup>276</sup>A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed1220,11 de dezembro de 1860.

<sup>277</sup>A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed1314, 05 de novembro de 1861.

<sup>278</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed635, 12 de outubro de 1855.

<sup>279</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed656, 07 de dezembro de 1855.

*Pensamento*, em algumas edições após a publicação na tradução de seu romance *Helena*. Seus pensamentos estavam sempre ligados ao amor e à condição das mulheres dentro das relações amorosas. A autora, por conseguinte, ligava o amor à dor, conforme esse pensamento demonstra: “sabem as mulheres porque neste mundo são desgraçadas? É porque acreditam em um destino excetuado, sendo o seu único destino amar, e encontrar uma dor em cada afeto”.<sup>280</sup>

A ideia de que a sabedoria, atrelada à condição das mulheres, só as fariam sofrer diante da sociedade paternalista também estava exposta em seus pensamentos: “as mulheres sábias são ridículas e desgraçadas; lutam contra o amor próprio, contra as susceptibilidades, contra a vocação dos homens, e, por fim, se perdem”.<sup>281</sup> Ainda, Chodzko trouxe, em seus entendimentos, a mesma ideia que conduziu seu romance, de que a mulher deveria ser mais amiga do homem do que sua amante: “a boa esposa deve ser uma fiel amiga de seu marido, e não uma extremosa amante”.<sup>282</sup>

Posto isso, encontramos uma série de escritos que se dedicavam a princípios românticos e abordavam questões tangentes aos relacionamentos. Ressaltamos que até mesmo os assuntos ligados ao *amor* podem ser encarados sob a via moralizante, haja vista que buscavam evidenciar as mulheres em seus papéis de amáveis e doces que lhes destituíam de outras funções e, por fim, acabavam por reforçar os ideais de casamento e maternidade.

## 2.7 Beleza

O belo também era uma temática recorrente na *Marmota*. Os colaboradores discorriam a respeito das belezas femininas e quanto isso poderia influenciar na vida amorosa das mulheres oitocentistas. O padrão de beleza era branco e nem sempre era seguido.<sup>283</sup> De fato, os periódicos voltados para o público feminino buscavam moldar certo padrão onde as mulheres eram ajustadas a corpos, penteados e vestidos; publicavam artigos de moda onde era determinado qual estilo de roupa deveria ser mais utilizado nos bailes a fim de conseguir alcançar o matrimônio, destino final legado as mulheres.

Para atingirem esse patamar, dito belo, as mulheres utilizavam de muitas formas que podem ser consideradas prejudiciais à saúde. A título de exemplo citamos o uso do espartilho

<sup>280</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed375, 17 de junho de 1853.

<sup>281</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed380, 05 de julho de 1853.

<sup>282</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed392, 16 de agosto de 1853.

<sup>283</sup> Sobre o mito da beleza ver mais em: WOLF, Naomi. *O mito da beleza*. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 2018. Apesar da autora tratar um problema do século XX, ao falar sobre as revistas femininas algumas considerações podem contribuir para essa discussão.

– posteriormente condenado – que foi por muito tempo visto como sinônimo de beleza e elegância. Certos artigos de moda – que eram escritos, em sua maioria, pelo colaborador C. – evidenciavam seu uso e elogiavam as mulheres que haviam se vestido de forma elegante nos bailes. De acordo com Nascimento, “a beleza era usada como instrumento legitimador desta categorização social que designava à mulher apenas funções domésticas e atividades não intelectualizadas.”<sup>284</sup>

Foi publicada no periódico uma série em que foram abordadas todas as partes do corpo feminino e aconselhando como deveriam ser tais partes, como cabelo, testa, boca. Ao tratar sobre o cabelo foi colocado “julgo ter dito quanto hasta para que as senhoras tenham no devido apreço essa parte essencial que serve de ornamento a sua beleza.”<sup>285</sup> Em 1859 ainda comentava-se sobre a aparência da mulher ideal “o cabelo deveria ter uma cor diferente, os olhos negros, a boca, os dentes, a tez, mãos pequenas, pé pequeno.”<sup>286</sup> Portanto, além de delimitar os comportamentos a serem seguidos pelas mulheres, o jornal também discursava a respeito das condições de beleza que as leitoras deveriam seguir. Nesse sentido, a questão moralizante ia para além dos argumentos de civilidade e entrava em pontos referentes ao universo privado das mulheres.

Os artigos de moda ressaltavam vestuários que eram sinônimos de feminilidade, a exemplo das saias<sup>287</sup> Certamente uma feminilidade branca e de elite, haja vista que o uso de saias não era prático no século XIX e atrapalhava as mulheres que precisavam trabalhar. Nesse sentido, até mesmo quando o periódico propagava ideias de beleza e artigos sobre modas estavam compactuando com uma noção de feminilidade branca onde as mulheres deveriam seguir padrões a fim de se estabelecerem reclusas no ambiente privado.<sup>288</sup> Além disso, todo o conceito do belo era relacionado a noções brancas e estratificamente bem resolvidas, de forma que excluía desse padrão mulheres negras e trabalhadoras; nesse sentido a civilidade da nação também estava em volta desse padrão que era, objetivamente, branco.

Entretanto, havia quem o questionasse. Em uma série de publicações trocadas entre o colaborador que utilizava a inicial C. – provavelmente se trata do mesmo colaborador que

<sup>284</sup>NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006

<sup>285</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed597, 06 de julho de 1855.

<sup>286</sup>*A Marmota*, Rio de Janeiro, ed1160, 31 de maio de 1859.

<sup>287</sup>XIMENES, Maria Alice. *Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

<sup>288</sup>VERONA, Elisa Maria. *Da feminilidade oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: UNESP, 2007. Camillia Cowling também discorre a respeito da feminilidade e a difere quando se relaciona a raça das mulheres analisadas: COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

escrevia a série de artigos de moda publicadas na *Marmota*- uma leitora sob o pseudônimo *feiosa* – consideramos, a partir das exposições postas no jornal, que se tratava de uma mulher-.

Em 1851 um artigo controverso foi publicado. Assinado por C. e com o nome de *Porque se ama mulher feia* o autor propôs justificar a razão de alguns homens se casarem com mulheres ditas *feias* e porque não deveriam considerar anormal. Para C., as mulheres feias eram como as bonitas, pois “tem direito ao amor do homem a vesga, a calva, a coxa, a corcunda, ou a de boca torta”.<sup>289</sup> Também foi questionado o motivo de mulheres bonitas escolherem sempre o “pior”. E ele ainda reiterou:

E raro, porém, que a mulher de rosto feio não seja boa, sensível; seu coração ama, não com esse amor de leviana, que sempre aspira ver sua beleza exaltada entre mil admiradores; suas afeições são mais raras, sim, porém mais firmes e melhor baseadas. O que lhe falta no rosto, a natureza sempre previdente liberaliza-lhe nas outras partes do corpo, como que para compensar-lhe esse prejuízo aparente.<sup>290</sup>

Para C., os homens não faziam distinção entre as mulheres *feias* e *bonitas*, pois sabiam que elas teriam outras qualidades que se sobressairiam: “o homem conhece o amor sincero de sua mulher, não teme que ela seja infiel, descobre-lhe outros atrativos, que fazem esquecer o rosto feio, e por isso se dedica apaixonadamente a cultivar seu amor”.<sup>291</sup> Tal artigo foi questionado logo na edição seguinte, por uma leitora que assinou sob o pseudônimo de *feiosa*. Afirmou que gostava muito da folha de Paula Brito e que entraria em combate – expressão sua – com o colaborador C., visto que não concordava com suas colocações. A mesma se classificava como uma mulher feia, não podendo, portanto, estar no rol de mulheres bonitas posto por C.

A fim de melhor compreender por quais razões C. distinguiu mulheres com base em suas aparências físicas, a *feiosa* colocou alguns questionamentos que C. poderia responder. Suas perguntas eram baseadas em percepções religiosas e na ideia de que Deus teria criado todos de maneira uniforme, não sendo possível essa separação entre as mulheres por critérios estéticos. Eis as questões:

1ª Quem devemos reputar *tipos de mulheres*? As que o belo ideal dos homens crie em divindades terrestres ou aquela que Deus criou para companheira de Adão?

---

<sup>289</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed180, 01 de agosto de 1851.

<sup>290</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed180, 01 de agosto de 1851.

<sup>291</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed180, 01 de agosto de 1851.

2ª Criando Deus uma mulher para companheira de sua obra prima, isto é, de Adão, formá-la-ia bonita, ou antes como cópia fiel da original costela, apenas desigual ficou do outro sexo nas formas exteriores.

3ª Sendo todas as mulheres filhas de Deus, e muito certo que nenhum pai distingue os filhos por feios e bonitos, que conceito merece do Sr. C. a seleção em questão, agravada por ele mesmo?

4ª Se é verdadeira a lei das compensações humanas; se eu não estou em erro asseverando com os sábios que as faltas de certas partes do organismo são substituídas por outras em pontos diversos, e por consequência que o belo de uma forma organiza arrasta quase sempre ao defeito de muitas outras – que a previdente natureza como pensa sempre os defeitos notados em uma fisionomia, por exemplo, para este, com a elegância do talhe – a proporção de um tronco, o bem acabado de uma perna, de um braço, &c.,&c., para aquele; quando e como se poderá dar ou achar feia ou bonita?<sup>292</sup>

Por fim, a moça afirmou que, após a resposta para suas perguntas, mostraria o quanto C. foi injusto em suas colocações. No mais, colocou que, quando se amava uma mulher dita *feia*, deveria amá-la pelo que ela era e, nessa lógica, amaria ainda mais a mulher *feia* do que a *bonita*. C., chamando sua desafiadora de *bela feiosa*, respondeu sua questão afirmando que não havia apenas um tipo de beleza e sim que existiam variadas formas, a depender da perspectiva de quem a visse. Segundo C., ele havia descrito situações cotidianas, enquanto a *feiosa* esperava respostas filosóficas, colocações que não se propôs a fazer. Ainda, apontou como a beleza era mutável com o passar dos anos e, dependendo do período, poderia ser modificado o conceito de beleza. Ou, sintetizando seu ponto de vista em um parágrafo:

Reynolds disse acertadamente – “Nada é menos filosófico do que julgar que podemos formar ideia de uma beleza, ou de uma perfeição sobrenatural!” – Sobrenatural, disse ele bem, porque como podemos avaliar essa perfeição? Com que fundamento criamos essa entidade? E tanto mais que se fosse, por exemplo, para um pintor que pensasse haver reunida na imagem de uma mulher todas as formas belas, no seu entender; segue-se que os mais, a quem ele patenteasse a sua obra, teriam a mesma opinião? Não; porque não há na natureza objeto nenhum que cativa os sentidos de todos, nem os sentidos de todos são construídos por tal arte que a impressão de um seja a impressão de outro, ou o que agrada aquele agrada a este. Daqui se conclui forçosamente que não há feio nem belo nas mulheres; *que esta entidade é criada pelos nossos olhos*, e alimentada pelos romancistas e poetas para o claro e escuro dos quadros que pintam; e é por todas essas razões, sem que o saibamos, que amamos as mulheres feias, e elas a nós, ainda mesmo não sendo – *tipo Narciso*.<sup>293</sup>

O autor terminou concluindo que a *feiosa*, provavelmente, era bela aos olhos de alguém e por isso deveria utilizar outro pseudônimo. Na edição seguinte, ela contestou o C., declarando

<sup>292</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed181, 05 de agosto de 1851.

<sup>293</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed182, 08 de agosto de 1851.

que este havia fugido de seus questionamentos e não lhe tinha respondido nada do que fora colocado,

Revoltou-me isto porque sou feia, e porque não vinha a propósito semelhante sátira em louvor, fiz algumas exigências para chegar a meu fim, e bem longe de ser satisfeita para poder provar-lhe que – *a mulher nem sempre escolheu o pior* – que este ditado é falso ou somente próprio da masculina fantasia, cedem-me V. S. o campo (por se achar em terreno fofo) sem dúvida supondo talvez que por ser eu mulher e portanto fraca e sem instrução, os recursos forçados da sua história passariam incólumes, sem nota e sem réplica! Ah! Sr. C., quanto me custa neste momento a consciência de meus fracos recursos, as faltas de meus maiores por minha educação! Mas, à fé de uma mulher feia lhe juro que o não deixarei vitorioso, pois que me sobram muitos bons desejos e não advogo causa má ou perdida como V. S.<sup>294</sup>

Nesse trecho, *feiosa* afirmou que lhe faltava educação e que tal ausência estava a prejudicando na formação de argumentos contra C. Entretanto, elaborou uma série que ocupou diversas edições do jornal, podendo tal justificativa recair na forma estratégica mencionada no início do capítulo, em que as mulheres se valiam de noções da educação inferior que recebiam a fim de criticar essa condição. Haja vista que, em seguida, *feiosa* afirmou que mesmo sem possuir educação poderia debater com C, pois dispunha da feiura necessária para completar o diálogo. Sua justificativa foi repartida em algumas edições. Por isso, no número seguinte continuou com a assertiva de que as mulheres não deveriam se classificar enquanto *feias* ou *bonitas*, e nem mesmo os homens deveriam pautar-se nesta divisão. De acordo com a autora, Deus criou os homens e as mulheres para serem sempre bons e belos:

Um mão homem bastou para levantar entre os outros, com a rebeldia, a ideia do mal, *de tudo o que é feio, e esse diabo ou serpente* mordendo, envenenando tudo, será para todo o sempre o mau ramo da *árvore do bem e do mal*, como Adão e Eva formando o *bello ramo* d’essa mesma árvore, ao menos para mim, deu-lhe por bons frutos os filhos e filhas que tiveram, para serem amados e respeitados por nós – como a nós mesmos!<sup>295</sup>

Continuando com a sua carta, na próxima edição, dedicou uma parte de seus escritos a entender quem era uma mulher feia e quem era considerada bonita, e compreender o porquê e como se amava a feia:

Suponde agora uma mulher, meu caro Sr. C., sem préstimo, sem coração, sem alma e sem religião; mas uma dessas virgens cobiçadas por *bonitas* ou *belas*, formosas ou galantes, criadas no gozo de todas as vontades, no meio do fausto

<sup>294</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed183, 12 de agosto de 1851.

<sup>295</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed184, 15 de agosto de 1851.

e da opulência, e por tanto altivas e iracundas ou no pleno e perene esquecimento de todas as virtudes domésticas, não tendo olhos e ouvidos senão para o adônis ou sedutor, cuja toilette e fofa linguagem as enleva, trocando por consequência o cultivo do seu espírito pelo uso de um espelho; o tempo de trabalharem, pelo exame das modas e de um figurino; a história das boas esposas, das melhores mães, pela guerra dos namorados, pela crônica dos bailes e dos amores, e... Basta; essa mulher, vós mesmo a chamaríeis *feia*, *hedionda*, um *monstrinho*, porque olha sem dúvida para o pai, apenas como a fonte inesgotável, dos recursos aos seus desvarios, como para o marido, que reputa somente o servidor de suas pretensões, e para as amigas e companheiras de infância como meras aliadas em suas aventuras, enquanto lhes servem ou querem prestar-se!<sup>296</sup>

Pedindo desculpas ao redator do periódico, por já estar a muitas edições tratando do mesmo assunto continuou a enumerar seus argumentos contra os escritos de C. Em sua perspectiva uma moça que tenha sido sempre bonita e desejada passa a tornar-se arrogante com todos a sua volta, tendo em vista que sempre possuiu o que almejava e considerava que as demais mulheres, não tão bonitas quanto ela, lhes invejam.<sup>297</sup> A autora terminou suas colocações,

Eis aqui está finalmente, meu caro Sr. C. <<POR QUE SE AMA A MULHER FEIA>>; *porque amando-as como ela é*, o fazem até com desprezo das bonitas, mais do que a estas; e *vice-versa*, porque uma *mulher bonita* não tem remédio senão desposar um *homem feio*, que a possa e saiba amar, embora o faça *somente*, ou *quase sempre*, quando cansada de esperar, quando enjoada dos lisonjeiros e fementidos, que as perderam, que as atropelaram!... Não é, portanto, e como dissestes, senhor, porque *escolham elas sempre o pior*, pois que eu mesma, que já não sou moça, que tenho encarado o mundo como ele é, a despeito de haver desposado bem, e ainda chorar pelo marido que Deus me levou, preferiria ainda um bello rapaz ao feio, si aqueles reunissem as qualidades que ordinariamente só estes possuem, até porque, para exemplo, assim quero que pensem e pratiquem (como eu digo e faço!) todas as do meu sexo, já que ainda não temos penas severas para sedutor (*que nunca pode ser qualquer homem feio*) nem se quer se adopta entre nós, ao menos, o *banimento* deles dos salões, dos bailes, da alta sociedade, e até do centro das famílias!<sup>298</sup>

Para colocar um ponto final no embate entre C. e a *feiosa*, C. a respondeu de maneira curta e simples, não explicando nenhuma das questões elaboradas pela interlocutora:

Louvo, com extremo prazer a Sra. Feiosa, pelo talento com que demonstrou a sua tese, por mim motivada; assegurando-lhe que, para os leitores da Marmota, ela sendo feiosa, como se assigna, tornou-se bela, e digna de bom esposo.

<sup>296</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed185, 19 de agosto de 1851.

<sup>297</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed186, 22 de agosto de 1851.

<sup>298</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed187, 26 de agosto de 1851.

O serviço que prestou ao público, nas suas demonstrações de mestre, será apreciado em todos os tempos; restando-me a glória de haver provocado uma questão, que tão bem dilucidada foi pela digna leitora da *Marmota*.  
Receba a Sra. Feiosa os protestos de estima que por esta lhe consagra.

C.<sup>299</sup>

Pela análise da resposta de C., constatamos que considerou a *feiosa* como digna de um casamento – tendo em vista o excelente debate que tinha proporcionado –, e que havia começado a percebê-la como bela, ironizando o pseudônimo escolhido pela autora. A historiadora Cristiane Ribeiro se preocupou, em um artigo, em analisar as publicações trocadas entre C. e a escritora. Segundo a autora, *feiosa* fora uma mulher desafiadora para o período, tendo em vista que questionou, a partir de seus escritos, o padrão de beleza das mulheres, imposto pela sociedade paternalista em que viviam. A historiadora ainda ressaltou que, possivelmente, a escritora estava atualizada nas discussões a respeito dos direitos femininos em outros países, como Estados Unidos, Inglaterra e França, países ditos civilizados.<sup>300</sup>

Para nós, partindo de igual princípio aos argumentos utilizados por Ribeiro, também acreditamos que a autora tenha, de fato, ousado em sua crítica para os padrões de então. A partir dessas ideias, é plausível a utilização do pseudônimo, tendo em vista as variadas ressalvas que poderia receber pessoalmente, caso tivesse optado por assinar seu verdadeiro nome. Nesse sentido, o uso do pseudônimo e, conseqüentemente, do anonimato, tornou-se uma possibilidade para aquelas mulheres que desaprovavam os comportamentos sociais ditados pelos homens oitocentistas e almejavam fazer ressalvas públicas recriminando-os. Dessa forma, tornou-se possível contrariar a imposição de certo padrão de beleza e mesmo as ideias de progresso que estavam sendo postas no período.

## 2.8 Política

As mulheres que buscavam conhecimento sobre política e que almejavam conhecer esse universo eram desprezadas pela *Marmota*. As chamadas pelo jornal de “metidas a sabichonas” não eram bem vistas e os homens de então insistiam em considerá-las como inaptas para participação política e ignorantes. Entretanto, em meados da década de 60 as discussões políticas apareciam em publicações femininas.

<sup>299</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed188, 29 de agosto de 1851.

<sup>300</sup>RIBEIRO, Cristiane. "ELLA SENDO FEIOSA, TORNOU-SE BELLA": o padrão de beleza feminina a partir da imprensa periódica oitocentista. *Anais SEO*, Juiz de Fora, 2017. p.01-13.

Logo, as cartas trocadas entre as primas Estela e Zelina, que aparecem no periódico em 1864, podem ser exemplos dessa perspectiva, ao momento em que Estela reivindicava maior participação feminina na política:

É preciso, Zelina, muito preciso de uma vez para sempre mostrar aos homens que nós outras criaturas do sexo frágil somos tão boas como os tais senhores do sexo forte. Cá por mim estou tentada a começar pela política. Sexo frágil, sexo forte, isso que nos importa? Não se trata de sexos, trata-se de cabeças; e se formos por esse lado, palavra de honra que não troco a minha cabeça de mulher por 25 cabeças de homens. Quero ser jornalista, quero pugnar pelos nossos direitos atrozmente empalmados por esses prevaricadores. Hei de abrir os olhos de nossos eleitores, mostrando-lhes que temos os mesmos direitos que tem os homens para sermos eleitas deputadas, senadoras, juízas de paz, etc., etc., etc...<sup>301</sup>

Nesse trecho vemos Estella requerendo algo que pouco tinha constatado em outras edições da *Marmota*. No jornal, os protestos femininos eram sobre o direito de estudar e ter uma educação igual à dos homens, mas, nas palavras da correspondente, a percebemos desenvolvendo a ideia de chegar, inclusive, a ocupar um cargo político. Além de Estella produzir essa reflexão, ainda a expôs em uma folha cujo principal público leitor eram as mulheres, fazendo com que, dessa forma, a aspiração por uma vida pública chegasse a muitas leitoras. Logo, a publicação do texto demonstra como a cultura impressa foi fundamental na propagação de ideias revolucionários relacionados às condições femininas.

A historiografia mais recente vem nos mostrando que as reivindicações das mulheres oitocentistas ultrapassavam as perspectivas relativas à educação, nesse sentido, gênero, política e relações de poder no século XIX vem ganhando mais espaço nos ambientes acadêmicos voltados a análise do Oitocentos. A dissertação de Cristiane Ribeiro exemplifica essa questão, a autora analisou os escritos de Anna Rosa Termacsis dos Santos (A. R. T. S), uma mulher que escreveu, em meados da década de 1860, um tratado que debatia emancipação política para as mulheres oitocentistas.<sup>302</sup> Nesse mesmo seguimento cabiam as demandas de Estella.

Além disso é preciso compreendermos que as demais publicações que contestavam a ordem vigente no século XIX, a exemplo dos escritos trabalhados nessa dissertação, eram, de certo modo, políticos. Apesar de não requererem participação, no momento em que estavam se opondo ao ordinário oitocentista, estavam atuando politicamente. As transformações no que se refere aos direitos conquistados pelas mulheres foram postas no dia a dia, conforme demarcado

<sup>301</sup>A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed05, 31 de janeiro de 1864.

<sup>302</sup>RIBEIRO, Cristiane de Paula. *A vida caseira é a sepultura dos talentos: gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsis dos Santos (1850-1886)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2019.

no livro de Cowling. Nesse sentido o desejo de participação política foi, certamente, essencial para certas modificações, entretanto, as oposições diárias também foram fundamentais para as mudanças estruturais.

Seguindo essa noção, as colocações postas por Zelina na última fase da *Marmota* – em 1864 - foram, de fato, substanciais, mas não foram apenas tais movimentos que garantiram para as mulheres um maior espaço no ambiente público. Todas as conquistas seguem noções que eram colocadas no cotidiano<sup>303</sup> e a imprensa imprimia discussões que eram postas na rotina do município em que circulava. Nesse sentido é compreensível que as questões colocadas a respeito do progresso da nação estejam, de certo modo, pautadas nas escritas femininas, considerando que muito se debatia sobre isso no momento referenciado.

No que se refere as escritas postas pelas mulheres e construídas em uma concepção de objeção a noções pré-estabelecidas no século XIX, a historiadora francesa Michelle Perrot destacou:

O uso [da escrita], essencial, repousa sobre o seu grau de alfabetização e o tipo de escrita que lhes é concedido. Inicialmente isoladas na escrita privada e familiar, autorizadas a formas específicas de escrita pública (educação, caridade, cozinha, etiqueta...), elas se apropriaram progressivamente de todos os campos da comunicação e da criação: poesia, romance sobretudo, história às vezes, ciência e filosofia mais dificilmente. Debates e combates balizam estas travessias de uma fronteira que tende a se reconstituir, mudando de lugar.<sup>304</sup>

Portanto consideramos que a imprensa foi necessária para as mulheres e para as suas reivindicações, seus trabalhos e suas conquistas. Também, foi, em certa forma, prejudicial, ao determinar comportamentos pré-definidos e reverberá-los no maior meio de comunicação do período, tendo em vista que “através de um processo de identificação ficava arraigado na mente destas leitoras, o ideal de mulher cristã, inocente, pura, dificultando a aceitação das mudanças que se operavam no universo feminino.”<sup>305</sup>

Porém, diante da análise elaborada e das pesquisas realizadas, acreditamos que a cultura impressa agiu mais positivamente para a disseminação de ideais que legitimavam as mulheres nos jornais. O espaço ofertado pelo periódico analisado, ainda que não tenha sido a intenção, permitiu que mulheres como Estella, Alcipe, Algoz escrevessem a partir de suas convicções e

<sup>303</sup>Sobre a história do cotidiano e o movimento de mulheres, ver mais em: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>304</sup>PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: Edusc, 2005.

<sup>305</sup>OLIVEIRA, Karine da Rocha. *Josephina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2009.

proporcionou que o *bello sexo* letrado desenvolvesse considerações baseadas nessas publicações. Além do mais, as noções postas no jornal relacionas a civilidade do país também foram fundamentais para que as mulheres, através de estratégias e negociações, colocassem a necessidade do *bello sexo* possuir direitos, utilizando dessas concepções para atestarem garantias a educação, por exemplo.

No mais, buscamos recuperar essa série de escritos a fim de percebermos a multiplicidade das experiências postas no universo feminino. Nesse sentido, compactuando com o ponto estabelecido por Magali Engel, discordamos do conceito que confere a algumas mulheres como “à frente de seu tempo”, haja vista que tais figuras agiam em conformidade com o momento vivenciado<sup>306</sup>, assim como exposto por Tilly “as mulheres agem e atuam em seu próprio tempo”.<sup>307</sup> Engel ainda defende, a partir de uma interpretação que podemos incorporar aos escritos aqui apresentados, que esse momento final do século XIX – ao passo que para nossa análise recuamos um pouco para a metade do Oitocentos – defendiam-se noções de progresso e civilidade, portanto, as concepções postas pelas mulheres relacionadas ao direito à educação, a maternidade e ao matrimônio podem nos dizer a respeito de uma circunstância vivenciada no que tange questões referentes ao desenvolvimento da nação. Não figuramos, portanto, tais escritos e escritoras como fora de seu tempo, mas como produtos de experiências vivenciadas pelas mesmas.

No próximo capítulo abordaremos como ações pautadas em acontecimentos cotidianos foram fundamentais para mudanças estruturais no universo feminino. Ao percebermos as noções de progresso e civilidade postas na década de 1850, através do projeto de Lei proposto na Câmara dos Deputados sob o nome de *Não há de casar* e as condições questionadas na imprensa. Questões como educação, maternidade e matrimônio também podem ser encontradas no capítulo a seguir.

---

<sup>306</sup>ENGEL, Magali Gouveia. Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): uma mulher fora de seu tempo?. *La Manzana de la Discordia*, v. 4, p. 25-32, 2009.

<sup>307</sup>TILLY, Louise A. Gênero, história social e história das mulheres. Campinas: Cadernos Pagu, Campinas, v. 3, p. 29-62, 1994.



## CAPÍTULO 03

### **“A ESPOSA DO MILITAR É A FARDA”: LEI NÃO HÁ DE CASAR, CIVILIDADE E CONCEPÇÕES SOCIAIS ATRAVÉS DA *MARMOTA***

Este último capítulo busca resgatar as colocações da proposta da Lei *Não há de se casar* que foi estabelecida nas reuniões da Câmara dos Deputados de 1854 e suas objeções postas na imprensa. Apesar do projeto ter sido proposto em 54, no ano anterior as discussões a respeito das pensões disponibilizadas para as viúvas dos militares já apareciam de forma frequente nos debates da Câmara. O objetivo, portanto, é compreender como a imprensa feminina – mais especificamente a *Marmota* – e as mulheres contribuíram para que cessasse as proposições a respeito desse projeto de Lei. A finalidade do projeto em curso na Câmara se tratava da proibição do casamento de jovens militares com mulheres consideradas pobres; isso se dava pois o Estado, em uma tentativa de contenção de despesa, não concordava em pagar metade dos salários dos falecidos militares as suas respectivas viúvas; na perspectiva do governo as mulheres pobres necessitariam desse suporte financeiro, enquanto as oriundas de famílias abastadas – se acabassem por se enviuvar – não precisariam receber auxílio econômico do Estado brasileiro. Tal proposta incomodou os jovens militares e as mulheres que, através da imprensa, questionaram tal projeto de Lei. Essa indagação suscitou a investigação e análise das atas da Câmara dos Deputados em 1853 e 1854, tal como os artigos postos na *Marmota*, assim como em outros jornais do período, como o já citado nesse trabalho, *Periódico dos Pobres*. Em ações cotidianas as vozes femininas propunham objeções a condutas que prejudicassem as mulheres, assim como afetavam os militares que diante da noção de proteção ao Estado em desenvolvimento viam suas possibilidades pessoais serem ameaçadas.<sup>308</sup> Posto isso, optamos por trazer a análise de tais proposições e uma perspectiva reveladora no que tange as forças sociais do periódico estudado e como as mulheres, através dessa folha, foram conquistando, aos poucos, demandas referentes aos espaços públicos, nesse sentido problematizarmos a proposição frequentemente encontrada na imprensa da década de 1850 em que se maldizia a respeito das mulheres ditas *faladeiras*. Nessa parte da dissertação o recorte de classe se faz mais necessário, tendo em vista que o projeto, apesar de evidentemente prejudicar toda a *classe das mulheres*, era mais danoso as mulheres pobres.

---

<sup>308</sup>Noções oriundas das perspectivas propostas pela história social, através de autores como Sidney Chalhoub e Camillia Cowling.

### 3.1 “Que mal há em ser faladeira?”

De acordo com a *Marmota*, em meados de 1849, era difícil encontrar uma mulher que falasse pouco.<sup>309</sup> Ao longo das várias edições do periódico, essa proposição é frequentemente encontrada. Critica-se, no jornal, as mulheres faladeiras “mulher muito tagarela, não se de nada por ela”<sup>310</sup> e pressupunham que o falar demais prejudicava as jovens que almejavam o casamento. Assim como é caracterizado que os piores tipos de mulheres são aquelas faladeiras e as inconstantes,<sup>311</sup> haja vista proposição posta no periódico: “D. Tagarela, D. Bacharela<sup>312</sup>, deus me livre da língua dela.”<sup>313</sup> Na perspectiva de progresso, trazida ao longo desta análise, a característica de *faladeira* não era encarada a partir de uma boa interpretação. A título de exemplo, transcrevemos um mote e glosa publicada na *Marmota*,

Certa mulher faladeira  
Merece a língua cortada.

É jubilada em asneira,  
Nas intrigas muito versada,  
Na maldade examinada  
Certa mulher faladeira,  
Em soalhar é a primeira  
Dos seus a vida privada;  
A tal vício habituada  
Não se pode reprimir;  
Para aos mais não perseguir;  
Merece a língua cortada.<sup>314</sup>

No *Periódico dos Pobres*, jornal que em muitas condições se assemelhava a *Marmota*, a partir de traços que apontamos no primeiro capítulo, também encontramos críticas à suposta, tagarelice feminina. Na seção, constante no jornal, chamada *Conversa de Primiinhas*, a todo momento era posto “oh tagarela, você não se calará?”<sup>315</sup> No mais, tal característica era encarada

<sup>309</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed19, 09 de novembro de 1849.

<sup>310</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed21, 16 de novembro de 1849.

<sup>311</sup>O periódico coloca em vários momentos a discussão sobre a inconstância feminina e como essa característica poderia ser prejudicial em um relacionamento.

<sup>312</sup>Notemos que, a palavra bacharel – no masculino – possuía o mesmo significado do sentido contemporâneo do termo: “título que se dá aos que recebem o primeiro grau em qualquer faculdade de uma universidade.” Enquanto o termo bacharela – no feminino – significava “mulher que fala muito, inconsideravelmente e imperitamente.” SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 6ª edição, 1858. P. 292. Logo, tal pesquisa nos instigou procurar o sentido de tais palavras no dicionário atual, ao passo que encontramos no conceito feminino a relação com a formação com uma faculdade e a noção de mulher tagarela; e quanto a palavra bacharel nos remete apenas a formação universitária. Sentidos que se perpetuaram ao longo dos séculos.

<sup>313</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed472, 23 de maio de 1854.

<sup>314</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed177, 22 de julho de 1851.

<sup>315</sup>*Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed83, 05 de agosto de 1852.

como um defeito: “é quem a poema tagarela, apesar desse defeito, ainda assim morro por ela.”<sup>316</sup>

Tais aparições se deram na *Marmota* que, conforme apresentamos ao longo do primeiro capítulo, foi uma folha pertencente, redigida e editada por homens, frisamos novamente tais afirmações, haja vista que no *Jornal das Senhoras* não encontramos essa estigmatização para quanto as mulheres *faladeiras*. Conforme exposto por alguns estudiosos da imprensa, por vezes, é relevante que se construa comparações com outros periódicos da mesma época da folha pesquisada, a fim de notar como determinado episódio se apresentava em perspectivas diferentes.<sup>317</sup>

Nesse seguimento, uma mulher que falasse suas opiniões e verbalizasse seus sentimentos sobre determinados assuntos não poderia ser vista com bons olhos. O ato de falar e se mostrar insatisfeitas com certas concepções poderia levar as mulheres a questionarem as condições postas para a sociedade do século XIX. A imprensa que deu espaço a um público feminino surgiu como, concordante ao que vimos ao longo do capítulo 1 e 2, uma oportunidade para que as mulheres pudessem expor objeções a determinadas questões.

Por isso, esse capítulo busca resgatar, a partir dessa ideia das mulheres *faladeiras*, uma série de oposições elaboradoras por mulheres e colocadas na *Marmota*, a um projeto de Lei que viria a ser prejudicial para a chamada *classe feminina*. Logo após as publicações postas na imprensa, a Câmara dos Deputados suspendeu os debates referentes a essa questão, o que pode ser representativo no que tange as colocações realizadas e expostas nas folhas de então. Por isso, ser *faladeira* não deveria ser encarado sob um teor pejorativo para as senhoras oitocentistas, haja vista que foi dessa forma que elas conquistaram e abriram espaço para futuras realizações benéficas as mesmas.

Nessa mesma perspectiva, tomamos a ideia exposta por Hobsbwan quando o autor tratou das *pessoas comuns*. De acordo com o historiador, as pessoas ordinárias foram se tornando relevantes a partir do momento que passaram a ser um fator constante na concretização de decisões e acontecimentos; há vista disso colocamos a necessidade de encarar essas mulheres a partir dessa noção e como suas convicções foram fundamentais nas respostas e decisões referentes ao projeto de Lei *Não há de se casar*.<sup>318</sup> Nessa parte tratamos, portanto, do conceito de *pessoas comuns* utilizado pelo autor. Além do mais, ao trazermos o sentido desse projeto a

<sup>316</sup>*Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed21, 14 de abril de 1855.

<sup>317</sup>ZICMAN, René Barata. História a través da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP*. São Paulo: PUCSP, n. 4, 1985.

<sup>318</sup>HOBBSAWM, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

partir de perspectivas pessoais postas na fala dos deputados e na imprensa buscamos resgatar e contextualizar conflitos individuais que acabaram por auxiliar no coletivo.<sup>319</sup> Assim, frisamos que tais dinâmicas eram moldadas por um contexto compartilhado entre os sujeitos.

O projeto e toda sua repercussão na imprensa seria uma forma de controlar socialmente as mulheres e os militares. Ao momento que a possibilidade de um controle se fazia necessária significava que as mulheres estavam se movendo e que tais modificações não agradavam aos homens possuidores de certas condições favoráveis e de poderes postos socialmente e culturalmente; tal controle dimensionava direcionar essas *pessoas comuns* a um interesse do Estado partindo das noções já postas de desenvolvimento nacional.

A discussão posta a partir do projeto de Lei a ser analisada em seguida, nos traz questões que foram colocadas no segundo capítulo, como: matrimônio, educação, amor, progresso e civilização da nova nação. Sendo assim, percebemos que tais temáticas e questões eram postas socialmente no dia a dia dos sujeitos oitocentistas e debatidas na imprensa. *A Marmota* trouxe em suas páginas todas essas proposições.

### 3.2 Progresso e civilidade a partir do projeto *Não há de casar*

O Brigadeiro  
-Não há de casar! -

O tempo chegou  
De ressuscitar  
O bravo da Pátria!  
-Não há de casar! -  
Das moças foi sempre  
Fiel defensor,  
Mostrando por ellas  
Heroico valor.  
Ao ver à janela,  
Mocinha galante,  
Rendia-lhe logo  
Finezas de amante.  
Na classe que honrou,  
Em quanto viveu,  
Dar cheque em amor  
Ninguém se atreveu.  
Mas lei vexatória  
Quer-se hoje aprovar,  
Por ela o soldado  
-Não há de casar! -  
De lei não precisa  
Quem honra a patente,

---

<sup>319</sup>Perspectiva adotada por Sidney Chalhoub ao elaborar *Visões da Liberdade*. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

Se a Pátria quer vê-lo  
 Marchar de repente;  
 Casado, ou solteiro,  
 Lá vai de carreira,  
 Deixando a consorte,  
 Plantar a bandeira.  
 O bravo soldado,  
 Se torna mais nobre  
 Ao lado da esposa  
 Fiel, bem que pobre;  
 Que o pobre casado  
 Não vive feliz,  
 A lei em projeto  
 Somente é o que diz.  
 Só ela... Lei digna  
 Da ponta de um dardo,  
 Nos diz que a mulher  
 Que é pobre é um fardo!...  
 Só ela quer ver,  
 Mil bravos honrados,  
 Com filhos... Embora  
 Não sejam casados!...  
 Só ela uma parte  
 Quer ver da nação  
 Ir contra os preceitos  
 Da Religião!  
 Mas, passe ou não passe  
 A lei militar:  
 Viva o Brigadeiro!  
 - Não há de casar! -<sup>320</sup>

Para compreendermos o projeto de Lei *Não há de se casar* proposto na Câmara dos Deputados, recuperamos algumas proposições através das atas disponibilizadas para pesquisa. Em maio de 1853 a Câmara dos Deputados discutiu as pensões dadas a viúva D. Maria Elisa da Silva Tourinho, que havia sido casada com capitão Domingos Rodrigues Tourinho, morto em batalha. Haja vista que a morte do capitão ocorreu em serviço, o Estado deveria lhe pagar “metade do soldo que recebia o falecido oficial”.<sup>321</sup> Também estava em pauta o pagamento da viúva D. Theodora Vaz Souza, esposa do falecido tenente-coronel João José Alves e Souza, que havia sido morto defendendo a legalidade no Maranhão. Colocado em votação, a pensão concedida a D. Theodora Souza foi aprovada por 96 votos a favor e 4 contra.<sup>322</sup> Esses quatro votos colocados contra a viúva, se mostram significativos, tendo em vista que ocorreram cerca de um ano antes da discussão do projeto de *Lei Não há de casar* e já poderia representar uma certa insatisfação em manter financeiramente a viúva dos soldados.

<sup>320</sup> Poema publicado na *Marmota Fluminense*, em 05 de setembro de 1854, na edição 502, pág. 01.

<sup>321</sup> BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 23/05/1853.

<sup>322</sup> BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 24/05/1853.

Ainda em 1853 discutiu-se na Câmara a questão do meio soldo dado as viúvas dos militares. Apesar de não falarem ainda em *Lei Não há de casar*, um debate a esse respeito já estava posto. O então ministro da Marinha, o deputado Zacarias, afirmou-se contra as propostas que manteriam metade do soldo do falecido marido para as viúvas, ainda mais se um novo matrimônio fosse efetuado com um sujeito que não fosse da *classe dos militares*.<sup>323</sup> A Lei antiga determinava que, caso a viúva almejasse casar-se novamente e manter sua pensão, seu segundo marido deveria ser militar. Posto isso, algumas colocações que viriam a tornar-se parte do projeto de Lei estavam se formando.

As viúvas dos militares tinham direito a receberem pensão a julgar as funções exercidas pelo marido que, em um período onde o progresso da nação era almejado, entendia-se os afazeres militares – cujo objetivo era proteger o país- como fundamentais para a prosperidade brasileira. Por isso, ainda em meados de 1853, quando a viúva D. Maria Generosa Loureira, esposa do falecido desembargador Augustinho de Souza Loureiro, solicitou uma pensão do Estado, teve o parecer negado pelos deputados. A justificativa recaiu sobre a questão que “seus serviços não são tão relevantes” e os deputados afirmaram que “o estado financeiro do país exige a mais severa economia na aplicação da renda pública.”<sup>324</sup> Dessa forma, torna-se entendível a proposição do projeto de *Lei Não há de se casar*, o Estado, nesse momento, buscava poupar suas finanças negando solicitações de pensão, no entanto, quando o projeto voltou para a Câmara, em segunda instância, acabou por ser aprovado. Entretanto, apesar de D. Maria Loureira não receber pensão logo após o falecimento de seu marido, D. Tereza de Frias Pereira da Cunha teve sua pensão concedida, assim que se deu seu estado de viuvez, em razão da morte de seu marido, o conselheiro Antônio Luiz Figueira Pereira da Cunha.<sup>325</sup>

A partir da leitura dos anais da Câmara dos Deputados em 1853 percebemos que estavam se formando posições contrárias as pensões entregues as viúvas. A título de exemplo, utilizamos o questionamos elaborado pelo deputado Sr. Ferraz a respeito da pensão concedida a Marianna de Souza Barreto, “o Sr. Ferraz deseja ser informado acerca dos motivos que autorizam a concessão da pensão de que trata o projeto.”<sup>326</sup>

Em junho de 1854, alguns meses antes da discussão a respeito do projeto, foi recuperado em uma das atas da Câmara a pensão de 800 réis negada a D. Rita Bernardina de Almeida, viúva do almirante José Maria de Almeida, que havia sido indeferido em 1848. O retorno de tal

---

<sup>323</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 30/05/1853.

<sup>324</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 20/06/1853.

<sup>325</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 14/09/1853.

<sup>326</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 13/08/1853.

debate se deu pois o deputado Siqueira Queiroz afirmou ter mudado de opinião sobre essa proposição. De acordo com ele, o almirante havia prestado um bom serviço a nação e por isso sua viúva merecia ganhar seu salário, além do mais, segundo Queiroz “a viúva de um almirante não está nas circunstâncias da de um outro particular; a viúva de um homem que foi condecorado não está nas circunstâncias de se entregar a serviços que se pode entregar as de outros; as honras de seu marido são um título mais para se obter uma pensão.” A proposta apresentada pelo deputado Queiroz a princípio perdeu, entretanto ele solicitou uma nova votação, onde a propositura acabou por ser aprovada.<sup>327</sup>

Com base nesse trecho analisado é possível constatar certos pontos. Primeiramente, na década de 40 as pensões já se mostravam um problema e, a respeito da condição de Rita de Almeida. De acordo com Queiroz, a viúva não era e não deveria ser encarada como qualquer *sujeita*, haja vista a condição de seu falecido marido. Além disso, é perceptível que a senhora estava passando por problemas financeiros e que não era um reles trabalho que poderia se submeter. Tendo em vista os problemas com as finanças, é possível supormos que D. Rita de Almeida não se tratava de uma senhora de elite, entretanto também não gostaria de ser vista exercendo um ofício qualquer e por isso solicitava que o Estado lhe pagasse uma pensão.

Em agosto de 1854, o projeto de Lei *Não há de se casar* foi posto nos debates presentes na Câmara, em sessão presidida por Visconde de Baependi, conforme assinalado por Claudia Alves a década de 50 “representou um momento de inflexão importante na carreira militar”, nesse sentido não é de espantar que tais proposições tenham sido postas nesse período.<sup>328</sup> Proposto pelo deputado Pereira da Silva, o mesmo afirmou que este não era um assunto novo e já havia encontrado discussão na Câmara, ainda declarou que não era uma novidade brasileira, considerando que “todas as legislações das nações cultas da Europa, seja França, Prússia, Sardenha e Bélgica”, no entanto Pereira da Silva frisou que trazia algumas modificações a respeito do projeto que deveriam ser ponderadas entre os membros presentes na Câmara. De acordo com José Murilo de Carvalho, ao estudar as atas do Conselho de Estado, constatou que a elite política possuía uma perspectiva eurocêntrica e que os países europeus apareciam como sinônimo de civilização<sup>329</sup>; possivelmente, por isso, para defender seu projeto, Pereira da Silva afirmou que tais ideias estavam sendo seguidas na Europa.

<sup>327</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 09/06/1954.

<sup>328</sup>ALVES, Cláudia. *Militares e ensino secundário no século XIX*. <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/122.pdf> P. 5.

<sup>329</sup>CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das Sombras: A política imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume Dumará, 1996.

A civilidade e o progresso estavam intimamente ligados a esse projeto de Lei. Considerando que, de acordo com exposto por André de Azevedo, “o desenvolvimento da civilização em âmbito político deveria ser traduzido em leis que, por sua vez, seriam facilitadoras do aperfeiçoamento da civilização.”<sup>330</sup> Logo, o projeto buscava aperfeiçoar a civilização social e política do Brasil, em meados da década de 50. Ademais, o poder do Estado também se configurava através da imposição de leis, nesse sentido, o governo se fortificava com a implementação de tal projeto; posto isso, a justiça possuiria um teor civilizatório.

Nessa sessão foram tratados diversos assuntos para além do tema dos militares. Composta por diversos deputados, Correa das Neves foi o primeiro a se colocar contra o projeto, segundo ele esse projeto era inútil e prejudicial, pois tendia a diminuir a população. Em suas palavras,

Senhores, qual será a vida de um pobre soldado, depois das fadigas de um dia de luta, depois do afanoso lidar no campo de batalha, depois de haver ali afrontado mais de mil perigos, que voltando às tristes barracas, não encontrar uns lábios que lhe sorrissem festejando-o pela dita de o ver escapo ao ferro inimigo.<sup>331</sup>

Ele continuou sua fala recebendo muitas *aprovações* dos deputados participantes:

Se isto, pois é tão natural ao coração de quase todos os homens, como queremos cortar em flor esses estímulos, tão nobres do coração de uma importante e numerosa classe? Como querer-se privar aos nossos bravos dos laços matrimoniais, que os homens chamam doces, e que todos têm como a maior felicidade do mundo?<sup>332</sup>

Assim posto, o deputado Miranda também se mostrou contra as propostas. Em sua perspectiva o projeto deveria ser analisado pela *classe dos militares*. No mais, afirmou que as punições para aquele jovem militar que haveria se casado sem a concessão da licença proposta, ainda não estavam certas, afinal, eles seriam reformados ou perderiam sua patente? Nesse sentido, Miranda propôs que a discussão fosse adiada para outro momento mais conveniente. Os debates recaíam em vários sentidos, no momento que o deputado Seara afirmou que o deputado pela Paraíba havia defendido o projeto pela perspectiva do *bello sexo*, o que foi levado de forma irônica pelo restante dos homens que participavam na discussão e colocado “só se o

---

<sup>330</sup>AZEVEDO, A. N. As noções de progresso do Império à República: transformações recônditas em uma mesma terminologia. *Outros Tempos*, v. 13, p. 69-88-88, 2016. P. 73.

<sup>331</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 14/08/1854.

<sup>332</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 14/08/1854.

nobre general julga que pertence a essa classe.[no caso, a *classe das mulheres*, em outras palavras, o *bello sexo*].”<sup>333</sup>

Havia também deputados que afirmavam que os melhores militares eram aqueles que tinham construído uma família, como no caso do deputado Junqueira. Em suas palavras,

Desejo que os nossos militares tenham pátria, e o que constitui a pátria são além do solo, a mulher e os filhos, o homem que não tem família não tem pátria, não exporá sua vida pela pátria sempre, e quando a expuser não a defenderá com tanto afinco contra o estrangeiro como aquele militar que tiver família.<sup>334</sup>

De acordo com o deputado caso o militar tivesse esposa poderia contar os feitos da guerra e caso tivesse filhos deixaria como herança a glória de ter participado de uma batalha, “o homem que não tem filhos não vive” ... “vegeta” completou o deputado Siqueira Queiroz.<sup>335</sup>

Pereira da Silva, em defesa ao seu projeto, declarava que o controle tangente ao casamento dos militares era mais sobre disciplina do que proibições. Sua proposição almejava instruir os soldados, de acordo com sua concepção,

O Estado senhores, é o tutor nato dos militares, fixa-lhe pensões de reforma, cuida de sua família depois de sua morte, da privilégios aos seus filhos, parece pois que o Estado tem e deve ter direito de vigiar sobre ele, de regularizá-lo o casamento, de fixar as condições dele, porque a família do militar é a família do Estado. Não se proíbe, portanto, o casamento; exige-lhe que eles peçam licença ao governo para o fazer. Não se proíbe o casamento dos oficiais militares; não, senhores. Essa ideia seria imoral, de certo, e, portanto, inaceitável em uma lei. O que se exige é que eles peçam e obtenham licença do governo para o fazerem. É uma ideia de disciplina militar regularizar os casamentos oficiais. Assim como ninguém se pode casar sem licença das autoridades eclesiásticas que exigem o comprimento de certas condições, o militar deve requerer e obter licença do governo, que em regulamente fixará o meio e as condições.<sup>336</sup>

No entanto, alguns deputados e a imprensa não encararam o projeto nesse sentido.<sup>337</sup> No mais, o deputado que propôs o projeto, Pereira da Silva, afirmou que estava preparado para o julgamento da opinião pública, conforme afirmamos anteriormente, a opinião pública no século XIX estava intimamente ligada as proposições colocadas na imprensa<sup>338</sup> e, em concordância

<sup>333</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 14/08/1854.

<sup>334</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 14/08/1854.

<sup>335</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 14/08/1854.

<sup>336</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 14/08/1854.

<sup>337</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 14/08/1854.

<sup>338</sup>Sobre o conceito de opinião pública, ver mais em: MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

com o que veremos mais adiante, de fato, a imprensa não estava aprovando o projeto apresentado.

O deputado Ferraz compartilhou dessa noção e também propôs que a ordem e disciplina dos militares estava muito mais em questão do que o relacionamento conjugal. De acordo com o deputado ninguém deveria discutir a base que as relações familiares proporcionavam e por isso o projeto deveria ser encarado a partir do viés disciplinar. No mais, os militares eram funcionários do Estado e por isso deveriam prestar contas ao governo, em suas palavras,

Entendo, senhores, que o poder social pode estabelecer regras a todas as classes dos servidores do Estado debaixo desta ou daquela ordem, deste ou daquele interesse, em relação ao serviço público; que todos nós, qualquer que seja a classe que pertencamos, devemos sujeitar-nos a essas condições de seu exercício.<sup>339</sup>

A proposta desse projeto também estava relacionada ao projeto de nação, em curso na década de 50. O receio dos deputados em relação ao casamento dos militares, além de ser referente a condições econômicas do Estado, estava associado ao desenvolvimento do país. Certas falas, expostas na Câmara, mostravam que esses homens se preocupavam com o casamento, posto que o matrimônio consumado poderia fazer o militar lutar de forma diferente e com maior medo da morte, a constituição de uma família poderia condicionar esse receio. No mais, há também que se entender que o serviço militar era um dos principais pontos de contato entre o cidadão e o Estado.<sup>340</sup>

A *nova* nação necessitava de homens que oferecessem proteção e mais que isso, apresentassem a perspectiva de civilidade e progresso. Conforme destacado por Claudia Alves:

Ser militar do Império era, também, ser professor, ser engenheiro, geólogo e cartógrafo, ser administrador, ser desbravador de regiões inóspitas, ser chefe de quartéis e ser instrumento de civilização e nacionalidade em regiões sem qualquer identidade com a Nação e em que, muitas vezes, o exército constituía-se na única, ou principal fonte de criação de infraestrutura.<sup>341</sup>

Nesse sentido, o Estado preocupava-se que o casamento pudesse interferir nessas noções. Ao passo que as mulheres, através da imprensa, buscavam demonstrar o oposto e se percebiam como fundamentais no processo de construção da nação, através da noção da maternidade e conceitos relacionados à educação.

---

<sup>339</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 26/08/1854.

<sup>340</sup>CARVALHO, José Murilo de. “Cidadania: tipos e percursos”. In: *Revista Brasileira de História*. Vol.9 n. 18, 1996. p. 337 – 359.

<sup>341</sup>ALVES, Cláudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. P. 29.

Seguindo o viés da proteção, as discussões dos deputados também se voltaram para as medidas punitivas. De acordo com o deputado Ferraz o Estado não deveria castigar os soldados com a sua retirada do corpo militar, considerando que, dessa forma, o governo sofreria uma punição indiretamente, pois acabaria por perder um soldado. Então foi proposta uma mudança na pena e sugerida que passasse a ser a proibição da promoção de cargo aos militares.<sup>342</sup> Para Ferraz as penas deveriam ser mais rigorosas caso o erro fosse sido cometido em tempos de guerra, a título de exemplo Ferraz destacou os casamentos ocorridos no estrangeiro no momento em que o soldado estivesse guerreando; ainda foi assim proposto tendo em vista que as leis só recaiam para os militares que fossem de baixo calão e aqueles que não possuíam ninguém para protegê-los. O deputado Miranda propôs um complemento sobre a correção, de acordo com ele, o militar que casasse nas condições indevidas deveria ser punido com a desonra, que “seria por si só suficiente para justificar a perda da patente.”<sup>343</sup> Afirmou ainda que “a ideia da comissão de marinha e guerra é incompleta, injurídica e injusta, é mesmo anticonstitucional e odiosa.”<sup>344</sup>

Na ampla e aberta defesa feita em prol da disciplina, realizada principalmente pelo deputado Miranda, foi argumentado as reformas dispostas em outros países ditos mais desenvolvidos – como Inglaterra e França – na tentativa de estabelecer um progresso para a nação brasileira. No entanto, certos deputados discordaram da defesa de Miranda, que afirmava sobre a necessidade do controle do Estado pelos militares; o deputado Correia das Neves, por exemplo, se opunha a ideia de que os soldados deveriam avisar sobre suas mudanças para o governo, haja vista que apenas os escravos não tinha licença para mudar de província, comparando, dessa forma, a condição dos militares a condição enfrentada pelos escravos. A noção de civilidade argumentada pelos deputados não era completamente desassociada da escravidão, apesar de manterem relações conturbadas.<sup>345</sup> Por fim Miranda se afirmava a favor dos casamentos. Entretanto, reforçava que não deveria ser feito em condições desfavoráveis, “aos quais podem vir a ser prejudiciais a disciplina do exército, aos interesses do Estado e aos próprios interesses.”<sup>346</sup>

Em uma fala posterior ao do deputado Miranda, o deputado Sr. Bellergerde mostrou ser a favor do projeto, já que tal proposta não tinha como objetivo evitar o casamento entre os militares e sim garantir que eles tivessem meios suficientes para sustentarem suas famílias, a

---

<sup>342</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 26/08/1854.

<sup>343</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 26/08/1854.

<sup>344</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 26/08/1854.

<sup>345</sup>RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. P. XXXIII.

<sup>346</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 26/08/1854.

sustentação recai, indiretamente, sobre a questão da educação, tendo em vista a disseminação de colégios particulares; haja vista que a educação também era fundamental na compreensão do progresso da nação, considerando que a partir do momento que possuíam a habilidade da leitura, poderiam compreender e seguir concepções referentes ao progresso nacional.<sup>347</sup> Em seu favor, lembrou uma outra *classe* na sociedade que não casava e ainda assim possuía admiração e respeito, quando questionado que os homens de tal classe iriam para o céu, Bellergarde declarou: “também vai para o céu o militar que morre pela pátria, pela sua bandeira”, fala que reforça a necessidade que o país tinha de se construir enquanto novo e manter homens aptos para proteção, em um momento em que se definia um processo político e social de construção nacional.

O deputado Sr. Brusque, em sua fala na Câmara dos Deputados, se mostrou contra o projeto, argumentou que este transformaria o militar em *menos* cidadão que os outros homens, pois, eles não teriam os mesmos direitos que os demais, o que considerava incorreto. O deputado também utilizou argumentos religiosos, ao afirmar que a mulher nasceu do homem e o homem da mulher e, portanto, o amor entre ambos seria sempre certo. Por fim, questionou: “se é um mal, meus senhores, acaso tem ele ocorrido apenas na casa dos oficiais subalternos? Se é um bem, porque não se estende este bem à classe dos oficiais superiores?”<sup>348</sup>

Este mesmo deputado ainda declarou a respeito das condições financeiras das mulheres que os militares poderiam se casar: “desigualdade na condição dos casamentos. Essa desigualdade ou é relativa à fortuna ou a pessoa.”<sup>349</sup> Entretanto, o deputado não acreditava que poderia, de fato, haver tal desigualdade, haja que vista que, em sua opinião, a pobreza também era nobre, principalmente aos olhos de Deus.

O deputado Oliveira Bello, se dizia o representante da província que mais sofreria as consequências da Lei, pois utilizava muito dos militares. Logo, o projeto deveria ser aprovado, pois:

A medida, senhores, favorece os interesses do estado, dá força a disciplina do exercício, e assegura o bem-estar dos oficiais a quem ela se houver de aplicar. Favorece os interesses do estado, porque, diminuindo o número de oficiais casados, o estado terá um exército menos pesado, mais móvel e disponível, e ficará menos sobrecarregado dos ônus de conferir pensões às viúvas pobres e aos órfãos dos oficiais, e de fazer as avultadas despesas que ora faz com o transporte das famílias quando estes têm de marchar de uns para outros lugares. Ora, o estado, a quem os oficiais, casando impõe, todas estas

<sup>347</sup>RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. P. XXXVII.

<sup>348</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 26/08/1854.

<sup>349</sup>Anais da Câmara dos Deputados 26/08/1854.

obrigações, não pode deixar de ter interesse o direito de regular o princípio d'onde essas obrigações emanam.<sup>350</sup>

Ainda sobre a fala do mesmo deputado, Oliveira Bello afirmou que os casamentos descentes deveriam ser mantidos. Em sua concepção, tais casamentos eram efetuados quando a mulher tinha condições financeiras de sustentar os filhos, caso o marido viesse a falecer, “aos que quiserem contrair casamentos descentes, os que tiverem os indispensáveis meios de sustentar a mulher e os filhos.”<sup>351</sup> Que não se casassem os militares que viviam apenas de seus soldos (salários) com mulheres que eram tão pobres quanto eles. A partir da argumentação dada por esse deputado, a questão referente a condição financeira das mulheres em questão se tornou mais evidente.

Em seu argumento também apareceu a menção as leis das nações europeias, que segundo ele, seguiam tais normas, confirmando a necessidade da mesma para o Brasil, caso o país almejasse alcançar o progresso europeu. Diante dessa noção, Oliveira Bello citou uma série de países que seguiam essas regras, tais como França, Prússia e Espanha; algumas dessas nações permitiam o casamento caso um dos dois conjugues tivesse condições financeiras suficientes para se manter além do Estado. As falas dos deputados, em diversos momentos, citavam os países europeus civilizados que estavam seguindo normas sociais próximas as condições postas no projeto brasileiro, esses argumentos eram utilizados porque “civilização e progresso, termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais”<sup>352</sup>, que deveriam, portanto, serem seguidos pelo Brasil.

Na opinião do deputado Brandão – que colocou seus argumentos contra o projeto de Lei logo após a fala de Oliveira Bello – o Brasil não deveria ser comparado aos Estados europeus, considerando que a dimensão territorial de tais nações colocavam questões que não seriam pertinentes nessa parte da América; os países europeus justificavam a Lei a partir da noção de controle populacional, tendo em vista que o território não sustentaria uma grande população, diferentemente das condições brasileiras. Seguindo essa perspectiva, para Brandão, o Brasil deveria se inspirar na Rússia, que também possuía grandes proporções geográficas.

No mais, Oliveira Belo reiterou que havia condições em que o casamento se realizava apenas para as mulheres conseguissem obter pensões. De acordo com sua percepção, alguns matrimônios se efetuavam sem o desejo dos noivos, para que as mulheres – quando o soldado

---

<sup>350</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 28/08/1854.

<sup>351</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 28/08/1854.

<sup>352</sup>SCHWARCZ, L. M. *O Espetáculo das Raças* – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 57.

falecesse – viessem a receber uma parte de seus soldos. Noção que consideramos dubitável, tendo em conta que não era possível conhecer as condições e o tempo de morte dos militares com que as mulheres se casavam.

Nesse mesmo dia, em 28 de agosto, o deputado Brandão, que se mostrou contra o projeto, argumentou a respeito do valor das mulheres e afirmou o quanto os princípios femininos iam para além das condições sentimentalistas que lhes eram impostas. Para o deputado, tais senhoras possuíam um companheirismo enquanto eram casadas com os militares: “Lívia foi companheira de Cesar nas vitórias, e se não fora Josephina, quem sabe se Napoleão, seria um herói!”<sup>353</sup> Ainda afirmava: “não é ela quem tanto nos ajuda com os seus conselhos? Não é a companheira fiel do homem? Não é a bela parte destinada para suavizar os males da vida?”<sup>354</sup>

No mais, Brandão declarou que as mulheres não eram, no entanto, próprias para os campos de batalha e que suas participações se restringiam ao companheirismo para com o soldado. O argumento do deputado se encaminhou para o ponto referente a natureza, partindo da noção natural, Brandão alegou que o casamento era um desejo natural e que a lei dos homens não deveria interferir, “é um projeto antinatural, pois contraria as leis do coração humano.”<sup>355</sup> Outrossim, o deputado declarou que mesmo não sendo militar não poderia ser a favor de tal projeto, haja vista que era contra a liberdade dos homens.

Posto isso, Brandão ainda reiterou com as condições propostas para a possível realização do casamento, “a principal dessas condições é que o mesmo militar ou a sua noiva possua certa fortuna, donde concluo que, a não possuir, ou a ser tão infeliz que não ache uma noiva com dote, não se poderá casar, sendo por conseguinte, a proibição absoluta dele.”<sup>356</sup> Recuperando a afirmativa de Vinicius Gagliardo, o casamento no século XIX, apesar de não se constituir apenas por interesse financeiro, só era permitido pelo patriarca “desde que não existam abismos econômicos e sociais entre os pretendentes”.<sup>357</sup> Dessa forma, muito dificilmente uma moça advinda de uma família abastada se casaria com um militar, já que eram, em grande maioria, homens pobres recrutados sem opção de escolha.<sup>358</sup>

<sup>353</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 28/08/1854.

<sup>354</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 28/08/1854.

<sup>355</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 28/08/1854.

<sup>356</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 28/08/1854.

<sup>357</sup>GAGLIARDO, Vinicius Cranek. *Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista*. Franca, 2016. P. 115.

<sup>358</sup>Informações postas ao longo dos debates na Câmara dos Deputados, assim como em estudos voltados para oitocentos, mesmo José Murilo de Carvalho comentou sobre o recrutamento forçado em *A construção da ordem*. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume Dumará, 1996.

No mais, o deputado declarou que o projeto, se passasse, acabaria por ser imoral, considerando que os militares formariam famílias bastadas, ao momento que seus casamentos não fossem aprovados pelo Estado, “se é dever do legislador manter a moralidade pública, seria um erro fatal condenar a classe dos militares a um celibato forçado.”<sup>359</sup> Por fim, Brandão alegou que, em sua perspectiva, tal Lei – caso aprovada – deveria ser aplicada apenas para os novos oficiais, considerando que os antigos não haviam jurado diante dessas ideias.

Em seguida, foi a fala do deputado Seara. De acordo com suas concepções, o projeto de Lei deveria ser aprovado pois “é de mister – que o exército – se componha de homens que se distraiam o menos que for possível seus cuidados e suas atividades com objetos estranho a sua profissão, e por isso entendo que os indivíduos casados não são aptos para soldados.”<sup>360</sup> Reiterou sua fala afirmando que, de qualquer maneira, nenhum homem era tão livre para casar, tendo em vista que era preciso a autorização da Igreja.

No seguimento da discussão, o deputado Correia das Neves colocou suas proposições. Em sua fala, afirmou que seguia o celibatário – era sacerdote - e explicou as condições postas pelos motivos de que os padres não poderiam casar-se; nesse sentido, declarou que a pureza necessária aos padres não era a mesma exigida pela classe dos militares, seguindo esse pensamento, não havia sentido em proibir os militares de casarem. Considerando ainda que os militares eram, em sua maioria, recrutados e não seguiam a carreira militar pois assim desejavam, portanto, seria ainda mais difícil que os mesmos aceitassem viver em condições de celibatário.

No mais, em sua concepção, caso o militar tivesse condições financeiras para sustentar sua viúva ele não seguiria a carreira militar, mas sim um ofício que lhe oferecesse estabilidades. No mais, como a maioria dos militares eram pobres, ao instituir poderes econômicos como possibilidades ao casamento, estavam, na verdade, proibindo o casamento dos militares: “observemos que todos os nossos militares são pobres com muito poucas exceções: se pois é assim, é claro que nunca eles poderão instituir patrimônio para suas viúvas, e conseqüentemente também é claro que jamais se poderão casar: eis aí a medida proibindo o casamento dos militares.”<sup>361</sup>

Para Correia das Neves era preciso atentar-se as mulheres pobres que estavam casando com os militares, tendo em vista que, possivelmente, não conseguiam obter matrimônio com outros homens. No mais, afirmou:

---

<sup>359</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 28/08/1854.

<sup>360</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 28/08/1854.

<sup>361</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 30/08/1854.

Entendo senhores que é muito digna de nossa atenção a classe média da sociedade, porque é certamente a que constitui a maior parte da população, e se nós lhe dificultarmos os casamentos, não consentindo que os militares nela procurem suas esposas, se as outras classes da sociedade não o quiserem fazer também, a que ficaram reduzidas essas infelizes?<sup>362</sup>

Na visão de Correia das Neves esta era uma discussão, em suas palavras, “importante” e por isso deveria ter muita atenção dos deputados presentes na Câmara, “questão que merece toda sua atenção, toda sua reflexão, questão que joga com o interesse de diferentes cidadãos, tanto os que seguem a classe militar tanto os mesmos que não seguem”.<sup>363</sup> Ao passo que o deputado Jacintho Mendonça afirmava que entendia a impopularidade do projeto mas que ainda assim iria defendê-lo e acreditava que seria o melhor para o país, na medida em que poderia educar os filhos a partir dos ensinamentos tangentes ao progresso da nação.

Em discordância aos que eram contra o projeto, ao momento que afirmavam que as mulheres eram responsáveis pelos sorrisos dos homens, o deputado Jacintho de Mendonça declarou que elas também poderiam motivadoras de choros, “assim como os sorrisos das mulheres são o prêmio a que se aspira, não serão também as suas lágrimas e seus sofrimentos bastantes para quebrarem alguma coisa o ânimo do esposo que se lembrar que a pode deixar na miséria?”<sup>364</sup>. Novamente a partir da fala do deputado Jacintho de Mendonça foram definidas as punições: “as penas serão, em tempos de paz, perda do direito, primeira promoção e em tempos de guerra, além desta pena a prisão em até um ano, imposta pelo conselho de guerra.”<sup>365</sup>

Somente em uma das últimas sessões, em que era discutido sobre o casamento dos militares, a temática do amor entrou em debate e foi manifestado na fala do deputado Ascenço:

Ora, Sr. Presidente, se o amor é tão poderoso, a ponto de resistir obstáculos... por isso foi que eu disse que a disposição do projeto era inútil, quer para os mimosos do amor, quer para os dominados da razão. Vou encarar por todos os lados a questão, e digo: se amor tem tanto poder, poderá o governo resistir ao deferimento de uma petição para o casamento de uma vítima que deixou-se levar pelo sentimento do seu coração, sacrificando sua posição? O que fará o governo? Conceder mais um triunfo do amor, ou marchar pelo caminho da imoralidade? Há de infalivelmente acender que vença mais um obstáculo, porque longe de mim o pensar que o governo concorra para a imoralidade, para um elemento tão poderoso de desorganização social, portanto o projeto há de ser letra morta.<sup>366</sup>

<sup>362</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 30/08/1854.

<sup>363</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 30/08/1854.

<sup>364</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 30/08/1854.

<sup>365</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 30/08/1854.

<sup>366</sup>BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 30/08/1854.

Este deputado ainda afirmou que a justificativa recaída sobre a disciplina dos militares era inválida, haja vista que os soldados possuíam comportamento exemplar e não era necessário o controle pelo matrimônio para atingi-lo.

No dia 31 de agosto de 1854 encontramos, pela última vez, a discussão a respeito do projeto de Lei *Não há de se casar*. No entanto o debate não era para ter sido finalizado, considerando que nas atas pertencentes a Câmara dos Deputados se esperava uma nova discussão. Desse modo, entendemos que as colocações postas na imprensa carioca, a partir de setembro, foram fundamentais para que as questões não fossem mais discutidas. Nesse sentido, esse capítulo toma agora uma posição de compreender as publicações editadas na *Marmota* a fim de analisarmos as circunstâncias; outros periódicos também foram usados nessa investigação de modo a entender a situação, entretanto a *Marmota* foi marcada como a principal folha em que se construiu um debate sobre essa temática.

### **3.3 Súbito deste torpor despertou a tristonha Guanabara ao estampido do - Não há de casar! -.”**

Em 01 de setembro de 1854, logo na primeira página do jornal, foi publicado um poema que satirizava o projeto:

A moça e o tenente

Ela  
Sr. Tenente, vai-se embora,  
Deixe-se de namorar:  
Quem é pobre não tem vícios...  
Não há de casar!

Ele  
A lei ainda não passou,  
Menina, não seja assim;  
Veja que – Eu hei de casar –  
Por Deus lhe juro e por mim.

Ela  
Casar? Não vê que sou pobre?  
Que, se cumprir ao seu gosto,  
Sofre sentença e lhe dão  
Baixa redonda de posto?

Ele  
Eu sou braço da Pátria,  
Repare que eu sou tenente...

Ela  
Mas sendo pobre, ioiô,

De que vale a sua patente?

Ele  
Basta, menina, sossegue...  
Não me faça exasperar!...

Ela  
Sô Tenente, vá-se embora:  
U! U! – Não há de casar! –

Ele  
Eu ardo em fúrias, menina;  
Estou de raiva estalando:  
Vou matar-me... vou...

Ela  
Sossegue,  
Ioiô, que eu estava brincando.  
Para lhe amar não me importa  
Saber da sua patente  
Seja bravo...

Ele  
Hei de mostrar-lhe,  
Menina, que eu sou Tenente!

Ambos  
Havemos de nos queimar  
De amor na sagrada chama:  
Não há lei que tenha império  
No coração de quem ama.

A partir de alguns escritos compartilhados na *Marmota*, percebemos que eram utilizadas as mesmas estratégias de deputados que se colaram contra o projeto de Lei. A título de exemplo, foram empregadas colocações que posicionavam a Lei como antissocial, antirreligiosa, antipolítica, entre outros pontos que veremos a seguir, ao longo da análise proposta para esse trecho. Os artigos que comentaram a respeito do projeto ocuparam as primeiras páginas do periódico, demonstrando que era um assunto que estava vigente nas discussões postas para além da imprensa e que era considerado fundamental a ponto de ocupar a primeira página da folha. No mais, a própria publicação afirmou que estava organizando argumentos a fim de combater o projeto em discussão e “minar a coluna pela sua base”, considerando que nem as mulheres nem os militares estavam satisfeitos com as colocações postas nos debates fomentados pelo projeto. As oposições a este projeto lidos na imprensa são representativos da forma que os jornais agiam como um canal de comunicação entre o governo e a imprensa; nessa noção também se compreende as perspectivas relacionadas ao conceito de periódicos como formadores de uma opinião pública.

A *Marmota Fluminense* elencou uma série de razões para que esse projeto de Lei não entrasse em vigor, desde motivos políticos até motivos religiosos, de acordo com essa publicação a população repelia esse projeto haja vista que ele era “intempestivo, desnecessário e imoral.”<sup>367</sup> Segundo o jornal, essa Lei seria inconvincente, pois a sociedade brasileira precisava aumentar sua população e, dessa maneira, haveria de ter menos filhos; intempestiva, pois proibia de alguma forma criação de famílias brasileiras; desnecessária, pois até então nenhum militar teria deixado de cumprir suas regras porque era casado; imoral, pois os militares só não poderiam casar com mulheres pobres; seria irreligiosa, pois no sétimo mandamento o matrimônio estava presente. Além de que se afirmou na publicação que a Lei não impediria os casais de se relacionarem; também reiterou que a felicidade não estava ligada a condição financeira do casal.

Tal projeto foi encarado como prejudicial as mulheres pobres e, de fato, o era proporcionalmente pior para as jovens que não possuíam condições financeiras, considerando que aquelas mulheres que comprovassem sustento – para além do soldo do marido – poderiam ter o casamento consumado. Logo, reafirmamos a condição posta nesse projeto que diferenciava as mulheres a partir das classes e ainda relacionava-se a questão posta no capítulo 02 tangente ao progresso da nação, na visão dos deputados, como as mulheres pobres poderiam sustentar seus filhos e educá-los para a civilização brasileira se precisassem do sustento do Estado a partir do momento em que se viam na condição de viúvas?

Em posterior artigo, ainda na mesma edição, tal projeto foi ironizado e afirmou-se que, ao contrário de ser um encargo na vida do militar, a mulher era um incentivo: “A mulher foi sempre para o lutador um incentivo de glória. Nenhum cavalheiro antigo combatia com denodo sem que tivesse uma dama para receber-lhe os louros do triunfo, ou para estancar-lhe o sangue da gotejante ferida.”<sup>368</sup> Além do argumento apresentado, o jornal também colocou como um ponto importante para reforçar o quão a Lei seria arbitrária o fato dos militares sentirem-se felizes em poderem sustentar suas famílias, o que era motivo de orgulho para suas esposas. Para comprovar seu argumento utilizou um trecho de uma poesia que, de acordo com a publicação, havia sido escrita por uma mulher e ainda não publicado:

Eu verei meu caro esposo,  
São e salvo enfim retornar,  
Vencedor e glorioso,  
E mais digno d’eu amar!

<sup>367</sup> *Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed501, 01 de setembro de 1854.

<sup>368</sup> *Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed501, 01 de setembro de 1854.

Cheia de jubilo  
 hei de abraça-lo;  
 Ao peito em êxtases  
 Hei de apertá-lo.

Vem, terror dos inimigos,  
 Desta terra tão querida,  
 És meu bem, és minha vida,  
 Do brasil es esplendor,  
 Honra desta, a ti unida  
 Pelo altar e pelo amor!

Sim, neste peito  
 Descansa agora  
 Ele é daquela,  
 Que mais te adora  
 Porque contigo  
 Com santo nó,  
 Forma um só corpo  
 Uma alma só!<sup>369</sup>

Ainda, segundo o artigo publicado no periódico, a Lei, além de não conseguir fazer com que os militares deixassem de casar, faria o efeito contrário. A justificativa da publicação seria que o fruto proibido prevaleceria nos desejos do casamento, assim como declarou que os militares não compactuavam com esse projeto, considerando que os jornais diários anunciaram que jovens militares haviam sido presos por excessos cometidos contra o projeto, os artigos postos na *Marmota* declararam que não esperavam que essas proposições fossem para frente, mas já que foram, afirmaram que estavam ao lado da *classe dos militares* e das mulheres.<sup>370</sup>

Além disso, frisou que as mulheres eram fundamentais na vida daqueles que escolhiam a carreira militar:

A mulher é o ponto para o qual convergem todos os esforços que faz o homem na vida: a ambição da glória, da riqueza, de posição na sociedade só se desperta sob fogo de olhar de mulher. Tiram essa musa inspiradora ao soldado e querem vê-lo arrebatado obrando ações de valor.<sup>371</sup>

Ainda nessa mesma publicação, colocou-se como um argumento contra o projeto o ponto em que se discutiam a liberdade das mulheres. Alguns deputados defenderam o projeto afirmando que ele era utilizado em países civilizados, como França e Prússia, entretanto, a autora afirmou que não tinha conhecimento para confirmar a até que ponto essa informação era verdadeira; foi posto na publicação que nesses países, diferentemente do Brasil, as mulheres

<sup>369</sup> *Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed501, 01 de setembro de 1854.

<sup>370</sup> *Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed505, 15 de setembro de 1854.

<sup>371</sup> *Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed509, 29 de setembro de 1854.

solteiras possuíam mais liberdade “porque os usos e costumes lhes dão a liberdade que certamente não gozam entre nós as filhas famílias.”<sup>372</sup> Nesse sentido, não precisariam do casamento para se libertarem de condições postas por suas famílias e por isso não contestariam a efetuação de uma Lei nos mesmos moldes do projeto brasileiro.

Além dessas publicações, na última página do jornal – na mesma edição, em tom satírico, escreveu-se que, a partir do momento que a Lei conseguisse passar, ser alfares se tornaria uma palavra pejorativa, e ao invés de falar “filho disto” passaria a ser chamado “filho de alfares”, isso porque:

Porque um alfares  
Pode namorar,  
Ter moça... porém  
- Não há de casar! -

Nessa mesma edição, ainda foi posto um outro trecho onde é possível perceber um teor irônico quanto ao projeto. A publicação foi intitulada *Lembrança de moça*:

Dizendo-se a uma moça solteira, que os militares não casariam com mulher pobre, sem que provassem ter certa quantia para seu tratamento, disse ela logo de pronto:

-Qual será o namorado constante que deixe de casar por esse motivo?  
-Mas como, minha senhora, onde buscar dinheiro?  
-Rebatendo seus soldos por 10 anos.  
-Fica sem ter o que comer!  
-Ora, mais vale um gosto, que quatro vinténs.<sup>373</sup>

Na edição seguinte, continuou-se a elencar razões para que o projeto de Lei não fosse aprovado. A favor da medida só teria o desejo do Estado de controlar os casamentos, contra teria “todas as conveniências da sociedade em geral, todas as considerações razoáveis, o respeito devido ao sexo, que as leis tanto consideram e protegem, enfim, até a religião do Estado.”<sup>374</sup> Esse projeto também poderia vir a ser, segundo o artigo publicado no jornal, uma forma dos homens enganarem as mulheres pobres, enrolando-as até o pedido de casamento e então alegariam que não poderiam casar, tendo como justificativa a Lei.<sup>375</sup>

Em outro artigo compartilhado sobre essa temática, assinado sob o pseudônimo de *Advogada do bello sexo* e publicado na *Marmota Fluminense*, o projeto em questão foi chamado

<sup>372</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed501, 01 de setembro de 1854.

<sup>373</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed501, 01 de setembro de 1854.

<sup>374</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed502, 05 de setembro de 1854.

<sup>375</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed502, 05 de setembro de 1854.

de “inimigos do amor” e também foram enumerados motivos para que fosse embargado. Além de tudo, a autora escreveu:

O bello sexo, atacado em seus inauferíveis direitos, impelindo a postergação de seus mais sagrados deveres, e vilipendiando nos seus mais nobres sentimentos, pressuroso corre a barra do venerado e augusto tribunal da opinião pública, para, trepado nas ruínas do senso comum, [*ilegível*] da humanidade inteira, quando por ventura não possa obter justiça, protestar ao menos contra o mais violento dos atentados, a mais cruel das tiranias, que leva a sua sanha a ponto de querer impor uma lei de ferro ao sentimento.<sup>376</sup>

Segundo a publicação, a Lei seria contrária a natureza pois impediriam dois corações de se amarem; a Lei seria antieconômica, visto que em casa de homem casado havia mais ordem e gastava-se menos do que no celibatário; seria improdutiva para o aumento das raças nacionais; contrária ao interesse de agricultura que precisava de mão de obra devido ao fim do tráfico de africanos; privaria os menos afortunadas de aproveitarem da ordem da espada; a Lei seria imoral e corruptora; seria anárquica; seria injusta; seria Lei de patronato e afilhadagem pois, seria mais fácil para um general casar-se com quem fosse de seu interesse; seria anticonstitucional, pois, iria contra a ideia de que o homem poderia agir conforme seus interesses.<sup>377</sup> Posto isso, o projeto acabaria por ser prejudicial ao próprio Estado que tentava institucionalizá-lo, haja vista que nos ideais de progresso e desenvolvimento do país o aumento populacional era necessário, nesse sentido, se não houvessem casamentos haveriam menos filhos e conseqüentemente menos mão de obra, questão que se tornou primordial após o fim do tráfico de escravos em 1850, apenas quatro anos antes da proposição do projeto de Lei.

Além desses escritos que argumentavam contra o projeto, também encontramos uma publicação na primeira página da *Marmota Fluminense* que era favorável ao projeto de Lei *Não há de casar*. Antônio Canhanha Mixoleta afirmou que era a favor pois “aturar-se uma farda e uma mulher é levar-se duas cruces ao calvário.”<sup>378</sup>, de acordo com ele os militares ficaram aborrecidos com essa declaração. No entanto, antes de realizar sua defesa, escreveu que um amigo militar estava desgosto com a discussão da Lei e para demonstrar o quanto estava se sentido ultrajado, fez um poema para sua amada,

Á Chiquinha

Meu benzinho, eu fiz tenção  
De com você me casar;

<sup>376</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed521, 10 de novembro de 1854.

<sup>377</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed521, 10 de novembro de 1854.

<sup>378</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed508, 26 de setembro de 1854.

Mas hoje vejo que a sorte  
Quer nosso amor transtornar!

Oh que vida endiabrada  
A de um pobre militar!  
Com privilégio de frade,  
Não se pode hoje casar.

Na Câmara dos Deputados  
Se discute, coração,  
Um projeto que aos rapazes,  
Tem já posto em confusão.

Só por amante a espadinha  
Deve ter o militar;  
Com moça pobre não pode,  
É proibido casar.

Por cautela a nossa classe  
Pras moças não deve olhar;  
Porque há certas sujeitinhas  
Que tem olhos de matar!

Ou então nosso governo,  
Para nosso salvamento,  
Deve mandar construir  
Para as tropas um convento.

Ah, Chiquinha, quem diria,  
Que ainda em nosso parlamento,  
Se discutiria um dia,  
Sobre nosso casamento?

Tudo isso são progressos  
Desse nosso bom país  
Que, com estas leis e outras,  
Há de ser muito feliz!

A moça pobre não pode  
Ter marido de patente;  
Moça rica, oh, essa sim,  
Pois só o rico é que é gente.

Mas eu quero que me digam,  
Quem se comporta mais nobre;  
Se a moça que tem dinheiro,  
Se a moça que vive pobre.

Vê-se entre nós todo dia,  
(Não minto, falo a verdade),  
Como a rica, a moça pobre  
Viver com honestidade.

Quem ama a virtude, a honra  
E quem tem bom coração

É muito rica e não pobre,  
Cá na minha opinião.

Mas, Chiquinha, espero em Deus.  
Que o projeto há de cair;  
Ainda como dois pombinhos  
Havemos de nos unir!<sup>379</sup>

Em um trecho do poema acima o autor expõe que “tudo isso são progressos desse nosso bom país” constatando que o projeto de Lei estava inserido nas questões que construíram a noção de progresso e civilidade. Em tom irônico, o autor ainda escreveu sobre as diferenças postas para a implementação da lei a depender das condições financeiras das mulheres, desse modo colocou que “só o rico é que é gente” e apenas as moças ricas poderiam ter marido patente.

A discussão na imprensa a respeito do projeto não se restringiu a *Marmota*, apesar desse jornal ter passado algumas edições o debatendo. O *Periódico dos Pobres* – que conforme vimos no capítulo 01 compartilhou diversos artigos e temáticas com a *Marmota* – também editou publicações sobre o projeto de Lei *Não há de se casar*. Em um artigo publicado no jornal dos *Pobres* uma senhora compartilhou proposições irônicas a respeito do projeto elaborando um contra projeto. Em sua concepção, todos os funcionários públicos deveriam seguir a Lei *Não há de se casar* e não apenas os militares, tais como: ministros, senadores, deputados, juízes, chefes de política, delegados, entre outros.

No mais, segundo essa publicação, os indivíduos deveriam ser avisados dez anos antes das licenças concedidas a casamentos, “a fim de ter tempo para fazer as pesquisas necessárias”, ou seja, para conhecer seus respectivos pretendentes. Conforme exposto, os atuais funcionários públicos que fossem casados deveriam ficar dois anos distantes de suas esposas, sob pena da punição apresentada no projeto. Alguns ‘artigos’, postos de forma sarcásticas, afirmavam que eram permitidos raptos por aqueles que não conseguissem a licença para casar, além de ser proibidos os filhos haja vista que só poderiam casar enquanto mais velhos, momento em que a maternidade já não fosse possível de ser concebida.<sup>380</sup>

Nessa folha o assunto também esteve presente em uma série de artigos intitulados *Assembleia Bello Sexo* ou *Assembleia de Senhoras*, que baseava-se em reuniões onde compareciam apenas mulheres – por isso o nome *Bello Sexo* -, em uma espécie de Assembleia Legislativa, onde pleiteavam inúmeros tópicos.<sup>381</sup> É necessário destacar que essa sucessão de

<sup>379</sup>*Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed508, 26 de setembro de 1854.

<sup>380</sup>*Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed94, 12 de setembro de 1854.

<sup>381</sup>Na conclusão abordaremos mais profundamente os artigos intitulados *Assembleia do Bello Sexo*.

artigos, apesar de tratar de assuntos cotidianos, figuravam-se no campo da literatura; entretanto, assim como exposto por Ginzburg, tanto historiadores como romancistas tinham a mesma intenção cognitiva, e nos valemos dessa perspectiva a fim de encarmos as publicações literárias como uma maneira de investigar situações diárias.<sup>382</sup> A figura 2 ilustra o formato da *Assembleia do Bello Sexo*:



Figura 2: primeira página da edição 105-106 do Periódico dos Pobres, onde é possível perceber como o artigo foi construído estruturalmente.

A primeira discussão encontrada foi publicada em outubro de 1854, logo na primeira página do periódico. Assim como uma sessão da Assembleia, abria-se a sessão – esta, em específico, presidida por D. Emília de Albuquerque – e pautavam-se acerca do conteúdo a ser debatido, de acordo com a publicação, essa Assembleia tratava “da Lei dos casamentos, dessa Lei arbitrária que nos proíbe o casamento com militares.”

Uma das senhoras participantes da discussão, que assinou sob o nome de D. Júlia, se mostrou interessada em discutir o projeto, já que era solteira e, portanto, seria afetada

<sup>382</sup>GIZNBURG, Carlo. *Provas e possibilidades à margem de Il ritorno de. Martin Guerre*, de Natalie Zemon Davis. 1991, p. 179-202. Natalie Zemon Davis também defende a narrativa como um meio de conseguir analisar a história. DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo, Companhia das letras, 2001.

diretamente com sua aprovação. No começo de sua longa fala, D. Júlia afirmou que “o assunto que vais discutir és melindroso, contudo, animada das minhas fracas ideias direi alguma coisa a respeito”, tal como algumas escritoras abordadas no capítulo anterior, D. Júlia utilizou de uma estratégia – onde afirmou que suas ideias eram fracas – para mostrar seus argumentos contra o projeto de Lei.<sup>383</sup> Admitindo uma suposta fragilidade, logo no princípio de seu discurso, assim, talvez, tivesse maiores oportunidades de inserir sua perspectiva na imprensa. Em suas palavras,

A questão que ora se trata é dessa lei, a que eu chamarei bárbara, que proíbe um militar a estreitar os santos laços do matrimônio! Sra. presidente, o resultado de semelhante proibição? Sra. presidente parece-me que estou vendo esse infeliz futuro!! Quando não seja a sedução, será o rapto, quando não seja o rapto será o engano, e talvez a desonra; por ventura, Sra. presidente, poderá passar semelhante lei? Como será olhado o oficial que cometa algumas dessas faltas, não será ele banido da sociedade? E qual o meio de evitar semelhantes desacatos, que, essa maldita lei dá lugar a eles? Só a abolição da mesma lei. Ora isto é quanto ao militar, agora falarei do nosso sexo. Em que desgosto não viveria uma pobre moça, que de há muito está enamorada de um oficial, esbelto e amável, que em um baile tem a dita de dançar com ele a primeira quadrilha; porque enfim quer figurar a par dessa honrada farda; que se alegra quando o vê ricamente fardado em uma parada, comandando um guarda etc., e que todos os dias espera unir-se a ele como sua esposa, tendo agora o dissabor de ver frustradas todas as suas esperanças?<sup>384</sup>

Na fala de D. Júlia podemos perceber que seus argumentos basearam em noções tangentes aos militares e as mulheres. De acordo com ela, ambos sairiam prejudicados com a aprovação dessa Lei e por isso propôs tais premissas.

A discussão continuou na edição seguinte, entretanto agora não fazia mais parte da primeira página do periódico, o debate encontrava-se em um suplemento disposto pelo jornal. Seu conteúdo tratava-se da continuação da edição anterior. Uma das senhoras presentes, D. Gervina, demonstrou que era a favor da aprovação do projeto de Lei e justificou sua posição em relação ao baixo salário que os soldados recebiam, em sua concepção o soldo dos militares não conseguiria sustentar uma família. Ao momento que sugeriram aumentar o salário dos mesmos, D. Gervina argumentou que o Estado não deveria gastar a finança da nação a fim de sustentar vaidades. De acordo com ela,

Figurai um pobre alfares casado, com quatro filhos, não tendo para viver mais do que o pequeno soldo, e esse alfares obrigado a marchar para Cuiabá, e lutar com a terrível carga que lhe pesa os ombros – o dever de acudir ao grito da

<sup>383</sup>As estratégias de escritas de sujeitos em determinados contextos foram analisadas por Natalie Zemon Davis em: DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo, Companhia das letras, 2001, p. 23-61.

<sup>384</sup>*Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed 105-106, 7 e 10 de outubro de 1854.

pátria, a ordem do governo, e ao deixar a mulher, os pequenos filhos; e o soldo de trinta mil réis para sustentá-lo em terra estranha, e ao mesmo tempo deixar pão para a mulher os filhos; oh! Então, talvez nessa cruel separação ao lutar com a desgraça, e mais tarde talvez com a miséria, vós exclamarias – Antes nunca me tivesse casado.<sup>385</sup>

As demais senhoras não concordaram com a D. Gervina e afirmaram que nenhuma mulher casaria com um militar por interesse financeiro e que era pelo amor que os matrimônios aconteciam. Perspectiva essa que não convenceu a senhora defensora do projeto. Tal concepção também foi compartilhada por alguns deputados enquanto o debate ocorria na Câmara dos Deputados.

Alguns números seguintes a discussão continuou-se no periódico. Nessa edição a principal fala foi elaborada a partir da interpretação do projeto de Lei feito por D. Ritinha que o julgou como injusto, tanto para as mulheres quanto para os militares. Abusivo no que se refere aos militares pois,

Trata-se nada menos do que uma questão que imputando o futuro muito briosa classe militar, afeta-nos muito de perto, isto é, diz respeito ao bello sexo. O que se quer senhoras? Que os militares, que aqueles que expõe sua vida, que derramam seu sangue, que suportam todas as privações, todos os vexames, que estão sempre prontos ao grito da pátria, finalmente que os militares não se casem, que os militares não gozem dos doces laços do himeneu, que não desfrutem as caricias de uma esposa, que não tenha um riso feiticeiro que mitigue as dores, um afago que lhe compense as ingratidões da pátria, um coração que lhe abrigue, que lhe abrigue quando a nação não precisar mais de seus serviços.

Suas palavras reforçam uma crítica ao Estado e a maneira como eles pretendiam zelar por aqueles que cuidavam da nação. Em um período onde discutia-se a civilização e o progresso, essa Lei e as perspectivas tangentes aos soldados demonstram, de fato, uma nação que procurava se desenvolver, mas não se preocupava com questões internas que afetariam aqueles que tanto faziam pela pátria, a exemplo dos militares. Nesse seguimento, a noção de uma *classe militar* que se colocava contra o projeto em questão traz uma interpretação aonde considera-se os militares – e as mulheres – como agentes sociais de sua própria história e os considera como sujeitos políticos e independentes capazes de elaborar reflexões próprias.<sup>386</sup>

D. Ritinha ainda discorreu sobre o quanto o projeto era arbitrário para as mulheres,

<sup>385</sup> *Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed107-108, 12 e 14 de outubro de 1854.

<sup>386</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990. CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

E a nós senhoras o que nos resta? Devemos por ventura trancar o coração as afeições de um bravo militar? Devemos não sentir por ele o amor mais puro e doce, aquele que muitas vezes é filho da simpatia? Ou então quererão que o bello sexo não olhe para seu futuro, e entregando-o ao braço dos militares não conheça que seu estado tem de ser o mais desgraçado possível? O que aspira uma jovem moça na casa de seus pais, senhoras? O casamento; e por ventura a moça pobre, por isso perdeu o direito de se casar com um moço que estime e a quem adore, com um moço a quem já está unida pelos braços do amor, pelos doces juramentos de uma simpatia, e isso unicamente porque esse moço é militar? Oh que medida tão vexatória dos direitos da natureza! Como que se abre a porta a imoralidade com a adoção de semelhante projeto.<sup>387</sup>

Conforme abordado no capítulo anterior, o casamento, no século XIX, poderia ser encarado como uma alternativa em que era possível, para as mulheres, viverem com maior liberdade. Sob essa perspectiva, o projeto de Lei era imoral pois impediria jovens moças de adquirirem um matrimônio e vivessem fora da casa dos pais. Com a aprovação do projeto ele seria, como comentado anteriormente, ainda mais prejudicial as mulheres pobres, haja vista que, não possuindo condições financeiras, o casamento era, de fato, mais dificultoso.

Além da *Assembleia de Senhoras*, também encontramos no *Periódico dos Pobres*, o projeto sendo discutido em uma publicação intitulada *Conversa de priminhas*, o conteúdo dessa série tratava-se, basicamente, de conversas entre senhoras onde discorriam sobre diversos assuntos, principalmente episódios recentemente ocorridos; a publicação era editada, na maioria das vezes, na primeira página do jornal. Nesse artigo, que era frequente no periódico, duas senhoras conversaram sobre a publicação posta na mesma folha da *Assembleia de Senhoras* e discorreram a respeito do projeto de Lei, mostrando-se surpresas pelo fato de que alguma mulher concordasse com algo tão excêntrico, nas palavras postas pelas senhoras.<sup>388</sup>

Além disso, no *Periódico dos Pobres* havia também uma poesia assinada sob o pseudônimo de *O Patriota*, criticando o projeto de Lei em questão:

A cerda da lei – não há de casar  
 Oh! Que belo discorrer!  
 Que lembrança tão feliz!  
 O seu autor a meu ver  
 Quer revoltar o país!  
 Lembrança direi infeliz  
 Que se no Senado passar  
 A lei – Não há de casar  
 Seu resultado vereis

Tarde vos arrependereis  
 Eu quisera me enganar.

<sup>387</sup>*Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed112, 24 de outubro de 1854.

<sup>388</sup>*Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed113, 26 de outubro de 1854.

Dizei-me – Qual a nação?  
 Que tal lei se vê reinar?  
 Temos ou não Constituição?  
 É necessário enganar!...  
 Não é cidadão o militar?  
 Não usa de seu direito!  
 Como se falta ao respeito!  
 A tão útil cidadão,  
 Senhores deputados da nação  
 Tal lei não vos dá conceito.

O militar não é igual  
 A outro cidadão qualquer?  
 Não conhece o bem o mal  
 Não pensa no que fizer?  
 Se adorar uma mulher  
 E seu coração lhe entregar  
 Não há de com ela casar  
 O que quereis, ele faça  
 Que a amante dê a desgraça  
 Ou há de se amancebar.

Que posses ele não tem  
 Ouço dizer a qualquer  
 Para sustentar como convém  
 Mulher e filhos se os tiver  
 Se ela dote não trouxer  
 Viverão infelizmente  
 Não seria mais prudente  
 O seu soldo aumentar  
 Do que proibir ao militar  
 O viver honestamente.

Seus filhos bem cuidados  
 A senda do pai seguirão  
 Teremos belos soldados  
 Para timbre da nação  
 Brasileiro de coração  
 A pátria se dedicando  
 Sua mãe os exortando  
 As honras e á gloria  
 Ei los no campo da vitória  
 Prodígios de valor mostrando.

Que glória para um pai  
 Ver seu filho vitoriado?  
 Que prazer para uma mãe  
 Ver o filho condecorado  
 Embora cicatrizado  
 Mil privações sofrendo  
 Ele a vitória cantando  
 A pátria o vitoriando  
 Um tal filho bem dizendo.

Passe a lei vou conceder  
 Do soldado não casar,  
 Aditando-lhe o que vou dizer  
 Para as rugas se acabar  
 Quem quiser ser militar  
 Há de mostrar-se castrado  
 O Brasil não quer soldado  
 Sem ter esta condição  
 Sirva de exemplo o capão  
 Que se bate desesperado.

Mas logo que o militar  
 Não pode dedicar amores  
 A lei *não há de casar*  
 Envolverá mais senhores  
 Deputados e Senadores  
 Ministros e Conselheiros  
 Como patriotas verdadeiros  
 Não poderão ser casados  
 Salvo se forem castrados  
 Todos somos Brasileiros.

E se melhor tenho pensado  
 Para nada se dizer  
 Deve logo ser castrado  
 Todo brasileiro ao nascer  
 E as brasileiras para mãe serem  
 Estrangeiros vão buscar  
 E seu coração lhe entregar  
 Já que os brasileiros infelizes  
 Não dominarão seus narizes  
 E proibe-se-lhes o casar.<sup>389</sup>

Neste poema, o autor ironizou o projeto de Lei de tal maneira que chegou a propor aos leitores o castramento de todos os homens brasileiros assim que nascessem, sendo assim, não teriam problema com o cuidado dos filhos e não haveria a necessidade de punir os militares com a proibição do casamento. Enquanto as mulheres, se quisessem serem mães, deveriam procurar os estrangeiros para que as engravidassem. Além dessas questões, *O patriota* também resolveu entranhar-se pelo argumento da nacionalidade. Não seria o militar um cidadão? Ele não deveria, então, usufruir dos mesmos direitos do cidadão? Em um período onde se debatia questões referentes a cidadania, tal questionamento pode representar as indagações que estavam sendo postas no cotidiano da sociedade oitocentista da Corte. O autor chegou a questionar a legitimidade da constituição e perguntou ao leitor sobre a existência, em outro país, de uma Lei tão absurda quanto essa. Em um país em que se buscava alcançar o progresso caso esse projeto

---

<sup>389</sup>*Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed 112, 24 de outubro de 1854.

passasse e se tornasse, de fato, uma Lei, demonstraria a países civilizados que o Brasil estava desenvolvendo concepções opostas a eles.

Isso posto, o projeto tornava-se ainda mais arbitrário se levamos em considerando que o exército foi formado como um agente de modernização, considerando que as concepções trazidas no projeto iam contra ideias de modernidade, tais como a liberdade em escolher seus relacionamentos, que acabaria por ser questionada. Assim como exposto por Claudia Alves:

No Brasil, o exército, pelas condições específicas em que estava inserido, atuou como um agente de modernização. Dos critérios meritocráticos que são introduzidos na carreira de seus oficiais desde 1850 às inovações que se concretizam nas fábricas do exército, sobretudo na década de 1870 e ao conhecimento produzido por seus quadros a respeito do território nacional, a corporação foi atravessada por fenômenos que a ligam diretamente ao que se pode identificar como modernização no Brasil imperial.<sup>390</sup>

De acordo com Camillia Cowling, ao momento que realizou uma perspectiva transnacional, analisando Havana e Rio de Janeiro, constatou uma proposição semelhante a que estamos aqui estudando, apesar de realizada em um período anterior. “Para o século XVIII, Sherry Johnson mostrou como a campanha iniciada pelas viúvas de militares pedindo pensões a que tinham direito ajudou a moldar a importante relação entre os militares e o poder colonial espanhol.”<sup>391</sup> Na proposição posta, as mulheres construíram essa relação entre a *classe feminina*, os *militares* e o *Estado brasileiro* a partir do momento que tais proposições se mostraram prejudiciais à elas.

Outros periódicos de então comentaram a respeito do projeto de Lei. No *Grito Nacional*, na última página da folha, criticou-se o projeto e afirmou que tal proposição assemelhava os militares aos escravos, considerando que eles deixavam de serem tratados como pessoas e passavam a ser encarados como coisas, tendo que solicitar permissão para o casamento. Tal analogia foi marcada sob um viés crítico, assim, os militares – apesar de constituírem-se, em sua maioria, de homens pobres – possuíam um caráter de proteção do Estado, considerando que seus ofícios eram benéficos para o progresso do país.

### 3.4 Breve conclusão

<sup>390</sup>ALVES, Claudia. *Militares e ensino secundário no século XIX*. <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/122.pdf> P. 3.

<sup>391</sup>COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. P. 356.

Concluimos então que a *Marmota* foi um periódico moldado pelo contexto em diversos sentidos. O jornal se caracterizou como voltado ao bello sexo, em um momento que havia uma abertura de folhas nesse sentido, dessa forma atraíram maior público leitor. Assim como foi um jornal que se estabeleceu literário e preocupado com questões tangentes ao progresso nacional, também em um momento onde essas concepções estavam em pauta e a discussão posta se apresentava na imprensa.

No mais, através desse periódico as mulheres puderam mostrar, escrever, fazer objeções a questões que também estavam pautadas no contexto nacional. Para isso, elas se mostraram – por meio de suas agências históricas – através de seus escritos, estratégias, negociações, se colocaram contra projetos que as prejudicassem e foram até a imprensa – maior meio de comunicação de então – a fim de terem suas vozes ouvidas e suas demandas atendidas. Nesse sentido, as mulheres oitocentistas formaram sua história e se desenvolveram através dela. Reforçamos as concepções que demonstram que as mulheres foram fundamentais no processo de construção da nação, no entanto frisamos que há um esquecimento das mulheres na memória pública que busca resgatar essas noções.

Posto isso, esse trabalho surgiu no intuito de analisar a história das mulheres a partir da imprensa feminina redigida por homens – no caso, a *Marmota*. Logo, procuramos perceber as estratégias e agências das mulheres através das publicações postas no periódico. Assim, por conseguinte, questões que circundaram toda a década de 1850 também se fizeram presentes nas reivindicações femininas e aparecem presentes nesse trabalho.

## Á GUIA DE CONCLUSÃO

### A ASSEMBLEIA DO BELLO SEXO

Na edição de 22 de janeiro de 1850 foi publicada na *Marmota*, na primeira página do periódico, um artigo denominado *Assembleia do Bello Sexo*, sua composição era feita sob um diálogo entre diversas mulheres, o que prontamente chamou nossa atenção. A figura 3 é demonstrativa da forma como as *Assembleias* eram elaboradas.



Figura 3: Recorte do Jornal *A Marmota na Corte*.<sup>392</sup>

De acordo com o dicionário de Moraes e Silva, o significado de assembleia no século XIX era: “Junta de pessoas convocadas em determinado lugar para divertimento, e convivência. Ou para consultarem negócio sério”.<sup>393</sup> Efetivamente, o conteúdo dessa publicação tratava-se de uma espécie de reunião, onde as mulheres debatiam tópicos deliberados no princípio do encontro.

Tendo em vista a existência de dados sobre a assembleia apenas nos jornais, constatamos que esta reunião era fictícia, e tratava-se de uma publicação dos periódicos, com o intuito de agradar seus leitores(as). No entanto, mesmo que não houvesse acontecido tais reuniões, é

<sup>392</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed38, 22 de janeiro de 1850.

<sup>393</sup>SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 6ª edição, 1858.

representativo que essas publicações estivessem presentes na *Marmota*. Pelo fato das *Assembleias* terem nos instigado, buscamos, em perspectiva interdisciplinar, compreendê-la; a partir dessa noção, constatamos que as *Assembleias*, como postas nos jornais do século XIX, tratavam-se de um gênero literário que compôs, em algumas edições, a *Marmota*.<sup>394</sup>

Apesar de toda estrutura diferenciada, o que mais despertou a atenção foi o conteúdo das discussões travadas entre as personagens femininas que compuseram essas reuniões e que debatiam os mais variados assuntos. A estrutura desse estilo de publicação estava pautada em uma semelhança nas Assembleias Legislativas. Assim como essas, tinham horário pontuado para seu início, um assunto a ser debatido que era chamado de “ordem do dia”, os membros presentes discutiam sobre essas temáticas e apresentavam, ao final da reunião, uma decisão a ser tomada a fim de solucionar o problema colocado.

Os temas – deliberados no início da reunião – compreendiam desde temáticas relacionadas à participação feminina na política e à consumação forçada de matrimônios, até assuntos triviais do dia a dia, a exemplo das músicas que deveriam ser tocadas nos bailes, dos domingos que deveriam ser guardados para descanso e do hábito do fumo entre as senhoras e os homens. Percebemos que os temas, mesmo que as *Assembleias* fossem fictícias, eram assuntos que estavam sendo discutidos na sociedade oitocentista, a exemplo dos domingos a serem guardados. As variações dos assuntos desenvolvidos ao longo das publicações são amplas e por tratarem de temas referentes ao dia a dia dos brasileiros podem nos demonstrar uma maneira de compreensão do cotidiano dos sujeitos presentes nos ambientes em questão.

Apesar de não ter nenhuma temática em específico que se repetisse, dito de diversas maneiras, a questão da condição feminina era um tópico que estava mais frequentemente em pauta. Fosse tratada estreitamente na condição de liberdade para as mulheres, fosse abordada em assuntos como casamento e separação. As participantes estavam constantemente debatendo assuntos que poderiam interessar as leitoras dos jornais.

Para a discussão proposta nessa dissertação, tratamos da *Assembleia* publicada na *Marmota* e representada na figura 1, em que o debate transpôs a respeito de questões raciais. A discussão, que fez parte da primeira página do jornal, tratava sobre uma traição. O marido de D. Clemência havia traído sua esposa com uma mulher negra, que na publicação foi chamada de *beleza da cor da noite* e *beleza de Guiné*.

---

<sup>394</sup>Sobre a interdisciplinaridade entre história e literatura ver mais em: PASAVENTO, Sandra Jathy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. *Revista de História das Ideias*. VI 21. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000. PASAVENTO, Sandra Jathy. *História e História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Dado o fato que teria acontecido, as mulheres começavam a conversar sobre o assunto. Posto isso, várias senhoras colocavam seus pontos de vista sobre o caso, incluindo algumas que não se importavam com as traições, como D. Lúcia: “uma mulher que come, bebe, passeia e se diverte; que se importa que o marido faça e aconteça?”<sup>395</sup>; e outras que condenavam o ato. Mesmo que certas mulheres aceitassem a infidelidade, todas condenavam que o adultério tivesse sido realizado com uma mulher negra. Nesse sentido, é possível constatar que, para as senhoras participantes deste debate, a traição não era um problema, o que, de fato, as incomodava era a mulher em questão ser de uma raça, considerada por elas, inferior.

Nas suas falas é possível percebermos o desgosto referente a raça da mulher com qual o marido de D. Clemência se relacionava. Entre diversos adjetivos utilizados alguns eram *bella cor da noite* para a mulher e *porcalhão* alusivo ao homem. Nessa sentido, o discurso de D. Eudóxia, uma das mulheres presentes na *Assembleia* é significativo:

Que um homem tivesse duas e três amantes, isso poder-se-ia talvez tolerar; mas que se enfeitice por uma beleza de Guiné, que troque o dia pela noite!...eis aqui o que não pode a comissão aprovar; eis aqui o mais escandaloso e terrível de todos os procedimentos!<sup>396</sup>

Nessa perspectiva, constatamos um exemplo de como o ideário de feminilidade se distinguia conforme a condição de classe e raça das mulheres.<sup>397</sup> O que era permitido a uma mulher branca, como ser dócil e frágil com os homens, se mostrava de forma diferente quanto a condição da mulher negra. Além de que notadamente as mulheres brancas se identificavam mais com os homens de sua cor, do que com outras mulheres que pertenciam a uma diferente ordem social e racial. A distinção racial a partir dos preceitos da feminilidade também podem ser encarados através das discussões de civilização e progresso, já que eles não se dariam da mesma forma entre as mulheres brancas e negras, haja vista que se encontravam, em sua maioria, em condições sociais diferentes.

Camilla Cowling, em seu livro, discorreu a respeito do ciúme feminino constado a partir das relações das mulheres brancas com suas escravas. Em razão da criação de uma suposta rivalidade entre as mulheres, construía-se sistemas cruéis e punições severas que foram instituídas no vínculo estabelecido entre as mulheres de diferentes raças.<sup>398</sup> Representativa de fatores sociais, as *Assembleias* colocavam em pauta assuntos que eram cotidianamente parte da

<sup>395</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed38, 22 de janeiro de 1850.

<sup>396</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed38, 22 de janeiro de 1850.

<sup>397</sup>COWLING, Camilla. *Concedendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Trad. Patrícia Ramos Gemerias, Clemente Penna. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

<sup>398</sup>COWLING, Camilla. *Concedendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Trad. Patrícia Ramos Gemerias, Clemente Penna. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

vida social dessas mulheres. Essa publicação nos revela sobre as questões raciais pertinentes na sociedade oitocentista e nos demonstra a necessidade da análise interseccional no que tange os estudos de gênero do Oitocentos.<sup>399</sup>

No mais, é preciso considerarmos o contexto em que o texto foi publicado. Esse artigo foi editado na *Marmota* em 1850, período em que o tráfico de escravos foi proibido e que as ideias de progresso e civilidade estavam em voga. A saída dessa espécie de texto no periódico pode estar vinculada ainda com a noção de instrução atribuída aos jornais do século XIX, haja vista que os argumentos postos ao longo de seu conteúdo revelam uma distinção entre negros e brancos e uma construção de uma estruturação na noção de uma não-relação entre raças. Ainda mais se consideramos que, de acordo com D. Eudóxia a *Assembleia do Bello Sexo* não havia aprovado a solicitação de debate apenas porque o marido de D. Clemencia “passe os dias e noites fora de casa; mas sim, por ser sua bela cor da noite.”<sup>400</sup>.

Nesse sentido, segundo Pasavento, “embora a trama seja, em si, criação absoluta do autor, busca atingir este efeito de apresentar uma versão também plausível e convincente”<sup>401</sup>, além da literatura ser demonstrativa de costumes e hábitos do período, podendo ser encaradas como fontes de pesquisa. As concepções postas em textos literários são representativas de demandas sociais.

Na década de 1850 os literatos estavam pensando e produzindo conteúdos relativos à civilidade e progresso da nação, refletindo a respeito da identidade nacional, conforme abordamos ao longo da dissertação. No desenvolvimento dessa identidade relegou-se aos negros o lugar de atraso junto as condições postas na escravidão. Nesse sentido, uma publicação que procurava criticar questões relativas as mulheres negras podem estar inseridas nessa perspectiva de construção do país, há vista de depreciar o povo negro. Também podemos considerar que as personagens da narrativa estavam criticando as noções de mestiçagem – que resultaria da relação entre a mulher negra e o marido de D. Clemência, partindo do princípio que “as raças constituíram fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo o cruzamento, por princípio, entendido como um erro.”<sup>402</sup>

<sup>399</sup>Para saber mais sobre o conceito de interseccionalidade ver em: CRENSHAW, Kimblé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

<sup>400</sup>A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed38, 20 de janeiro de 1850.

<sup>401</sup>PASAVENTO, Sandra Jathy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. *Revista de História das Ideias*. VI 21. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000. P. 57.

<sup>402</sup>SCHWARCZ, L. M. *O Espetáculo das Raças* – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 58.

\*\*\*

As *Assembleias do Bello Sexo* não estavam presentes apenas na *Marmota* – conforme mostramos no terceiro capítulo um debate apresentado no *Periódico dos Pobres* -, as questões postas a seguir foram publicadas no *Periódico dos Pobres*. Nessas *Assembleias* eram discutidos, inclusive, questões referentes, ao que se tratava por *emancipação feminina*. A maioria das participantes das *Assembleias* entendiam que as mulheres tinham a mesma competência dos homens, em qualquer sentido e em qualquer nação do mundo, por isso apresentaram propostas tangentes a esta *emancipação*:

O Congresso Feminino resolve:

Art.1º fica desde já proclamada à emancipação social do *bello sexo*.

Art.2º As mulheres serão chamadas para influírem nos destinos das nações de que fazem parte.

Art. 3º Haverá igualdade... Inelegível... Para ambos os sexos, sem que nenhum possa gozar mais do que os outros.

Art.4º Ficam revogadas as disposições ao contrário.<sup>403</sup>

Entretanto, algumas senhoras presentes se mostraram contra tais noções, a exemplo de D. Adelaide, que argumentou que essa perspectiva era irreal e:

A teoria da emancipação do sexo feminino é completo absurdo: é ilusão que fascina as cabeças de meia dúzia de *dandis*, e que tem sabido encaixá-la nas de algumas do *bello sexo*. É teoria que jamais pode ser adotada na prática... Pelo 1º artigo fica proclamada a emancipação do *bello sexo*, isto quer dizer que os círculos de divertimentos ficam mais largos, e que a esfera dos pensamentos femininos, a sua livre soberania fica com mais domínio.

Ninguém mais do que eu conhece os direitos do *bello sexo*; assim nós por nós mesmas soubéssemos dar exemplos das mais altas virtudes, exemplos poderosíssimos que por doce inclinação nos emancipasse perante a sociedade, sem ser preciso que a lei fosse imposta. Seria uma desgraça para nós mesmo que passasse semelhante lei. O luxo tem tanta analogia com as mulheres e tantos atrativos para elas, que seria ele a coisa do aniquilamento do *bello sexo*, porque uma vez chamando as mulheres a dirigir os destinos de uma nação, o luxo se teria de apoderar dela e tudo se corromperia, porque as mulheres abusariam do que estava à sua disposição e para servir a sua vaidade tudo sacrificariam! Eu não desejo chamar, para dar à minha argumentação toda a força, os antigos tempos bem que podiam servir de modelo, porque o luxo é tão antigo como o mundo.

O *bello sexo*, senhoras, é incapaz de influir os destinos de uma nação qualquer e isto seria uma necessidade logo que a emancipação fosse declarada.<sup>404</sup>

<sup>403</sup>*Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed99, 10 de dezembro de 1850.

<sup>404</sup>*Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed116, 11 de outubro de 1851.

Partindo em defesa das mulheres, D. Ritinha afirmou que, no meio de todo esse luxo havia mulheres que não gostavam de tanta ostentação, citando como exemplo as romanas que, segundo ela, sacrificariam com alegria suas joias para o bem público.

Ao passo que D. Adelaide respondeu:

Como, senhoras, pode o nosso sexo desprezar todas essas coisas amáveis e úteis que multiplicam os prazeres da sociedade para em troca receber os encargos penosos que da emancipação lhe resultaria? E depois como não andariam as mulheres de erro em erro desconfigurando aquilo que tão dignamente foi decretado pelo Supremo Arquiteto do Universo! Uma vez emancipado o *bello sexo*, e que na Sociedade os direitos e garantias fossem iguais perante a lei, teríamos de ver a política consumindo aquele que Deus parece haver criado para gozar somente as doçuras e prazeres da vida... Não é a voz da necessidade quem reclama esta lei, que eu continuarei a chamar – lei antissocial - A passar semelhante emancipação tudo contribuiria para uma iludente desordem que acabaria por destruir tudo.<sup>405</sup>

Enquanto D. Adelaide era completamente contra a emancipação, as demais senhoras procuravam demonstrar argumentos favoráveis. Novamente, D. Ritinha apareceu para defender esse projeto, declarando que as mulheres sofriam insultos diários e por isso mereciam a emancipação; em contrapartida D. Adelaide rebateu afirmando que os insultos eram puramente verdadeiros. Em outubro de 1851, D. Ritinha, como maior defensora do projeto de emancipação feminina, protestou:

Qual será o motivo, senhoras, porque as mulheres não representarão os mesmos papéis que representam os homens? Este tem bastante desenvolvimento, bastante inteligência e bastante capacidade para de sua influência resultar todos os melhoramentos possíveis, do que o que temos obtido até o presente.

Vivemos em sociedade, e a base destas, e sua condição essencial é a igualdade de direitos: porque desta igualdade resulta benefícios e destes benefícios o bem geral das nações que é a mãe da sociedade (muito bem, muito bem. É necessário que nos libertemos desse julgo que parece que pesa sobre nós, mas que uma vez sacudido, conheceremos que somos tudo, e que como tal capazes de tudo).

Trabalharemos com afinco, que colheremos resultados, porque é necessário que conheçamos que devemos alterar aquilo que até hoje parece ter servido a lei. É necessário que conheçamos que essa lei do forte e domínio não é exclusivo de alguém, a natureza estendeu a todos; e todos tem direito às garantias que dela emanam.<sup>406</sup>

Uma premissa que pairou nos argumentos pró emancipação era a questão da igualdade de direitos. Sendo esta a base para se viver, qual então seria o sentido das mulheres terem menos

<sup>405</sup> *Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed116, 11 de outubro de 1851.

<sup>406</sup> *Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed117, 14 de outubro de 1851.

direitos que os homens? A partir de constatações como essas, as mulheres e suas lutas por emancipação iam ganhando mais força, lembrando que no século XIX, mesmo para as mulheres que proclamavam pela emancipação feminina, as mulheres negras se encontravam na categoria de não mulheres, não sujeitos, despossuídas de direitos. Devemos levar em consideração que essas mulheres estavam inseridas em contexto escravocrata e por isso o lugar de não mulher quanto às negras, nem mesmo os homens escravos eram merecedores de direitos atrelados a condição humana, haja visto que eram tidos como mercadorias.

O discurso de D. Ritinha nos remeteu aos ideais do liberalismo e no qual em muito a emancipação feminina se baseava, ou seja, a ideia de que todos deveriam ter os mesmos direitos. Conforme observado Carla Passos:

O pensamento liberal se tornou base na análise das convicções libertárias para a crítica feminista da primeira geração e forneceram instrumentos teóricos que favoreceram a insurreição de um pensamento feminista em mulheres que ousaram por em dúvida a lógica da exclusão e da ‘permanente’ fragilidade feminina e assim, criticar as imposições de uma sociedade sexista.<sup>407</sup>

Em meio aos argumentos de D. Adelaide e D. Ritinha também estiveram presentes nas *Assembleias* aquelas mulheres que consideravam que deveria haver uma emancipação, mas que esta deveria ser elaborada a partir de um projeto com ideias mais moderadas, como era o caso de D. Paula Cândida:

Eu quisera que este projeto fosse aprovado, isto é, queria a emancipação do *bello sexo*, mas com certas restrições. Não quisera que nós marchássemos tão aceleradamente. Vamos devagar senhoras – Roma não se fez em um dia. Se os homens tem direitos e garantias na sociedade, esses direitos também nos assistem, porque há uma força de atração entre ambos os sexos, que o que um tiver, o outro com necessidade terá com pequenas modificações. É assim que nos vemos os homens e as mulheres marcharem sempre no mesmo terreno, levados pela mesma força. Há necessidade urgente de que o nosso sexo grite liberdade; mas essa liberdade está em nós mesmo. Nós é que devemos nos mostrar por nossos feitos que estamos habilitados para tudo. Porque se a timidez e a fraqueza nos dominam, é porque nós nos emos sujeitos a ela, sem que demos liberdade às nossas faculdades intelectuais, comprimindo-as sem que queiramos gozar dessa força que a natureza impôs a todos sem exceção alguma. Apresente se mulheres de feitos nobres: apareçam, influam em qualquer coisa; trabalhe uma Senhora para ser deputada, entre numa chapa, faça a sua cabala, e uma vez colocada na sala legislativa, grite, faça guerra e um ministério, ou adule; que terá emancipado o nosso sexo. Outra entre nas combinações ministeriais: seja ministra; outra vá argumentar um batalhão de mulheres, marche com ele para o Sul, pratique aí feitos de heroísmo, que a nossa emancipação será proclamada. Fora disto é tudo aparato, e nós

---

<sup>407</sup>PASSOS, MS Carla Christina. A primeira geração do feminismo: um diálogo crítico com o pensamento liberal. *Fazendo Gênero*: Santa Catarina, 2010. P. 09.

queremos obras, e não palavras. Apresente-se o *bello sexo*, goze das garantias que são de todos, e não haverá necessidade lei alguma.<sup>408</sup>

O discurso de D. Paula Cândida ganhou muito apoio das senhoras. Paula Cândida pregava que as mulheres deveriam mostrar suas habilidades e não impor uma lei que certamente não atrairia os homens.

A partir dessas publicações, que proclamaram abertamente a emancipação das mulheres, questionamos qual teria sido o impacto da mesma sobre as leitoras? Esse mesmo artigo poderia, de certa forma, estar influenciando as leitoras a pensarem a respeito da condição feminina no século XIX? Estariam estas questionando a sociedade que viviam? A série de transformações que a década de 50 enfrentou, e que eram sentidas na Corte, junto as ideias emancipacionistas propagadas em periódicos do período foram fundamentais para desenvolver concepções de educação e liberdade para as mulheres oitocentistas. Essas noções também adquiriram forças a partir das ideias postas pelo conceito de progresso e civilização da nova nação, as mulheres e a educação foram influenciadas diretamente por esses preceitos que também foram fundamentais para construir mudanças estruturais tangentes ao universo feminino.

\*\*

Refletindo sobre o significado da noção de emancipação feminina, nos debruçamos a pesquisar suas concepções na *Marmota* e no *Jornal das Senhoras*. A escolha se deu pelo fato de que os redatores e editores eram sujeitos de sexos diferentes, conforme já abordamos anteriormente ao longo dessa dissertação. Optamos por trazer os sentidos de emancipação feminina nos periódicos a fim de compreendermos quais significados os próprios sujeitos de então davam a tais reivindicações, assim é possível entendermos a conjuntura dos processos históricos.

Nesse sentido, encontramos algumas definições. Na *Marmota Fluminense* em um artigo onde foi abordada a questão da maternidade, escreveu-se: “não queremos advogar a causa de sua emancipação, ideia esta que nos parece ridícula, e mais digna de desprezo, que de um sério exame.”<sup>409</sup> No entanto, ainda na *Marmota Fluminense* foi publicado um artigo com o nome de *Apoio a emancipação das mulheres*, seu conteúdo abordava uma série de mulheres guerreiras que o jornal as apelidou de *mulheres-homens*.<sup>410</sup> Na *Marmota*, em sua última fase, a questão da

<sup>408</sup> *Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed118, 16 de outubro de 1851.

<sup>409</sup> *Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed279, 16 de julho de 1852.

<sup>410</sup> *Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, ed374, 14 de junho de 1853.

emancipação apareceu ao momento em que foi publicado o folhetim *A Emancipação da Mulher* de autoria de Antônio de Castro Lopes, onde discutiam-se sobre liberdade política e educacional, com base nas perspectivas postas no *Jornal das Senhoras*.<sup>411</sup>

O *Jornal das Senhoras*, por sua vez, logo na primeira edição expôs que seu objetivo era reivindicar um melhoramento social para a emancipação moral das mulheres, “eis o que desejamos a emancipação moral da mulher, porque lutaremos sempre em demonstrar que ela não é inferior ao homem em inteligência, e porque pugnaremos, sempre pelos seus direitos desprezados, e pela sua missão desconhecida.”<sup>412</sup> Posto isso percebemos uma diferença nas colocações da *Marmota* e como o *Jornal das Senhoras* influenciou a *Marmota* em seus debates sobre emancipação.

O capítulo 02, apesar de não tratar diretamente de emancipação, aborda essa questão. No momento em que as mulheres vão ao jornal falar de educação, matrimônio e participação política, estão ansiando por uma emancipação em níveis variados, mas que tinham um objetivo em comum, ser livres e poder tomar suas próprias decisões no que se refere aos estudos, casamentos, política, entre outros pontos. As mulheres não precisavam escrever diretamente sobre emancipação, tal aspiração aparecia de outras formas e sob algumas das características determinadas acima.

No capítulo 03 também é desenvolvida essa perspectiva, ao momento que as mulheres se mostravam insatisfeitas com a possível aprovação do projeto de Lei *Não há de casar* e se movimentaram, através da imprensa, a fim de apresentar tais questionamentos e demonstrar um desejo pela liberdade, ao menos no que refere a autonomia de poderem se relacionar com os militares. As intenções poderiam ser diferentes, mas o objetivo era permanentemente o mesmo: se libertar das conjunturas de dependência social imposta sob uma dominação masculina. Tais ideais acabam por refletir nas oportunidades oferecidas as mulheres na contemporaneidade – apesar de algumas objeções, a exemplo dos discursos propagados pela atual ministra da família e apresentado na introdução – demonstrando uma relação de sentido entre passado e presente.

Logo, compreendemos a emancipação feminina como um processo histórico. Foi se modulando e remodelando ao longo dos acontecimentos e retratados na imprensa – dessa forma, ganhando força de um discurso público -, tendo em vista que os jornais foram fundamentais para que esse processo fosse efetivado, um movimento moldado pela atuação das mulheres. Formado a partir de ações diárias das mulheres que se opunham a determinadas normas sociais e que pode ter seus resultados sentidos até a atualidade, o que pode ser defendido por Koselleck

<sup>411</sup>A *Marmota*, Rio de Janeiro, ed1310, 22 de outubro de 1861.

<sup>412</sup>*Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, ed02, 11 de janeiro de 1852.

como “a história não é mais uma mera coleção de exemplos, mas sim o único caminho para o verdadeiro conhecimento de nossa própria situação.”<sup>413</sup>

---

<sup>413</sup>KOSELLECK, R. História Magistra vitae. In: \_\_\_\_\_. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-RJ/Contraponto, 2006, pp. 21-79.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *O Guarani*. 7.ed. São Paulo: Ática, 1977
- ALÓS, Anselmo Peres. O indianismo revisitado: a autoria feminina e a literatura brasileira do século XIX. *Revista Organon*, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 27-50, 2004.
- ALVES, Claudia. *Militares e ensino secundário no século XIX*. <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/122.pdf> P. 3.
- \_\_\_\_\_, Cláudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Estratégias e escritos: Francisca Diniz e o movimento feminista do século XIX (1873/1890)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.
- ANDREATA, Bárbara Loureiro; ALÓS, Anselmo Peres. A representação feminina em D. Narcisa de Villar, de Ana Luísa de Azevedo Castro. *Revista Confluenze*, Bologna, v. 6, n. 1, p. 99-110, 2014.
- ARIAS, Virna Lúcia Cunha de. *Machado de Assis na imprensa do século XIX: práticas, leitores e leituras*. 2013. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- AZEVEDO, A. N. As noções de progresso do Império à República: transformações recônditas em uma mesma terminologia. *Outros Tempos*, v. 13, p. 69-88-88, 2016.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra Medo Branco*. O negro no Imaginário das Elites Século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.
- BARBOSA, Everton Vieira. *Páginas de sociabilidade feminina: sensibilidade musical no Rio de Janeiro oitocentista*. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de História, Universidade do estado de São Paulo, Assis, 2016.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão. Europeia do Livro, 1960.
- \_\_\_\_\_, Simone. *O segundo sexo: A experiência vivida*. São Paulo: Difusão. Europeia do Livro, 1960

- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.
- BRIOLLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. *Lua Nova*, São Paulo, 102: 173-210, 2017.
- BUITONI, Dulcília S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990.
- \_\_\_\_\_, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. Edições Loyola: São Paulo, 1981.
- CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o "orbe literário" e a construção do império brasileiro*. Campinas: Unicamp, 2001.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CASTRO, Ana Luísa de Azevedo. *D. Narcisa de Villar*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000.
- CARDOSO, Rodrigo Soares de Araújo. *Caminhos na produção da notícia: a imprensa diária no Rio de Janeiro (1875-1891)*. Rio de Janeiro: UERJ, 2015.
- CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n.1, p. 261-279, jan-abr. 2016.
- \_\_\_\_\_, Karoline. A educação feminina em A Mãe de Família. In: Karoline Carula, Magali Gouveia Engel, Maria Leticia Corrêa. (Org.). *Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno*. 1ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, p. 85-112.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume Dumará, 1996.
- \_\_\_\_\_, José Murilo de. *Teatro das Sombras: A política imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume Dumará, 1996.
- \_\_\_\_\_, José Murilo de. "Cidadania: tipos e percursos". In: *Revista Brasileira de História*. Vol.9 n. 18, 1996. p. 337 – 359.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- \_\_\_\_\_, Roger. (org.). *Práticas de leitura*. (Tradução de Cristiane Nascimento). São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- \_\_\_\_\_, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1999.
- COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.
- CRENSHAW, Kimblé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 223-240.
- DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *Revolução Impressa: A imprensa na França 177-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- \_\_\_\_\_, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_, Robert. A história da leitura. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP. 1992.
- \_\_\_\_\_, Robert. (2008). O que é a história do livro? revisitado. *Artcultura*, 10(16). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1503>
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo, Companhia das letras, 2001.
- \_\_\_\_\_, Natalie Zemon. *Nas Margens: três mulheres do século XVII* São Paulo. Companhia das Letras, 1997 (A).
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 39-53, 1992.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

\_\_\_\_\_, Constância Lima. *Nísia Floresta, vida e obra*. Natal: UFRN, 1995.

\_\_\_\_\_, Constância Lima. Arquivos de mulheres e mulheres anarquivadas: histórias de uma história mal contada. *Revista Gênero*, Niterói, v.09, n.02, p. 11-17, 2009.

[ESCRITORAS LATINOAMERICAS DEL DIECINUEVE. Ana Luísa de Azevedo Castro.](#)

<http://eladd.org/otras-autoras/ana-luisa-de-azevedo-castro/>. Acesso em 10 de maio de 2019.

ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ENGEL, Magali Gouveia. Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): uma mulher fora de seu tempo? *La Manzana de la Discordia*, v. 4, p. 25-32, 2009.

FERRAZ, Paula Ribeiro. *O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

FERREIRA, Tânia M. T. Bessone da Cruz. A história do livro e da leitura: novas abordagens. *Revista Floema*, ano III, n.05, p. 97-111, 2009.

\_\_\_\_\_, Tânia Maria Bessone da Cruz. As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura. *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 81-93, 2005.

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. *Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista*. Franca: 2016.

GARZONI, Leriche de Castro. *Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 2012.

GUICHARD, Alexandra. Les 15 meilleures citations féministes de Simone Beauvoir. Disponível em:

<https://www.cosmopolitan.fr/les-15-meilleures-citations-feministes-de-simone-de-beauvoir,1961708.asp>>. Acesso em 17/12/2019.

- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GODOI, Rodrigo Camargo. *Um Editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: EdUSP, 2016.
- GOMES, Gisele Ambrósio. *Entre o público e o privado: a construção do feminino no Brasil do Oitocentos, 1827-2846*. Dissertação em história - UFJF, Juiz de Fora: 2009.
- GONDIM, Eunice. *Vida e obra de Paula Brito*, Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.
- GOUVÊA, Myriam Paula Barbosa Pires. *Impressão, sociabilidades e poder: o Diário do Rio de Janeiro e a fundação da sua tipografia (1808-1831)*. São Paulo, Ed. Paco, 2016.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX. *Afro-Ásia* [online]. 2012, n.45, pp.25-65. ISSN 0002-0591.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos* 1(1) 1988, P.5-27.
- HARNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850 –1937)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HERTZ, Debora. The Lives, Loves, and Novels of August and Fanny Lewald, the Converted Cousins from Königsberg. *The Leo Baeck Institute Year Book* 46, 2001.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 220.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.) (1994). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco.
- IPANEMA, Marcello de; IPANEMA, Cybelle de. *Imprensa Fluminense: ensaios e trajetórias*. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1984.
- JINZENGI, Monica Yumi. Leituras e escritas femininas no século XIX. *Caderno Pagu*. Campinas, n. 38, jan-jun., p. 367-394. 2012.
- \_\_\_\_\_, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10 (1992).

\_\_\_\_\_, R. História Magistra vitae. In: \_\_\_\_\_. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-RJ/Contraponto, 2006, pp. 21-79.

LEITE, Miriam Moreira. *A condição Feminina no Rio de Janeiro: século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1984.

LIMA, G. A. de ; CRISTINA, F. . O debate sobre a mão-de-obra e as representações do indígena nas revistas *Minerva Brasiliense* e *Guanabara* (1843-1846). In: II Colóquio do LAHES – Micro História e os Caminhos da História Social, 2008, Juiz de Fora. *Anais do II Colóquio do Lahes: Micro História e os caminhos da História Social*. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LIMA, Joelma Varão. *O Jornal das Senhoras, um projeto pedagógico: mulher, educação, maternidade e corpo. (Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX)*. 2012. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, 2012.

LOBO, Luiza. Juana Manso: uma exilada em três pátrias. *Revista Gênero*, Niterói, v. 9, n. 2, p. 47-74, 1 semestre, 2009.

LOPES, Hélio. *A Divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas*. Org. Carla Bassanegi Pinsky. São Paulo: Contexto. 2005. P. 111-153.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Col. Descobrimo o Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editora. 2003.

MAIA, Ludmila de Souza. *Viajantes de saia: gênero, literatura e viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, século XIX)*. Campinas, UNICAMP, 2016.

MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema: a construção do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, Bruno Guimarães. Da política das letras à lógica das petas: Francisco de Paula Brito e a imprensa oitocentista. 2 XI Encontro Nacional de História da Mídia - ALCAR 2017. (Encontro).

\_\_\_\_\_, Bruno Guimarães. *Corpo sem cabeça: o tipografo editor e Petalógica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018.

MARTINS, William de Souza. REPRESENTAÇÕES DO FEMININO E DO MASCULINO NAS PETIÇÕES ENVIADAS ÀS SECRETARIAS DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO REINO E DO IMPÉRIO (RIO DE JANEIRO, 1808-C. 1830) *Rev. Hist.* (São Paulo) no.176 São Paulo, 2017 Epub 05-Jun-2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BRIOLLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAIS, Christianni Cardoso; CALSAVARA, Eliane de Lourdes; SILVA, Gisele Elaine da. Leituras “corretas” para mulheres “ideais”: educação moral do “bello sexo” para instrução da família e formação da pátria no século XIX. In: *CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC*, 10, 2006, Rio de Janeiro.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial*, Editora Hucitec, São Paulo, 2005.

MOTT, M. L. B. Gênero, Medicina e Filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), Campinas, v. 24, p. 41-67, 2005.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Estudos feministas*, Florianópolis, V.11 n.1,p. 225 a 233, jan-jun, 2003.

\_\_\_\_\_, Zahidé Lupinacci. Narrativa feminina em Santa Catarina (do século XIX até meados do século XX). *Revista Organon, Rio Grande do Sul*, v. 16, n.16, p. 227-235, 1989.

MYHERITAGE. Olimpia Maleszewska. Disponível em: [https://www.myheritage.com.br/names/olimpia\\_maleszewska](https://www.myheritage.com.br/names/olimpia_maleszewska). Acesso: em 30 de abril de 2019.

NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

NEVES, Lúcia Maria. B. P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (Org.) *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

NORBERTO, Joaquim. *Brasileiras célebres*. Brasília: Senado Federal, 1997, 233p. / fac-símile de: Rio de Janeiro: Garnier, 1862.

OHIO edu. Fanny Lewald. Disponível em: <https://www.ohio.edu/chastain/ip/lewald.htm>. Acesso em: 22 de abril 2019.

OLIVEIRA, Cecilia Helena L. de Sales. Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. *Revista de História*, São Paulo, n.116, p. 55-64, 1984.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. *Josephina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2009.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). *Historiae*, Rio Grande, v. 2, n. 3, pp. 125-142, 2011.

PASAVENTO, Sandra Jathy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. *Revista de História das Ideias*. VI 21. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000.

\_\_\_\_\_, Sandra Jathy. *História e História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PASSOS, MS Carla Christina. A primeira geração do feminismo: um diálogo crítico com o pensamento liberal. *Fazendo Gênero*: Santa Catarina, 2010.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v.12, n.22, p.270-283, jan-jun, 2011.

\_\_\_\_\_, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. História [online]. 2005, vol.24, n.1, pp.77-98.

PEREIRA, Claudia Gomes. *Beatriz Brandão: mulher e escritora no Brasil do século XIX*. São Paulo: Scortecci, 2005.

\_\_\_\_\_, Claudia Gomes Dias Costa. *Contestado Fruto: a poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868)*. Belo Horizonte: UFMG; FALE, 2009.

PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: Edusc, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. Revista *Estudos Feministas*. vol.17 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2009

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Orgs.). *Cultura Histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

\_\_\_\_\_, Margareth. *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

REIS, L. J. M. Próspero Diniz: redator e colaborador na imprensa oitocentista. In: *ANPUH*, 2019, Recife. Anpuh - Brasil - 30 Simpósio Nacional de História, 2019.

RIBEIRO, Cristiane de Paula. *A vida caseira é a sepultura dos talentos: gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsis dos Santos (1850-1886)*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019.

\_\_\_\_\_, Cristiane de Paula. "ELLA SENDO FEIOSA, TORNOU-SE BELLA": o padrão de beleza feminina a partir da imprensa periódica oitocentista. *Anais SEO*, Juiz de Fora, 2017. p.01-13.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1945.

RODRIGUES, Dayanny. Escritos de e para Mulheres no século XIX: O conceito e emancipação e a representação feminina no *Jornal das Senhoras*. Revista *Outras Fronteiras*, Cuiabá, vol.4, n.1, jan/jul, 2017.

RODRIGUES, Talita Daher. História, biografia e pedagogia nas páginas de "Brasileiras Célebres". In: XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008, Seropédica. *Anais eletrônicos - XIII Simpósio Regional de História Anpuh-Rio*, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classe mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

- SANTOS, Dayse Lúcida Silva. O divórcio e a nulidade de casamento: estudo de caso nas tensões da vida conjugal diamantinense de 1890 a 1930. In: XI Seminário sobre a Economia Mineira, 2004, Diamantina. *Anais do XI Seminário sobre a economia mineira*, 2004.
- SANTOS, Rinaldo Cavalcante dos. *A Marmota na Corte: recreação e vereda literária no cenário cultural do século XIX. 1849=1852*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade, Universidade de Assis, São Paulo, 2009.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul-dez., 1995.
- SCHMIDT, R. T. Mulheres Reescrevendo a Nação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n.1, p. 84-97, 2000.
- SCHWARCZ, L. M. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Aguimario Pimentel. *Entre a paráfrase e a polissemia: o discurso da educação feminina no Jornal das Senhoras (1852-1855)*. Dissertação (Pós-Graduação em Comunicação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.
- SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 6º edição, 1858. Disponível em: <http://acervos.casaruibarbosa.gov.br/>.
- SIMIONATO, Juliana Siani. *A Marmota e seu Perfil Editorial: Contribuição para edição e estudos dos textos machadianos publicados nesse Periódico (1855–1861)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SIMÕES, Jerônimo. Necrologia. *Revista Mensal da Sociedade de Ensaio Literários*, Rio de Janeiro, n.07, p. 671-673, 1872.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. *O problema da imprensa*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- \_\_\_\_\_, Rachel. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, v.5, n.1, p.7-29, 1997.

- SOUSA, José Galante. *Machado de Assis e outros estudos*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra; MEC, 1979.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. O desafio da escrita feminina na história das mulheres. *Raído*. Dourados, v.10, n. 21, jan-jun, p.153-164, 2016.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 401-442.
- TILLY, Louise A. Gênero, história social e história das mulheres. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.3, p. 29-62, 1994.
- TURACK, Cynthia F. Os sentidos sobre a maternidade construídos por vozes masculinas e femininas na imprensa da Corte. *Fazendo Gênero*: Florianópolis, 2008.
- \_\_\_\_\_, Cynthia Fevereiro. *Mulheres-mãe: memória e construção de sentidos no discurso do periódico A Mãe de Família (1879-1888)*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- VERGARA, M. R. As Imagens Femininas n`O Vulgarizador: público de ciência e mulheres no século XIX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 15, p. 191-208, 2008.
- VERONA, Elisa Maria. *Da feminilidade oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: UNESP, 2007.
- VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- XIMENES, Maria Alice. *Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.
- WOLF, Naomi. *O mito da beleza*. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 2018.
- ZICMAN, René Barata. História a través da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP*. São Paulo: PUCSP, n. 4, 1985.

## Fonte

### Lista de Periódicos Consultados

A Marmota na Corte  
 Marmota Fluminense  
 A Marmota – Rio de Janeiro  
 A Marmota – Salvador  
 A Marmota Pernambucana  
 A Marmota Maranhense  
 A Marmota Paraense  
 Periódicos dos Pobres  
 Diário do Rio de Janeiro  
 Jornal do Comércio  
 Correio Mercantil, Instrutivo, Político e Universal  
 Correio Mercantil  
 Jornal das Senhoras  
 O Cosmorama da Bahia  
 Correio da Tarde  
 O Observador  
 O Grito Nacional  
 Jornal do Brasil  
 O Fluminense

### *Lei Não há de se casar*

Anais	Câmara	dos	Deputados	1853.	Disponível	em:	<
<a href="https://imagem.camara.leg.br/pesquisa_diario_basica.asp">https://imagem.camara.leg.br/pesquisa_diario_basica.asp</a> >							
Anais	Câmara	dos	Deputados	1854.	Disponível	em:	<
<a href="https://imagem.camara.leg.br/pesquisa_diario_basica.asp">https://imagem.camara.leg.br/pesquisa_diario_basica.asp</a> >							